

Veículo: G1	Bahia
Data: 18/08/20	<u>Cita Sefaz</u>



18/08/20 às 16h23 - Atualizado em 18/08/20 às 16h24

Nota Premiada Bahia vai sortear R\$ 1 milhão em agosto

Os resultados serão divulgados no dia 24 de agosto



Redação VN

redacao@varelanoticias.com

Será divulgado no dia 24 de agosto o resultado do sorteio do programa Nota Premiada Bahia. Ao todo, serão distribuídos R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 pessoas contempladas.

Para este sorteio, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), serão considerados os bilhetes gerados a partir das notas emitidas em julho de 2020 que contenham o CPF do participante.

Para participar da campanha, basta preencher o formulário disponível no site da Nota Premiada e, após essa etapa, informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e).

A Nota Premiada possui atualmente mais de 563 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 677 pessoas, das quais 433 moram na capital e 244 no interior.

Veículo: Site Folha do Estado	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias

FOLHA DO ESTADO
DA BAHIA

Bilhetes do sorteio da Nota Premiada estão disponíveis

Ao todo, serão distribuídos R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 pessoas contempladas



Estão disponíveis para consulta os bilhetes com os quais os participantes da Nota Premiada Bahia irão concorrer ao sorteio desse mês de agosto, o segundo realizado após a volta das premiações individuais da campanha, com resultado a ser divulgado no dia 24 de agosto.

As premiações tiveram interrupção temporária entre março e junho devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Ao todo, serão distribuídos R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 pessoas contempladas.

Para este sorteio, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), serão considerados os bilhetes gerados a partir das notas emitidas em julho de 2020 que contenham o CPF do participante. Os bilhetes podem ser consultados no [site da campanha](#). É necessário fazer o login e clicar em “Minha Conta” / “Bilhetes”. A busca deve ser filtrada pelo mês anterior. Os bilhetes acumulados no período de março a junho, de acordo com a legislação, serão válidos para o próximo sorteio especial, com data a ser definida.

O resultado do sorteio será disponibilizado no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Como participar

Para participar da campanha, basta preencher o formulário disponível no [site da Nota Premiada](#) e, após essa etapa, informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro,

escolhe até duas instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 563 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 677 pessoas, das quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que hoje somam 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para essas entidades.

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Fazenda

18/08/2020 15:40

Bilhetes para próximo sorteio da Nota Premiada Bahia já estão disponíveis

Estão disponíveis para consulta os bilhetes com os quais os participantes da Nota Premiada Bahia irão concorrer ao sorteio desse mês de agosto, o segundo realizado após a volta das premiações individuais da campanha, com resultado a ser divulgado no dia 24 de agosto.

As premiações tiveram interrupção temporária entre março e junho devido à suspensão, pela Caixa Econômica Federal (CEF), dos sorteios da Loteria Federal, dos quais é extraído o número da sorte para definição dos bilhetes premiados. Ao todo, serão distribuídos R\$ 1 milhão em prêmios: 90 de R\$ 10 mil e um de R\$ 100 mil, num total de 91 pessoas contempladas.

Para este sorteio, de acordo com a Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-BA), serão considerados os bilhetes gerados a partir das notas emitidas em julho de 2020 que contenham o CPF do participante. Os bilhetes podem ser consultados no [site da campanha](#). É necessário fazer o login e clicar em "Minha Conta" / "Bilhetes". A busca deve ser filtrada pelo mês anterior. Os bilhetes acumulados no período de março a junho, de acordo com a legislação, serão válidos para o próximo sorteio especial, com data a ser definida.

O resultado do sorteio será disponibilizado no site da campanha e também nas redes sociais: @notapremiadabahia e @sefazbahia no Instagram, @sefazba no Twitter e @sefaz.govba no Facebook. Em julho, agosto e setembro, os resultados serão conhecidos às segundas-feiras, por conta da decisão da CEF de só retomar no final de setembro os sorteios das quartas-feiras da Loteria Federal. Desta forma, a Nota Premiada Bahia voltará em outubro a ter os sorteios mensais realizados no meio da semana, como de costume.

Como participar

Para participar da campanha, basta preencher o formulário disponível no [site da Nota Premiada](#) e, após essa etapa, informar o CPF cadastrado a cada compra realizada em estabelecimento emissor da Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica (NFC-e). O participante, no ato do cadastro, escolhe até duas instituições beneficentes que integram o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade, uma da área social e outra da área de saúde, com as quais irá compartilhar as suas notas eletrônicas.

A Nota Premiada possui atualmente mais de 563 mil participantes inscritos. Desde fevereiro de 2018, os sorteios da campanha já premiaram 677 pessoas, das quais 433 moram na capital e 244 no interior. Mesmo durante o período em que não houve sorteios, os participantes da campanha continuaram compartilhando normalmente suas notas com as entidades filantrópicas vinculadas ao Sua Nota é um Show de Solidariedade.

A cada quatro meses, as notas compartilhadas transformam-se em repasses de R\$ 3 milhões distribuídos entre as entidades ativas no programa, que hoje somam 534. Desde 2018, a campanha já destinou R\$ 31,8 milhões para essas entidades.

Fonte: Ascom/Sefaz-BA

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia

Secom - Secretaria de Comunicação Social

3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB

CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia

Tel: +55 (71) 3115-9249

[Localização](#)

Horário de funcionamento:

De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença

[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).

[Versão mobile](#)

Veículo: Site FSA em Foco	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias



Feira de Santana é líder no interior em emissão de notas eletrônicas em junho



Nota Eletrônica

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da **Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz-Ba)**, a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). “Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco”, afirma o **secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vítório**.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz-Ba, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site precodahora.ba.gov.br, sem custo.

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.



Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota é um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia (www.notapremiadabahia.ba.gov.br) e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota é um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. “Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras”, explica o secretário da Fazenda, Manoel Vítório.

NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reconhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba, os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site www.sefaz.ba.gov.br, clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" > "Como se tornar emissor de NFC-e".

FOLHA DO ESTADO

DA BAHIA

Feira emite 3.7 milhões de notas eletrônicas em junho

Com 22,29 milhões de Notas Fiscais do Consumidor Eletrônicas emitidas no último mês de junho, Salvador lidera o ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados. Mas, de acordo com os dados da Secretaria da Fazenda do Estado (Sefaz), a NFC-e expande-se também pelo interior do estado: quase 70% das 72,5 milhões de notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital. Presente em todos os 417 municípios baianos e emitida por mais de 60 mil empresas, as notas eletrônicas geradas no estado durante o primeiro semestre de 2020 somaram 486 milhões.

O ranking das dez cidades da Bahia com maior número de notas eletrônicas emitidas no mês de junho conta com municípios de diversas regiões. As cinco primeiras, além de Salvador, são Feira de Santana, com 3,76 milhões de notas, Vitória da Conquista, com 2,40 milhões, Lauro de Freitas, com 2,19 milhões, e Camaçari, com 2,11 milhões. Completam ainda o grupo, mas

abaixo do montante de 2 milhões de documentos eletrônicos, Itabuna (1,47 milhão), Ilhéus (1,38 milhão), Porto Seguro (1,33 milhão), Juazeiro (1,32 milhão) e Barreiras (1,22 milhão). "Quanto mais notas eletrônicas são emitidas, mais efetivo é o trabalho do fisco", afirma o secretário da Fazenda do Estado, Manoel Vitorio.

Ele lembra que o consumidor também se beneficia com o volume crescente de informações, que passam a constar no banco de dados da Sefaz, trazendo benefícios diretos por contribuir, por exemplo, para melhorar os resultados do aplicativo Preço da Hora Bahia, ferramenta de pesquisas de preço em tempo real, no celular ou no computador, lançada em abril pelo governador Rui Costa e que já consta com mais de 270 mil usuários. O app pode ser baixado na Apple Store, no Google Play ou no site (preco-dahora.ba.gov.br) sem custo.

Obrigatoriedade

Desde o início de 2019, os contribuintes do Simples Nacional, ou seja, as micro e pequenas

empresas, passaram também a emitir a NFC-e de forma obrigatória. De acordo com o Decreto nº 16.434/15, a obrigatoriedade só não vale para os Microempreendedores Individuais (MEIs). O melhor resultado nos últimos seis meses foi obtido em janeiro de 2020, com um total de 98,88 milhões de notas eletrônicas emitidas.

Ao solicitar a nota sempre que fizer uma compra no mercado varejista baiano, o consumidor também contribui com as entidades filantrópicas apoiadas pelo programa Sua Nota e um Show de Solidariedade. Nesse último caso, é necessário estar inscrito na campanha Nota Premiada Bahia e solicitar, a cada compra, que o CPF cadastrado seja inserido na nota. A campanha tem hoje cerca de 563 mil participantes em todo o Estado.

O app Preço da Hora Bahia, o programa Sua Nota e um Show de Solidariedade e a campanha Nota Premiada Bahia são iniciativas de cidadania fiscal do governo baiano. Desde que o Sua Nota teve as regras simplificadas



Quase 70% das 72,5 milhões de notas expedidas em junho saíram de empresas localizadas fora da capital

e passou a ser vinculado à Nota Premiada Bahia, já foram repassados R\$ 31,8 milhões às instituições participantes do programa. "Todas essas iniciativas só reforçam o quanto é importante o consumidor solicitar a nota fiscal em todas as compras", explica o secretário da Fazenda, Manoel Vitorio.

NFC-e

A Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica, que pode ser reco-

nhecida pelo código de barras em formato quadrado, é emitida pelos contribuintes do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços) e registra as transações no varejo. É obrigação do comerciante varejista emitir o documento fiscal no momento da venda. A emissão do documento fiscal permite ao fisco verificar se o recolhimento do ICMS foi realizado da forma devida.

De acordo com a Sefaz-Ba,

os estabelecimentos obrigados a aderir à NFC-e, mas que não emitirem o documento poderão ter a inscrição estadual tornada inapta, ficando, na prática, impedidos de operar. Além disso, podem receber uma multa cujo valor corresponde a 2% do total das vendas feitas com os documentos fiscais indevidos. O credenciamento pode ser feito no site, clicando em "Nota Fiscal do Consumidor Eletrônica" Como se tornar emissor de NFC-e".

Veículo: Rádio Santa Cruz (1090 AM Ilhéus)	
Data: 18/08/2020	Programa: Patrulhando a Cidade
Assunto: Salvador lidera ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados, de acordo com a Sefaz-BA .	

Data: 18/08/2020

Hora: 15:55:41

Duração: 01:16

Emissora: RÁDIO SANTA CRUZ

Programa: PATRULHANDO A CIDADE

Apresentador (a): --

Citação Direta: Sim

Impacto: POSITIVO

Sinopse: Salvador lidera ranking das cidades baianas com maior número de documentos fiscais gerados, de acordo com a **Sefaz-BA**.

Veículo: Rede GN	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias



ASDAB e Sefaz-Ba assinam acordo de cooperação técnica



Um Acordo de Cooperação Técnica - ACT foi assinado entre a Associação dos Agentes de Distribuição da Bahia (ASDAB), Sidatacado e a **Secretaria Estadual da Fazenda (SEFAZ-BA)**.

O objetivo é o combate à comercialização irregular de mercadorias e a sonegação fiscal. A parceria também possibilitará ações de inteligência estratégica para preservação das empresas e a ampliação do mercado formal do segmento.

O presidente da ASDAB, Roque Santos, afirmou que o aprofundamento sobre a atividade atacadista e de distribuição possibilitará mais desenvolvimento ao segmento.

Além disso, o combate à sonegação fiscal, praticada geralmente por empresas de fora do estado, proporcionará a ampliação da arrecadação estadual e o fortalecimento das empresas locais, com a geração de empregos e renda para os baianos.

No ato de assinatura do acordo também estiveram presentes o **secretário estadual da Fazenda, Manoel Vitorio**; o Assessor Tributário da ASDAB, Bruno Branco; além do deputado federal Zé Neto e o deputado estadual Robinson Almeida.

Comunicação Asdab

Secom - Secretaria de Comunicação Social - Governo do Estado da Bahia

Administração
18/08/2020 16:50

Previdência Estadual economiza R\$ 22,2 milhões para os cofres públicos com ação de controle no primeiro semestre

A Superintendência de Previdência (Suprev), unidade responsável pela gestão da previdência dos servidores públicos estaduais, realizou ações de controle que resultaram em uma economia de R\$ 22,2 milhões, no primeiro semestre de 2020. A Suprev faz auditorias rotineiras e fiscalizações pontuais na folha de aposentados e pensionistas, para evitar pagamentos indevidos de benefícios e detectar eventuais inconformidades.

Com base nos dados do primeiro semestre, a estimativa para este ano é que a economia ultrapasse os R\$ 100 milhões. Vinculada à Secretaria da Administração (Saeb), a Suprev tem a atribuição legal de gerir os Fundos Previdenciários Estaduais, administrar a Previdência baiana e realizar ações de controle como forma de zelar pelo dinheiro público. As auditorias ajudam a diminuir o déficit previdenciário da Bahia, estimado em R\$ 4,8 bilhões para 2020. O déficit previdenciário é um problema nacional, enfrentado por todos estados e pela União.

O secretário da Administração, Edelvino Góes, falou sobre a importância da atuação da Superintendência de Previdência. "As ações de controle e as auditorias realizadas pela Suprev são extremamente relevantes porque têm a finalidade de zelar pelos recursos dos fundos previdenciários dos servidores públicos do estado, evitando pagamentos indevidos e ajudando a mitigar o crescente déficit previdenciário", explicou Góes.

A Coordenação de Controle de Benefícios (CCON) é a unidade pertencente à Suprev responsável por realizar as auditorias e as ações de controle. Técnicos da CCON descobriram irregularidades como o pagamento em duplicidade do 13º salário, beneficiários que perderam os requisitos legais para serem considerados pensionistas, dentre outras.

Um dos achados da auditoria da Suprev identificou pagamentos irregulares e firmou acordos para devolução dos valores ao Estado. A equipe da CCON conseguiu formalizar 74 acordos e recuperar R\$ 310 mil para o erário, nos primeiros seis meses deste ano. Outra ação de controle foi o bloqueio de pagamentos indevidos de benefícios, que resultaram numa economia de R\$ 13,4 milhões.

A Suprev também excluiu da folha da Previdência beneficiários que perderam os requisitos legais para serem enquadrados com pensionista, totalizando uma economia de R\$ 107mi. Foram identificadas 58 situações indevidas como casamentos após o óbito do aposentado e filhos não declarados. Outra ação de fiscalização que entrou no escopo foi o provisionamento da pensão previdenciária, que foi indeferida após investigação e resultou em um total de R\$ 71 mil.

Em parceria com a Auditoria Geral do Estado (AGE) a Suprev identificou 4.449 beneficiários que receberam adiantamento do 13º salário, enquanto eram ativos, e depois receberam novamente após a aposentadoria, entre os anos de 2018 e 2019. Os pagamentos em duplicidade foram descobertos em uma auditoria e geraram uma devolução aos cofres públicos de R\$ 8,3 milhões, no primeiro semestre deste ano.

Fonte: Ascom/ Saeb

Áudio:

- [Confira o áudio desta notícia](#)

Governo da Bahia

Governo do Estado da Bahia
Secom - Secretaria de Comunicação Social
3ª Avenida, nº 390, Plataforma IV, 1º andar, CAB
CEP 41.745-005 - Salvador - Bahia
Tel: +55 (71) 3115-9249
[Localização](#)

Horário de funcionamento:
De segunda à sexta-feira das 08:30 às 12:00 e 13:30 às 18:00h.

Exerça sua cidadania. Fale com a Ouvidoria.



Todo o conteúdo desse site está publicado sob a licença
[Creative Commons Atribuição-SemDerivações 3.0 Brasil](#).
[Versão mobile](#)

Satélite



Os bastidores da política baiana

POR JAIRO COSTA JÚNIOR

jairo.junior@redebahia.com.br

@satelite

●● Não são só empresários. Tem artistas, entidades, o Conselho do Carnaval. É muito provável o anúncio da suspensão nos próximos dias, mas não há data definida

ACM Neto

Prefeito de Salvador, ao negar notícias publicadas em sites e jornais de que já tenha decidido transferir a folia da capital de fevereiro para julho, Neto afirmou ainda que tem mantido contato com outros prefeitos na tentativa de construir um novo calendário conjunto para o Carnaval de 2021 em Salvador e outras cidades do Brasil com tradição na festa

Lugar no pódio

Entre os estados, a Bahia ficou com a terceira maior fatia do bolo de recursos emergenciais destinados pelo governo federal, por meio da Lei Aldir Blanc, para trabalhadores, espaços, entidades, micro e pequenas empresas do setor cultural afetados pela pandemia. Ao todo, serão distribuídos R\$ 3 bilhões, divididos igualmente entre estados e municípios. Da soma de R\$ 1,5 bilhão prevista para os governos estaduais, a Bahia receberá R\$ 110 milhões, montante menor apenas que o de São Paulo (R\$ 264 milhões) e Minas Gerais (R\$ 135 milhões). Pelas regras definidas do decreto de regulamentação da lei, publicado ontem, 80% do valor repassado aos estados será obrigatoriamente voltado ao pagamento das três parcelas da renda mensal de R\$ 600 para profissionais de setor atingidos pela crise.

POSIÇÃO REPETIDA

No ranking das capitais, Salvador ocupa também o terceiro, com R\$ 18 milhões. Em primeiro e segundo, aparecem São Paulo (R\$ 70 milhões) e Rio de Janeiro (R\$ 39 milhões).

Turma dos milhões

Já na lista de cidades baianas do interior beneficiadas com o repasse de R\$ 1,5 bilhão da Lei Aldir Blanc aos municípios do Brasil, Feira de Santana ocupa o topo da tabela, com R\$ 3,7 milhões. Em seguida, estão Vitória da Conquista (R\$ 2,2 milhões), Camaçari (R\$ 1,9 milhão), Juazeiro (R\$ 1,5 milhão), Lauro de Freitas e Itabuna, com R\$ 1,4 milhão, e Ilhéus (R\$ 1,2 milhão). Outras cinco cidades do estado receberão R\$ 1,1 milhão: Barreiras, Porto Seguro, Alagoinhas, Jequié e Teixeira de Freitas. Grande parte do recurso, 80%, só pode ser usado para bancar subsídio mensal de até R\$ 10 mil a micro e pequenas empresas, entidades, grupos e espaços culturais tragados pelo coronavírus.

Balde de gelo

O acordo do PDT com o PL, no qual os dois partidos se comprometem a seguir o mesmo rumo na política baiana, atrapalhou os planos do deputado federal José Rocha. Um dos cardeais do PL no estado, Rocha cobiça o comando da Secretaria de Agricultura em uma eventual exclusão do PDT da base do governador Rui Costa (PT), fruto do apoio ao DEM na disputa pela prefeitura de Salvador. Segundo apurou a Satélite, a pretensão de Rocha é herdar o espaço dos pedetistas no alto escalão do governo.

Fonte do desejo

Nas primeiras rodadas de negociações com o Ministério da Casa Civil sobre investimentos de US\$ 10 bilhões no país, o Fundo Soberano da Arábia Saudita, oitavo maior do mundo, sinalizou interesse especial no Baixo de Irecê. Representantes do fundo árabe deixaram claro que o megaprojeto de irrigação no semiárido da Bahia está entre as prioridades dos investidores sauditas no cardápio de ativos ofertados pelo governo Jair Bolsonaro para a iniciativa privada e garantiram uma gorda proposta para adquirir o controle do empreendimento.

Dupla da vez

Dois doleiros que atuam no estado entraram na alça de mira da Operação Faroeste. Ambos surgiram no radar pelo rastro de dinheiro seguido por investigadores do esquema.

PANDEMIA Posição de artistas, empresários e entidades tem convergido no sentido de suspender festa, diz prefeito

CARNAVAL PODE SER ADIADO E BAIRROS PODEM VOLTAR A FECHAR COMÉRCIO

BRUNO BRITO

Com a pandemia do novo coronavírus, as festas populares de Salvador podem ter novo formato ou mesmo serem adiadas, mas isso só será definido após conversas com empresários e artistas ligados ao setor. Segundo o prefeito de Salvador, ACM Neto (DEM), embora a tendência seja pelo adiamento do Carnaval, ainda não há definição sobre uma nova data. Outros eventos que ainda terão seus moldes definidos são os relacionados aos festejos religiosos, a exemplo da Lavagem do Bonfim. Segundo o prefeito, a realização de todos esses eventos está sujeita a adaptações.

Em relação ao Carnaval 2021, de acordo com o gestor, o anúncio da decisão sobre a realização da festa só acontecerá após entendimento com empresários, artistas e Conselho do Carnaval. "Hoje, com uma posição progressivamente convergente de empresários, artistas, Conselho do Carnaval e entidades que representam manifestações populares, é muito provável que anunciemos a suspensão do Carnaval, porém isso ainda não está oficializado", disse. Segundo ele, o ideal é que haja uma definição conjunta entre cidades que realizam a festa.

Segundo o prefeito, essa decisão só será tomada após as definições referentes ao Festival da Virada Salvador. "Não faremos o Festival da Virada nos moldes tradicionais. Assim que eu conseguir fechar decisões



Entre os 163 bairros de Salvador, 17 já contam com mais de mil casos acumulados da Covid-19, segundo levantamento da prefeitura

sobre a Virada do Ano e sobre o Carnaval, irei comunicar. Já existe consenso de que não é necessário aguardar até novembro para pu-

blicar a decisão. Ninguém tem ideia de quando teremos uma vacina de alcance nacional", salientou.

Covid-19 nos bairros

Entre os 163 bairros de Salvador, 17 já contam com mais de mil casos acumulados da Covid-19, de acordo com o levantamento realizado na última segunda-feira, 17, pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS). Por conta desse alto número de casos, o prefeito ACM Neto (DEM) já cogita retornar com as medidas restri-

tivas em bairros que já contaram com as ações, a exemplo de Brotas, que ocupa a segunda posição no ranking divulgado, com 2.072 casos confirmados.

"Se for preciso voltar a Brotas, voltaremos. Onde for preciso voltar, nós iremos. A Prefeitura não tem se furtado de entrar no bairro quando ele oferece risco, mas é uma decisão que será tomada nos próximos dias, quando vão vencer os decretos", explicou o prefeito, ontem, durante coletiva a jornalistas, em que anun-

ciou ações da prefeitura para estimular a economia criativa da capital baiana.

Há seis bairros sob intervenção da Prefeitura: Pernambués, lider em número de casos, com 2.459 casos confirmados; Santa Cruz, com 1.589 casos, São Cristóvão, com 1.333 casos, Nordeste de Amaralina, 1.115 casos, Mata Escura e Pirajá.

O prefeito sinalizou que algumas atividades podem não ter seu retorno autorizado na próxima segunda-feira, 24, no início da fase 3 de retomada da eco-

nomia. "Talvez seja mais prudente adiar o início de algumas atividades. A decisão não está tomada ainda, mas acho que não deveria voltar clube social e cinema, por exemplo. Acho que devemos esperar mais um tempo", disse. De acordo com os protocolos já publicados pela Prefeitura, a fase 3 prevê o retorno de parques de diversões e parques temáticos, teatros, cinemas, casas de espetáculos, clubes sociais, recreativos e esportivos, centro de eventos e convenções.

Bairro de Brotas, com 2.072 casos, pode sofrer uma nova interdição

CORREIOS Por período indeterminado, sindicato da categoria irá manter apenas 30% do efetivo em operação

GREVE PREJUDICA COMÉRCIO ONLINE DURANTE PANDEMIA

TAINÁ CRISTINA*

Em decorrência da greve dos funcionários da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (Correios), usuários temem pela demora de encomendas ou suspensão de outros serviços. Em greve por período indeterminado, o Sindicato dos Trabalhadores do Correios (Sincotelba) irá manter 30% do efetivo.

A paralisação foi decidida na noite da última segunda-feira. A privatização da estatal, a negligência com a saúde dos trabalhadores na pandemia e a revogação atual do acordo coletivo são alguns das motivações da

mobilização da categoria.

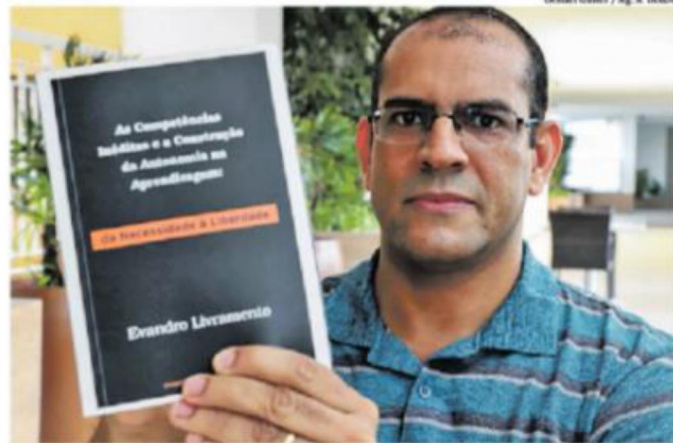
Ainda segundo o Sincotelba, os trabalhadores querem a manutenção do acordo coletivo, conforme decisão do Tribunal Superior do Trabalho (STF) em dissídio coletivo protocolado em 2019. "Nossa intenção é defender o direito da nossa família, daquilo que está na Constituição, a dignidade", salientou a secretária-geral do Sincotelba, Lucila Pereira.

Para o produtor digital, Evandro Livramento, 49 anos, que comercializa livros pela internet e utiliza do Correios como principal ferramenta e fonte de renda, a situação é complicada. "Tenho

uma venda digital bem ativa e faço bastante compras. Não se sabe como deve ficar a questão dos serviços e o prejuízo pode ser grande".

Por meio de nota, os Correios informam que "a empresa propõe ajustes dos benefícios ao que está previsto na CLT e em outras legislações. Assim, a estatal persegue dois grandes objetivos: a sustentabilidade da empresa e a manutenção dos empregos de todos", consta no comunicado.

Em relação ao acordo coletivo, a Federação Nacional dos Trabalhadores em Empresas dos Correios e Similares (Fentect) informou que



Produtor digital Evandro comercializa livros e usa os Correios como principal ferramenta

Funcionários reivindicam também o cumprimento do acordo coletivo

foram retiradas 70 cláusulas com direitos como 30% do adicional de risco, vale-alimentação, licença-maternidade de 180 dias, auxílio-creche, indenização de morte, auxílio de dependentes com deficiência, pagamento de adicional noturno, horas extras, tiquete-ferias e de afastamento por licença médica,

plano de saúde, repouso no domingo, licença-adoção e outros direitos. "Os Correios não pararam de fazer os serviços e não houve, por parte da empresa, nenhuma consideração para esse risco", finalizou Lucila Pereira.

*SOB A SUPERVISÃO DA EDITORA MEIRE OLIVEIRA

Veículo: A Tarde	Caderno: Especial
Data: 19/08/2020	Página: A7

PIB cai 8,7% no 2º trimestre, pior resultado desde 1980

CRISTINA ÍNDIO DO BRASIL

Agência Brasil, Rio de Janeiro

O Produto Interno Bruto (PIB, a soma de todos os bens e serviços produzidos no país) caiu 8,7% no segundo trimestre deste ano, em relação ao período imediatamente anterior, na análise da série dessazonalizada. É o que indica o Monitor do PIB, divulgado ontem pela Fundação Getúlio Vargas. De acordo com o coordenador do Monitor do PIB-FGV, Cláudio Considera, o resultado da economia no segundo trimestre foi "o pior já vivenciado pelo país desde 1980".

Já na avaliação mensal, o indicador da atividade econômica do Brasil teve alta de 4,2% em junho, se comparado a maio. Na comparação interanual, a economia recuou 10,5% entre abril em junho e 6,5% em junho.

Pandemia

Para Cláudio Considera, é inevitável que a pandemia da Covid-19 trouxe enormes desafios para a economia brasileira, que ainda deve demorar a ter solução. Apesar disso, segundo o coordenador, na análise desagregada dos meses do segundo trimestre, foi possível notar que o pior desempenho foi em abril.

"Embora as taxas interanuais de maio e junho ainda estejam muito negativas, já houve melhora dos resultados nesses meses na comparação dessazonalizada. Esses resultados mostram que, embora a economia esteja no segundo trimestre em situação pior em comparação ao anterior, no curto prazo já se observa uma melhora da atividade", disse.

Empresa investe R\$ 1,3 bi em energia eólica na Bahia

MARJORIE MOURA

A partir de outubro está previsto o início das obras do primeiro complexo eólico na região Nordeste da Bahia, localizado entre os municípios de Tucano, Araci e Biritinga, a 268 km de Salvador. A estimativa é que a empresa paulista AES Tietê invista R\$ 1,3 bilhão na primeira fase de construção dos parques, que terão capacidade instalada de 322 Megawatts (MW).

Estima-se que todas as etapas da obra gerem até 500 empregos, aproveitando em parte a mão de obra local. De acordo com a empresa, o parque terá as maiores turbinas já instaladas no País em potência e tamanho. Este é o segundo empreendimento da Tietê no estado, onde também é responsável pela operação do Complexo Eólico Alto Sertão II, situado nas cidades de Caetitê, Guanambi, Igaporã e Pindaí, a 636 km de Salvador.

O governo do estado, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), tem apoiado institucionalmente a implantação do empreendimento. "As energias renováveis são um orgulho para Bahia e é uma satisfação saber que teremos aerogeradores alavancando a economia em uma região que, até então, não era explorada pela eólica. É importante ressaltar o papel da SDE como articuladora jun-

to a outros órgãos como aqueles responsáveis pela política de terras, órgãos ambientais, entes responsáveis pelo patrimônio histórico, artístico e cultural, além das prefeituras, buscando melhorias nos processos autorizativos que impactam no prazo e até na viabilidade dos empreendimentos eólicos", afirma o vice-governador João Leão, secretário da pasta.

No primeiro semestre de 2020, a Bahia liderou a geração de energia eólica no país, segunda maior fonte da matriz energética brasileira, com 32,4% da matriz nacional e por 48,2% no estado, de acordo com o Informe de Energia Eólica da SDE. São 172 parques em operação, espalhados por 20 municípios, têm 4,2 Gigawatts (GW) de capacidade instalada. Desde 2012, o montante investido nos parques em atividade ultrapassa os R\$ 16,5 bilhões e foram gerados mais de 45,9 mil empregos diretos na fase de construção dos parques. Os 123 novos parques contratados, que entram em operação até 2025, terão capacidade instalada de 3,5 GW e vão gerar 53 mil empregos. A previsão é que, juntos, possam injetar R\$ 13,2 bilhões no estado.

De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), a capacidade instalada no país chegou à marca de 16 GW no primeiro semestre de 2020. São 637 parques eólicos e 7.738



AES Tietê já é responsável na Bahia pelo Complexo Eólico Alto Sertão II

aerogeradores.

De acordo com Rodrigo D'Elia, diretor de Engenharia e Construção da AES Tietê, a empresa trabalha com as matrizes energética hídrica, solar e eólica, com nove usinas hidrelétricas e três pequenas centrais hidrelétricas, os Complexos Solares Guaibembé e Ouroeste, em São Paulo. Ele acredita que estas formas de geração de energia são complementares, porque apesar da hidráulica estar condicionada ao clima, as demais também são intermitentes.

Ele explicou que a região foi prospectada pelo departamento de novos negócios como solução customizada de acordo com a necessidade dos clientes da empresa. O projeto foi adquirido de um desenvolvedor, a empresa buscou as formas de execução. A previsão é que o projeto seja concluído até meados de 2022. Quando es-

tiver em funcionamento máximo a previsão é a produção de 1.600 GWh.

Primeira etapa

A primeira etapa das obras do Complexo Eólico Tucano será composta por 52 turbinas, que serão fornecidas pela Siemens Gamesa, cuja unidade produtiva fica no município de Camaçari, na Bahia. As turbinas serão instaladas em torres de aço de 115 metros de altura e terão pás de mais de 80 metros de comprimento, formando uma circunferência de 170 metros de diâmetro. As obras da primeira fase serão iniciadas após parecer do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e emissão das licenças ambientais emitidas pelo Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Inema).

A segunda fase do projeto, ainda sem prazo para o início nem estimativa de custos, te-

rá capacidade instalada de 258 MW, totalizando 580 MW em todo o parque. A AES Tietê iniciou um trabalho de diagnóstico social da região para identificar as potencialidades da comunidade e os desafios locais. Com esses dados, a companhia planejará iniciativas de desenvolvimento social a serem implementadas nos municípios do entorno do complexo eólico, alinhadas com as diretrizes de Sustentabilidade e de Investimento Social Privado.

Em Alto Sertão II, a empresa emprega nove colaboradores e outros 70 prestadores de serviço. Os parques, com 230 torres eólicas, têm capacidade instalada para gerar 386,1 MW de energia, contratada por 20 anos, por meio do leilão de energia de reserva e leilão de energia nova realizados em 2010 e 2011, cujos contratos expiram em 2033 e 2035, respectivamente.

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 19/08/2020	Página:

Correio*

Natura Musical vai investir R\$ 2 milhões na cultura da Bahia

EDITAL Natura Musical, plataforma de cultura da Natura que está completando 15 anos, anuncia ampliação do seu edital através de parceria com secretarias estaduais de cultura. Na edição de 2020, o programa vai combinar recursos próprios com investimentos via leis de incentivo estaduais. Outra novidade é uma parceria desenvolvida entre Natura Musical e os fundos de cultura estaduais de Minas Gerais, do Pará, da Bahia e do Rio Grande do Sul. O investimento será direcionado a projetos e iniciativas apenas de âmbito regional. Ao todo, o Edital Natura Musical distribuirá R\$ 8,5 milhões, sendo R\$ 1,5 milhão para a projetos de todo o Brasil; R\$ 1 milhão para Minas Gerais; R\$ 1 milhão para a Bahia; R\$ 1 milhão para o Pará ; R\$ 1 milhão para o Rio Grande do Sul. As doações aos fundos de cultura têm valor total de R\$ 3 milhões, repartidos igualmente entre Minas Gerais, Bahia e Rio Grande do Sul.

Correio*

miriam leitão



blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/

A Petrobras valia ontem a preço de mercado R\$ 300 bilhões. O auxílio emergencial custa o dobro disso em um ano. Se fosse mantido por doze meses, seriam R\$ 600 bilhões. Vinte vezes mais do que o Bolsa Família, que no mesmo período consome R\$ 30 bilhões. O auxílio que tem tal peso nas contas é o que encanta o presidente Bolsonaro. O ministro Paulo Guedes oferece um prêmio de consolação: o Renda Brasil. Ele será insuficiente para manter a sensação dada a quem recebeu o auxílio nesta pandemia.

Esse é o centro de um dos dilemas de Paulo Guedes. O auxílio reduziu o peso da recessão e aumentou a popularidade do presidente. Contudo, tem um custo impagável. O outro dilema são os investimentos pedidos pelos militares e as obras defendidas pelos ministros setoriais. Separadas podem ter boas justificativas, todas juntas serão a pá de cal no programa que o ministro vendeu ao mercado como aquele que seria aplicado durante o governo Bolsonaro. Resta pouca coisa do programa original. Não foi feita a privatização, a reforma administrativa mofa na gaveta presidencial, a capitalização foi

derrubada pelo Congresso, a abertura comercial virou um acordo com a União Europeia de incerta homologação. Se descarrilhar o gasto, nada restará.

Agosto é mês em que todo ministro da economia fica sob pressão porque fecha-se o orçamento e cada área quer evitar cortes. Desta vez é pior porque a situação é muito mais complicada. A pandemia elevou espantosamente os desafios fiscais do país. Luta-se pelo gasto imediato e pela despesa do ano que vem.

Há uma velha lei da selva brasiliense. Toda vez que o presidente tem que dizer que alguém está prestigiado é porque este alguém está sob ataque. Quem está forte não precisa ser fortalecido. No caso de Paulo Guedes,

ele sentiu necessidade de reforçar a si mesmo e disse que Bolsonaro tem confiança nele e ele tem confiança no presidente.

O maior ataque ao ministro vem do próprio presidente. Guedes pode vencer as quedas de braço parciais contra os ministros Rogério Marinho, Tarcísio de Freitas ou até o general Braga Netto. Mas não será possível vencer um presidente em campanha eleitoral, enamorado de si mesmo, e com ouvidos abertos aos que prometem que todo aquele eleitorado será dele se ele continuar gastando, dando auxílios e inaugurando obras, mesmo as que não foram feitas por ele.

Bolsonaro não sabe governar. Sua agenda se resume à defesa dos clubes de tiro, onde seus filhos gostam de brincar, ao

desregramento do trânsito, às vantagens corporativas de militares e policiais. Presidentes assim em épocas difíceis costumam criar falsos adversários, mentir sobre a realidade e entrar em campanha. Bolsonaro usou as três técnicas e com elas tenta encobrir sua incapacidade administrativa.

Entre Bolsonaro e seu objetivo há o tempo e os limites dos cofres públicos. Mesmo que o ministro da Economia aceite ceder, ele sabe que não pode ser por muito tempo. O Renda Brasil não terá o mesmo valor, nem a mesma amplitude do auxílio. Vai decepcionar muita gente. Para ter recursos precisará acabar com benefícios que tem defensores. O abono salarial, recebido por trabalhadores que ganham até dois pisos salariais, o seguro

defeso, dado a pescadores em época de desova dos peixes, e a farmácia popular, que reduz o preço dos remédios para determinada faixa da população. Para acabar com esses programas será preciso travar batalhas difíceis.

Paulo Guedes é um defensor dos cofres públicos incomum. Ele cede mais facilmente aos argumentos do presidente. Bolsonaro pode dizer a ele que em 2023, depois de se reeleger, ele então privatizará, diminuirá o tamanho do Estado, abrirá a economia, mas que agora não dá porque precisa lutar contra os inimigos da esquerda que atacam seu governo. O ministro é inteligente, mas cairá nesta conversa facilmente.

Entretanto, chegará o dia em que o mercado verá que o rei está nu. Bastará olhar os números. A despesa primária este ano está indo para R\$ 1,98 trilhão, o que é 27,6% do PIB. No ano que vem, terá que ser reduzida para 19,6% do PIB, em 2022, para 19,2%. Isso acontecerá por força do teto de gastos. Parte do governo quer que essa queda seja mais lenta. Mas a dívida está indo para 98% do PIB. E os juros futuros já ligaram o pisca-alerta.

COM ALVARO GRIBEL (DE SÃO PAULO)

Veículo: Correio	Caderno:
Data: 19/08/2020	Página:

Correio*

INSS começa projeto para realizar prova de vida virtual

PILOTO A partir de amanhã, o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) inicia o projeto-piloto da prova de vida por biometria facial. Nesta primeira etapa, participarão cerca de 500 mil beneficiários de todo o país. Os primeiros contatos com os segurados começam a ser realizados nos próximos dias pelo INSS por meio de mensagens enviadas por SMS, Central 135 e e-mail. Estes segurados, em sua maioria, já deveriam ter realizado o procedimento, mas muitas provas de vida foram suspensas por conta da pandemia e as medidas de distanciamento social.

Para realizar a biometria facial, o INSS usará a base de dados do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) e do Tribunal

Nesta primeira etapa, participarão cerca de 500 mil beneficiários de todo o país. Os primeiros contatos com os segurados começam a ser realizados nos próximos dias pelo INSS

Superior Eleitoral. Serão selecionados, portanto, segurados que tenham carteira de motorista e título de eleitor.

Apesar de ser um projeto-piloto, é importante destacar que o beneficiário que participar e realizar a prova de vida por biometria terá o procedimento efetivado, ou seja, não é um teste. A fé de vida valerá e o segurado não precisará se deslocar até uma agência bancária para o processo.

A prova de vida é obrigatória para os segurados do INSS que recebem seu benefício por meio de conta-corrente, conta poupança ou cartão magnético. Anualmente, os segurados devem comprovar que estão vivos, como forma de dar mais segurança ao próprio cidadão e ao Estado brasileiro, evitando fraudes e pagamentos indevidos de benefícios.

Atualmente, o procedimento de prova de vida é presencial, bastando o beneficiário apresentar um documento de identificação com foto a um funcionário da instituição bancária.

A prova de vida digital será feita por reconhecimento facial, com o uso da câmera do celular do cidadão, por meio do aplicativo do Meu INSS e do aplicativo do Governo Digital (Meu gov.br) que vai indicar se, de fato, trata-se da pessoa cujo CPF foi informado no cadastramento do INSS.

É importante destacar que, como se trata de um piloto, o ícone para a prova de vida digital estará disponível no aplicativo do Meu INSS apenas para os beneficiários selecionados e não para todos. Dessa forma, quem receber contato do INSS para participar do projeto terá acesso exclusivo ao serviço.

PIB brasileiro deve cair 8,7% no 2º trimestre, prevê FGV

RECORDE A parada da economia por causa da pandemia de covid-19 levou o Produto Interno Bruto (PIB) do segundo trimestre a registrar o pior desempenho da história, nos cálculos da Fundação Getúlio Vargas (FGV). O tombo na comparação com o primeiro trimestre foi de 8,7%, conforme o Monitor

do PIB, indicador da FGV que procura antecipar, com a mesma metodologia, o dado oficial calculado pelo IBGE, que será divulgado em duas semanas.

Nos cálculos da FGV, não há queda de um trimestre ante o trimestre imediatamente anterior nessa magnitude desde 1980.

Por outro lado, os dados já apontam para uma retomada da atividade econômica em junho. Segundo o Monitor, a atividade cresceu 4,2% em junho ante maio. Nas comparações com iguais meses de 2019, também houve melhora, com as quedas passando de 12,3% em abril e 12,6% em maio para 6,5% em junho.

MAIA ESPERA GOVERNO PARA DEBATER AUXÍLIO

PRORROGAÇÃO O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse que espera uma posição oficial do governo sobre a tentativa de se prorrogar o pagamento do auxílio-emergencial e também da criação de um programa de renda básica, para se iniciar a discussão sobre de onde viriam os recursos para isso, sem afetar o teto de gastos.

“Nessa nova fase, o governo vai precisar apresentar sua posição em relação às condições que tem o governo federal sobre como prorrogar, em qual valor, para que a gente saiba qual impacto que isso tem nas contas públicas”, disse Maia.

Para ele, o governo precisa avaliar onde conseguirá cortar despesas antes de definir qual o alcance do programa. “Governo quer acabar com o seguro-defeso, o abono salarial, cortar os recursos do sistema S. O governo tem base para fazer isso? Isso é que precisa avaliar primeiro”, disse sobre votos suficientes no Congresso para essas propostas. Maia afirmou que se o governo tentar misturar muitas coisas dentro da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) dos gatilhos do Teto de Gastos, “acabarão não passando nada.

MAIS DINHEIRO**R\$ 16 BI**

é o valor que será repassado a estados e municípios, como compensação pelas perdas de arrecadação decorrentes da pandemia do novo coronavírus. A lei autorizando o repasse foi sancionada ontem pelo presidente Jair Bolsonaro. O presidente vetou uma mudança, feita pelo Congresso, que autorizava estados, municípios e o Distrito Federal a reter saldos desse apoio financeiro que não fossem utilizados.



OSID/DIVULGAÇÃO

Centro de pesquisa das Osid testa a substância desenvolvida pela Pfizer em pacientes da instituição

AS VACINAS PELO MUNDO:

● **OMS** Segundo a Organização Mundial de Saúde, existem 165 vacinas contra o novo coronavírus sendo desenvolvidas em todo o mundo, mas apenas seis estão avançadas nas pesquisas e já entraram ou vão entrar na fase 3, quando são permitidas as experimentações em seres humanos;

● **Bahia** testa três dessas vacinas mais promissoras, todas em Salvador: a da Universidade de Oxford com a AstraZeneca; e as duas substâncias desenvolvidas pelas farmacêuticas americana Pfizer e a alemã BioNTech;

● **Brasil** testa três também: a vacina de Oxford; o imunizante desenvolvido pela Sinovac (da China) e que é uma das substâncias que o governo baiano também quer experimentar aqui; e a da Pfizer / BioNTech;

● **Mundo** também experimenta outras substâncias fora as já são testadas no Brasil e na Bahia, são elas: a chinesa CoronaVac, da empresa CanSino; a da Sinopharm, que tem duas versões de vacina, e a da empresa americana Moderna, que teve investimento de US\$ 1 bilhão de Trump.

Bahia vai testar a quarta vacina

Voluntários de 18 a 60 anos devem receber a candidata contra o vírus em setembro

Wendel de Novais*
REPORTAGEM
wendel.novais@redebahia.com.br

A Bahia receberá para testes uma quarta candidata a vacina contra o novo coronavírus, desta vez desenvolvida pela Janssen, unidade farmacêutica belga da multinacional Johnson & Johnson, que deve começar a ser testada já no mês que vem. Para que a nova substância em teste como escudo contra o vírus da covid-19 entre nessa fase experimental, depende apenas da aprovação do Conselho Nacional de Ética em Pesquisa (Conep), órgão vinculado ao Ministério da Saúde e responsável por avaliar pesquisas científicas.

O potencial imunizante já

“ Num momento como esse, existem diversas empresas querendo testar vacinas contra a covid-19 e a Bahia é um estado potencial por ter pesquisadores qualificados Júlio Croda

Pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e Ex-diretor do departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do MS

“ A Janssen mantém conversas com governos locais e organizações globais, com o intuito de garantir que os países selecionados estejam preparados Janssen

Empresa explicou em nota como trabalha junto aos estados e países para aprovar a realização dos testes da sua candidata a vacina contra o novo coronavírus

com a substância e dados não clínicos e clínicos acumulados de outras vacinas que utilizam a mesma plataforma.

CENTRO DE PESQUISA

A Janssen disse que ainda não pode informar qual será a central de pesquisas que vai coordenar os testes na Bahia, pois o local ainda não está definido. “Esse processo é resultado de iniciativas que vêm sendo conduzidas pela companhia no Brasil e em outros países para o avanço do programa de desenvolvimento clínico de sua vacina candidata. A Janssen mantém conversas com governos locais e organizações globais, com o intuito de garantir que os países selecionados estejam preparados e tenham as autorizações regulatórias necessárias para avançar com os estudos no momento oportuno”, afirmou a empresa, em nota.

Procurada pelo CORREIO para falar sobre o laboratório que conduzirá a aplicação da vacina na Bahia e como será o processo de seleção dos voluntários para os testes, a Anvisa não respondeu até o fechamento desta edição.

Os selecionados passarão por um ensaio clínico, que é um estudo de fase 3, randomizado e controlado por placebo, para avaliar a eficácia e

a segurança da vacina inicialmente batizada com o nome Ad26.COV2.S, na prevenção do vírus em adultos. Cada participante receberá dose única da vacina ou placebo.

TESTE EM MACACOS

Nas fases 1 e 2, realizadas na Bélgica e nos Estados Unidos, as doses imunizantes foram administradas em macacos do tipo rhesus. Durante a experiência, ficou comprovado que com apenas uma dose, os macacos conseguiam desenvolver, em seu sistema imunológico, uma resposta considerável ao novo coronavírus. O resultado dos testes foram divulgados em 30 de julho na revista Nature.

Ainda segundo informações da Anvisa, o fármaco administrado nos primatas e que será aplicado nos brasileiros dos sete estados selecionados na fase 3 é baseado em um vetor de adenovírus sorotipo 26 - o Ad26, que é um tipo de vírus da gripe.

Enquanto aguarda a vacina belga, a Bahia já testa outras três substâncias contra o coronavírus (veja o quadro) e o governo do estado negocia com a China e a Rússia para também testar suas candidatas a imunizante.

*COM A ORIENTAÇÃO DA CHEFE DE REPORTAGEM PERLA RIBEIRO E A COLABORAÇÃO DA REPÓRTER HILZA CORDEIRO.

BAHIA EXPERIMENTA TRÊS CANDIDATAS CONTRA O NOVO CORONAVÍRUS

Três vacinas já são testadas em voluntários de Salvador. Uma é a desenvolvida pela Universidade de Oxford, do Reino Unido, em parceria com a biofarmacêutica AstraZeneca, que está sendo experimentada no Hospital São Rafael, do Instituto D'Or. E as outras duas são desenvolvidas pela Pfizer (EUA) e BioNTech (Alemanha). O objetivo é que ao final do processo as substâncias se combinem para formar uma única vacina. Esse teste acontece no Centro de Pesquisa Clínica das Obras Sociais Irmã Dulce (Osid). Ex-diretor do departamento de Imunizações e Doenças Transmissíveis do Ministério da Saúde, o infectologista baiano Júlio Croda, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), explica que a Bahia tem recebido essa série de vacinas para testagem por ser um estado de tradição em pesquisar doenças infecciosas como a dengue, a chikungunya e a zika, com centros de estudos consolidados e pesquisadores renomados inclusive fora do país.

Prefeitura anuncia investimentos e uma série de medidas para ajudar a impulsionar a economia

Gil Santos e Vinicius Nascimento

REPORTAGEM
correio24horas@redebahia.com.br

Um polo físico de negócios será construído no bairro do Comércio, em Salvador, e estará em funcionamento até junho do ano que vem. A ordem de serviço foi assinada ontem e o equipamento será batizado de Doca 1. A função dele será fomentar o desenvolvimento de empresas e a produção e distribuição de bens e serviços que usam o capital intelectual, a criatividade e a cultura como insumos primários. A iniciativa faz parte dos sete eixos anunciados no final de julho com ações para estimular o desenvolvimento da cidade, e está ligada à economia criativa.

Segundo dados do Sebrae, o setor de economia criativa em Salvador é composto por 85% de microempresas, e atua de forma isolada, sem conexão com os diversos profissionais criativos que atuam no segmento. O objetivo do novo polo é aproximar essas duas esferas — empresas e trabalhadores. O prefeito ACM Neto destacou o potencial de Salvador na área e explicou a ação durante coletiva no estacionamento da Cadeira, no Comércio.

"Somos um caldeirão de produção criativa, um dos mais importantes do mundo. Salvador é a cidade da música, tem uma das gastronomias mais reconhecidas do Brasil. Sem dúvida alguma somos a cidade com maior influência da cultura africana fora da África. Somos berço do entretenimento, grandes eventos, da produção cultural e musical. Temos as maiores festas de rua do planeta", elencou o prefeito.

Ele elogiou a parceria com o Sebrae no projeto. "A gente tem que olhar qualificação de mão de obra, conhecimento de gestão, acesso ao financiamento e também formação de clusters criativos", disse.

O investimento no novo polo será de R\$ 9 milhões, atingindo pelo menos 40 empresas criativas da cidade em setores como cultura, música, entretenimento, design, mídia e conteúdos digitais. O Doca 1 será construído no modelo de negócios 'built to suit' — ou seja, caberá ao privado investir em mobiliário, equipamentos,

Salvador aposta no setor criativo para a retomada



Principal novidade anunciada pelo prefeito ACM Neto é a criação do Polo de Economia Criativa, no Comércio



•• Não existe no Brasil um polo para fomentar a economia criativa como esse que estamos autorizando, integrado ao Hub Salvador e ao Centro de Recuperação do Turismo ACM Neto

Prefeito de Salvador

operação e manutenção do espaço, com investimento de R\$ 2 milhões.

O setor privado também terá que recepcionar programas municipais, a exemplo da Salvador Filmes, agência de fomento para estimular produções locais que faz parte do conjunto de ações detalhadas ontem. A prefeitura, por sua vez, destinará R\$ 7 milhões em recursos para locação por encomenda, infraestrutura e realização de eventos próprios ou patrocinados.

Fisicamente, o Doca 1 terá um pé direito de dez metros de altura e utilizará contêineres, em referência à atividade portuária. O projeto do Polo de Economia Criativa apresenta traços arquitetônicos que promovem identidade com a história local, como a cobertura que foi inspirada numa rede sendo jogada ao mar. Segundo a prefeitura, o projeto prevê a utilização de vidro e material translúcido, valorizando a vista para a Baía de Todos-os-Santos.

REPERCUSSÃO

O secretário de Desenvolvimento, Sérgio Guanabara, destacou a importância do espaço, que chamou de "transformador". "Fizemos uma parceria com um ente privado, que vai construir. Posteriormente vamos fazer um

chamamento público para definir a empresa que vai fazer a gestão", disse.

Fundadora e designer da NonStop, empresa de design estratégico, Livia Fauze conta que o mercado de economia criativa em Salvador teve uma década muito próspera, com o surgimento de várias feiras, eventos, festivais e pequenos negócios criativos nas áreas de moda, gastronomia e música, por exemplo.

De acordo com Livia, a desaceleração dessas iniciativas por conta da pandemia forçou que essas iniciativas se voltassem para o digital e iniciassem um processo que deve se tornar rotina na cabeça dos empreendedores locais: uma maior coragem para arriscar e se replanjar com frequência para manter seus negócios atrativos. Caso isso seja alcançado, ganha o empreendedor e ganha a cidade.

"Olhando para o futuro, teremos mudanças constantes e é preciso estar preparado para adaptações diárias de estratégia e visão. A criatividade é característica que vai dar o tom para o posicionamento das empresas e a própria retomada de Salvador. Por isso é importante ter um apoio do Poder Público, como a prefeitura já faz há um tempo com o Hub e a parceria com o Sebrae no Parque da Cidade", conta.

Confira outras ações para estimular retomada

O prefeito ACM Neto anunciou outras ações para estimular a economia criativa na cidade, que impactam mais de 5,6 mil empreendimentos geradores de 52 mil empregos. O objetivo é promover apoio emergencial ao mais vulneráveis do segmento, a realização de editais, implementar intervenções urbanas e equipamentos culturais e criar ações estruturantes com impacto de médio e longo prazo.

Entre as ações de apoio imediato está a adequação do Teatro Gregório de Mattos para a realização de atividades on-line e semipresenciais. O teatro e outros equipamentos da Fundação Gregório de Mattos (FGM) terão ainda isenção do valor de pauta até o final de 2021.

Serão lançados ainda editais emergenciais, somando, entre recursos federais e municipais, mais R\$ 20 milhões. Entre esses editais estão o Fábrica de Musicais e aquele voltado para a ocupação dos espaços culturais do projeto Boca de Brasa, iniciativas da FGM. Em nível federal, o município vai buscar recursos por meio da lei Aldir Blanc.

CAPACITAÇÃO

Haverá, ainda, um programa de desenvolvimento profissional de jovens empreendedores, por meio do com- portamento, focado na economia criativa. Personalizado, a ação ocorrerá 100% on-line, por intermédio de webcoaching e webinars. Outra ação será a criação de um roteiro urbano de arte no Comércio, com obras em edificações, e a entrega de novos equipamentos culturais, a exemplo da biblioteca Denise Tavares e do novo espaço do Boca de Brasa em Cajazeiras.

Entre as ações estruturantes, as empresas que apoiarem projetos culturais via Lei Municipal de Incentivo à Cultura obterão benefício tributário equivalente a 90% do valor investido. Atualmente, este benefício corresponde a 80%.

A criação da agência de fomento Salvador Filmes terá várias funções, a exemplo de agregar informações relativas a profissionais e fornecedores, núcleos criativos, editais e outras oportunidades de financiamento. Estimulará ainda espaços e projetos de formação profissional, plano para a inserção da capital baiana em acordos, protocolos, redes colaborativas e associações de film commissions e eventos nacionais e internacionais.

Tribuna

Rui
Costa



Inauguração

Hoje, às 9h30, o governador Rui Costa inaugura a reforma do Quartel Geral da Polícia Militar, no Largo dos Afritos, centro da cidade. Na ocasião, serão entregues os diplomas a policiais militares que atuaram na tragédia da lancha Salvador/Mar Grande em 2017 e foram promovidos por bravura. A solenidade terá a participação do comandante-geral da PMBA, coronel Anselmo Brandão, oficiais e praças da corporação. A reforma teve um investimento de R\$ 1,3 milhão, recurso do Governo do Estado. Construído em 1639, o prédio que sedia o comando geral da instituição passou pela última reforma em 1987 e agora conta com melhorias na estrutura física, uma nova rede elétrica e hidráulica e reforma do auditório.

Imposto

As perguntas relacionadas à reforma tributária na rodada de agosto da pesquisa XP/lpes mostram que apenas 10% dos brasileiros se dizem bem informados sobre o tema em discussão no Congresso Nacional, enquanto 61% se dizem mais ou menos ou pouco informados e 26% dizem que não estão informados sobre o assunto. O levantamento mostra que a rejeição à criação de um imposto sobre transações, da qual 78% dizem discordar, cai consideravelmente se ela for atrelada à criação de um programa para substituir o Bolsa Família e beneficiar mais pessoas (43% discordam e 43% concordam) ou à substituição de impostos pagos por empresas para facilitar novas contratações (37% discordam e 46% concordam).

Governo e Congresso vão buscar recursos para obras sem ferir teto

MARINA BARBOSA, DO CORREIO BRASILIENSE

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, disse ontem que o Ministério da Economia vai trabalhar junto com o Congresso Nacional para investigar recursos para os investimentos públicos que são "necessários e prioritários à sociedade" dentro do teto de gastos. A ideia é fazer isso revisando os gastos obrigatórios do Orçamento, por meio de reformas econômicas.

"Esse trabalho está sendo gestado agora, vai ser conduzido junto ao Congresso. É um trabalho de composição, muita coisa precisa ser alterada. Mas é um trabalho que o nosso Ministério permite fazer por ter muitas frentes ao mesmo tempo. Então, a gente conecta a reforma tributária com as medidas trabalhistas e parte da proteção social junto da reforma fiscal e administrativa, que gera mais recursos para que a gente possa fazer os investimentos necessários e prioritários à sociedade agora", declarou Guarany. Em evento realizado pelo Santander nesta terça-feira.

Segundo Guarany, "é óbvio que, após a pandemia e tendo em vista o aumento de gastos que tivemos, as pressões políticas continuam", seja para realizar investimentos públicos, quanto para prolongar benefícios como o auxílio emergencial. Ele defendeu, contudo, que tudo isso precisa ser feito dentro do teto de gastos, já que as dificuldades fiscais do Brasil só aumentaram diante da covid-19. "O mundo não mudou, só estamos um buraco mais embaixo", disse.

A ideia da equipe econômica é, portanto, usar os



CAMINHO

A ideia é fazer isso revisando os gastos obrigatórios do Orçamento, muito criticado

debates legislativos para reduzir os gastos obrigatórios do governo. E, assim, conseguir liberar algum recurso para as obras de infraestrutura que vêm sendo cobradas pela ala desenvolvimentista do governo e também para o programa que deve substituir o Bolsa Família quando o auxílio emergencial chegar ao fim, o Renda e Brasil.

"Precisamos de mais recursos públicos para aquilo que a população precisa, mas esse trabalho é feito revisando as despesas que tem hoje, revisando o que entendemos que não é mais objetivo da sociedade hoje. E aí libera espaço para fazer o Renda Brasil e ter mais espaço para investimentos públicos", comentou Guarany. Ele destacou, contudo, que esse investimento, além de necessários e prioritários, devem ser complementares à estratégia de parcerias com a iniciativa privada.

TRÊS D'S

O que pode viabilizar isso, segundo o número dois da pasta comandada por Paulo Guedes, são os "três D's que o ministro gosta: desindexar, desvincular e desobrigar despesas". A equipe econômica entende que hoje o governo gasta muito, mas muito mal. E que, por isso, é possível rever gastos e "cortar privilégios" para melhorar o uso dos recursos públicos. A possibilidade já está em estudo com o relator do Orçamento e da PEC do Pacto Federativo, o senador Márcio Ferrar (MDB-AC), que se reuniu com Guedes nessa segunda-feira (17/08), quando o ministro da Economia admitiu que, apesar do embate com a ala desenvolvimentista do governo, haverá planejamento de recursos para as obras públicas.

Além disso, o Ministério da Economia quer avançar na pauta de proteção social, que se mostrou fundamental

na pandemia do novo coronavírus com o sucesso do auxílio emergencial na proteção dos mais vulneráveis, na retomada da economia e na popularidade do presidente Jair Bolsonaro. "A rede de proteção social precisa ser melhorada, tem muita gente que não tinha acesso. Como aumenta? Como faz o Bolsa Família chegar a algo maior? A melhoria do gasto público pode desviar mais recursos a esse programa", afirmou Guarany.

Está em estudo, por exemplo, rever programas como o abono salarial para criar o Renda Brasil. Outra ideia é desonerar a folha de pagamento para facilitar a geração de empregos e a formalização dos informais que hoje recebem os R\$ 600 do pós-coronavírus. Mas essa proposta pode ser discutida junto à reforma tributária. Afinal, Guedes gostaria de bancar a desoneração da folha com a criação da CPMF Digital.

RETOMADA

Governo vê recuperação econômica do país mais próxima, diz Guarany

ISABEL VERSIANI, DA REUTERS

Dados econômicos mais recentes indicam que a recuperação da economia brasileira pode acontecer em um formato mais próximo a um V, afirmou ontem o secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guarany, destacando que a população está se acostumando a conviver com o risco da pandemia e também tem se beneficiado do auxílio emergencial pago pelo governo.

"O ministro Paulo Guedes sempre citava no início uma retomada em V da Nike, o 'swosh', ele calmas sobe com uma inclinação menor. Mas o que a gente está vendo é que não, pode ser um V um pouco mais inclinado", disse Guarany durante evento virtual do banco Santander, citando dados favoráveis de des-

pesas no cartão de crédito, arrecadação tributária e venda de petróleo.

"Estamos um pouco longe de voltar a que éramos antes, mas acreditamos que isso pode estar regressando, sim, a patamares mais rápidos do que acreditávamos. Isso nos permite fazer revisão de queda de PIB, permite ajustar as nossas políticas", acrescentou.

Guarany frisou que, ainda que o pagamento do auxílio emergencial de 600 reais mensais seja "muito bom" para a população, ele não é sustentável e não poderá ser mantido.

O secretário ressaltou ser muito importante que a "gastança" relacionada à pandemia fique restrita a este ano e reiterou que o governo está focado na formulação de um novo programa social, o Renda Brasil, com valor superior ao pagamento médio de 190 reais da Bolsa Família.

Beneficiários do auxílio emergencial enfrentam sol e fila de até 4 horas

Longas filas têm se formado nas agências da Caixa para o recebimento do Auxílio Emergencial de R\$600,00. O dia foi de pagamento da nova parcela do Auxílio para beneficiários nascidos em setembro. Ao todo, 4 milhões de brasileiros estão aptos a receber os R\$ 600 em uma etapa.

Alguns dos usuários relataram que passaram mais de 4 horas na fila. "Muito complicado passar todo esse tempo no sol quente, mas é preciso enfrentar", disse quem esperava a sua vez para acessar a agência.

Na avenida, existem duas tendas para abrigar os usuários na sombra, mas elas não foram suficientes e a maioria dos usuários precisou esperar ao sol. Além disso, parte das pessoas não respeitou o distanciamento recomendado durante a pandemia.

"Hoje é o único dia que eu posso vir porque é a minha folga, aí vive quem comprar a sombrinha pra não fi-

car muito tempo no sol, passando mal", declarou.

As agências da Caixa Econômica Federal fecharam, ontem, a funcionar em novo horário. O atendimento a serviços essenciais era das 8h às 14h e passou a ser das 8h às 13h. Com a diminuição do tempo de serviço ao público, será que as filas irão aumentar ainda mais? O pagamento do auxílio emergencial será alterado? Os saques e pagamentos desta etapa do auxílio emergencial fazem parte do Ciclo 1, seguindo o calendário divulgado pela Caixa Econômica Federal. Os pagamentos das próximas parcelas do auxílio emergencial passou a ser organizado por meio de crédito na poupança social digital e saque em espécie.

O superintendente da Caixa Econômica Federal, Paulo Nery, disse que "a gente tem feito um esforço grande para levar informações para as pessoas.

RETOMADA

Após rombo, governo vê volta ao superávit primário

MARCELA AYRES, REUTERS

A equipe econômica prevê que o governo central vai registrar um déficit primário recorde de 25,2 bilhões de reais em julho, sob o impacto dos pagamentos do auxílio emergencial e um aumento generalizado em diversas despesas, mas que voltará a ter contas superavitárias em outubro e novembro.

A trajetória contrasta com a projeção do mercado, que considera um déficit menor para julho, de 103,5 bilhões de reais, mas sem perspectiva de superávits até o final do ano, mostrou nota elaborada pela Secretaria de Política Econômica (SPE).

"A partir de setembro, as expectativas são de aumento de receitas, trazendo algum otimismo em relação à recuperação da atividade econômica", disse a nota.

Enquanto o governo es-

tima superávits de 5,5 bilhões de reais e 5,1 bilhões de reais para o governo central em outubro e novembro, respectivamente, os números coletados pela mediana do boletim Prisma são de déficits de 26,4 bilhões de reais e de 40,2 bilhões de reais.

A Reuters, o coordenador-geral de Projeções Econômicas, Bernardo Borba de Andrade, atribuiu as diferenças a premissas distintas adotadas principalmente para o Produto Interno Bruto (PIB), para os juros e para o câmbio em 2020, destacando que as contas do governo levam em conta uma retomada mais forte.

Ele ressaltou que em julho o governo manteve sua perspectiva de contração da economia de 4,7% este ano, num momento em que agentes do mercado chegaram a mencionar quedas da ordem de 9% a 10%.

"O que a gente tem para

o primeiro semestre é uma queda de 5,3%. Então se a gente pensar numa queda de 5,3% e pensar que o segundo semestre deve ser um pouco melhor que o primeiro, o que é natural, a gente estaria convergindo para esse número de 4,7% que estávamos apontando (para o ano). Pode ser que o mercado estivesse olhando para previsões mais pessimistas de PIB", disse Andrade.

Para dezembro, mês em que as contas públicas usualmente ficam no vermelho, o governo calcula um dado negativo em 15,3 bilhões de reais, ao passo que o mercado vê um déficit primário de 57,7 bilhões de reais.

Já em relação ao resultado consolidado de 2020, a equipe econômica projeta déficit de 787,4 bilhões de reais para o governo central e o mercado, de 765,9 bilhões de reais, números que já haviam sido divulgados no mês passado. No primeiro

semestre, o rombo nas contas públicas foi de 417,217 bilhões de reais, pressionado pelos gastos com as medidas de enfrentamento à pandemia.

Após uma retração de 1,5% no primeiro trimestre, a SPE vê um tombo de 9,4% da atividade econômica para o período de abril a junho, com base em dados da Fazenda e no IBC-Br, indicador do Banco Central que é considerado uma prévia do PIB.

Anda que historicamente ruim, a nota destaca que esse desempenho do segundo trimestre na comparação com o primeiro será, se confirmado, melhor que o observado em grandes economias como Reino Unido (-20,4%), França (-13,8%), Alemanha (-10,1%) e Estados Unidos (-9,5%).

"O timing e o volume dos gastos, do auxílio emergencial, com certeza contribuíram para isso", afirmou Andrade.

ARRECADAÇÃO

Auxílio emergencial ameniza a queda do PIB

ISRAEL MEDEIROS, CORREIO BRASILIENSE

Semana após semana, as projeções do mercado financeiro para o desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro melhoraram. De acordo com o último Boletim Focus, do Banco Central, o PIB deve encolher 5,2% em 2020. É uma previsão melhor que a de meados de junho, quando, em meio ao receio por uma segunda onda de casos da covid-19 e efeitos acentuados da pandemia, a previsão de um recuo superior a 6%.

Na época, entidades internacionais, como a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) chegaram a projetar queda de 9,1% para

a economia brasileira. Porém, em julho, a recuperação do auxílio emergencial reabertura da economia e pelo efeito do que os economistas chamam de "injeção de consumo na veia", referindo-se ao auxílio emergencial de R\$ 600.

Por isso, economistas olham com atenção para a possibilidade de renovação do benefício neste segundo semestre, pois ela poderá impactar nos resultados econômicos. O plano do governo é implementar um novo programa de renda mínima, o Renda Brasil, que substituirá o Bolsa Família.

No caso do auxílio, o governo estuda prorrogá-lo até o fim do ano, com um valor menor, de R\$ 200. Considerando os cenários possíveis, as projeções do PIB por especialistas variam

entre 4% e 6% de recuo. Uma eventual manutenção do auxílio emergencial significaria um resultado mais positivo. Já a interrupção poderia causar uma queda mais acentuada na economia.

Para José Luis Oreiro, professor da Universidade de Brasília (UnB), as projeções captadas pelo Focus estão incorretas. "Se a gente olhar dados de arrecadação fiscal e de queda de importações, tudo aponta para uma queda de dois dígitos", argumentou.

Oreiro avalia que o auxílio emergencial não terá tanta influência no resultado do PIB, e afirma que o Brasil poderá ter um desempenho parecido com nações que foram ineficientes em medidas para conter o avanço da pandemia. "Outros países fizeram progra-

mas de assistência também, como foi o caso do Reino Unido. Isso não impediu de ter uma queda de 20,4% no segundo trimestre. Acho que teremos um comportamento do PIB parecido com Reino Unido e Estados Unidos", disse.

Já Marcelo Kfoury, coordenador do Centro Macro Brasil da FGV, acredita que a previsão do Focus está correta e que o auxílio tem grande influência no resultado, ao lado do retorno às atividades no setor produtivo. "Os R\$ 600 do auxílio incentivaram muito a economia, mas o valor poderá ser diminuído, uma vez que está gerando um déficit alto para os cofres públicos. Mas há um equilíbrio na regra do teto de gastos em caso de calamidade pública", explicou.

CUSTO

Energia elétrica é cara ou muito cara para 84% dos brasileiros

AGENCIA BRASIL

Oitenta e quatro por cento dos brasileiros entrevistados pelo Ibope e pela Associação Brasileira dos Comercializadores de Energia (Abraceel) consideram a energia elétrica cara ou muito cara. Para a Abraceel, o valor pago pelos consumidores tem se tornado mais evidente nas despesas das famílias, já que as pessoas que consideravam o serviço caro ou muito caro no ano de 2019 – primeiro de realização da pesquisa – chegaram a 67%. O percentual atingiu a maior marca em 2014 (88%) e no ano passado (87%). A pesquisa ouviu 2 mil pessoas em todas as regiões do país, entre os dias 24 de março e 1º de abril.

Considerando os dados deste ano, 55% dos entrevistados afirmaram que o alto preço é causado pelos impostos e 29%, pela falta de concorrência no setor. Hoje a energia elétrica é um dos serviços mais taxados, por uma razão muito simples: os governos estaduais têm muita facilidade em arrecadar imposto por meio da conta de luz, então incidem diversos impostos – federais, estaduais – e o consumidor percebe que a energia é cara devido aos muitos tributos", disse o presidente da Abraceel, Reginaldo Medeiros.

Ele lembra que os valores dos impostos estão descritos em cada conta, para que o consumidor possa consultar. Segundo Medeiros, além desses dois fatores apontados pelos entrevistados, outro motivo atrelado ao alto preço das contas são os subsídios cruzados, que, conforme explica, "é o que um consumidor paga pelo outro". Ele citou dois exemplos em que os mais pobres pagam pelos mais ricos: subsídios para o

agronegócio – devido aos subsídios para áreas rurais – e para aqueles que instalam painéis fotovoltaicos.

"Há consumidor rural que tem desconto de 90% na irrigação durante a madrugada. Isso é um subsídio que alguém paga. Há muitos subsídios cruzados. Agora está se colocando muito painel fotovoltaico, quem coloca principalmente é quem tem dinheiro para instalar. Quando ele instala o painel, há uma série de benefícios que a rede elétrica traz para ele, que é por exemplo regularizar energia", disse.

Essa regularização diz respeito ao fornecimento de energia elétrica durante a noite, quando não há energia solar para garantir a demanda. "Isso é um benefício que a rede elétrica traz, mas hoje ele não paga nada. Quem paga esse subsídio é o consumidor que não instalou um painel fotovoltaico para esse consumidor mais rico".

MERCADO LIVRE

Em 80% dos casos, os entrevistados gostariam de escolher sua operadora de energia elétrica. Já em 2014, esse percentual era de 66%. A Abraceel defende o modelo do mercado livre, em que o consumidor possa escolher sua fornecedora de energia, e considera que essa é uma forma de tornar o setor mais competitivo.

O estudo apresenta dados sobre possível mudança do mercado cativo de energia – atual sistema no qual o consumidor compra energia da distribuidora – para o mercado livre. Quando ele tem a possibilidade de escolher quem será a sua fornecedora de energia: 63% trocariam de fornecedor de energia caso a medida fosse implementada no país; em 2014, esse percentual era de 57%. No ano passado, chegou a 68%.

Tribuna

Polo vai fomentar economia criativa em Salvador

YURI ABREU
REPORTER

Treze ações que, juntas, terão um investimento de R\$ 32 milhões e tem como o objetivo estimular a economia criativa na capital baiana ante a crise provocada pelo novo coronavírus. Uma das principais, anunciada ontem pelo prefeito de Salvador, ACM Neto, foi a criação do Polo de Economia Criativa, no bairro do Comércio. O equipamento foi batizado de Doca1 e deve entrar em operação plena em junho de

2021.

As medidas divulgadas fizeram parte do último pacote de das 101 ações que integram o plano de estímulo à economia da Prefeitura. Além do segmento, foram apresentados ainda os pilares voltados para os pequenos negócios e a área de inovação. "Não existe no Brasil um polo para fomentar a economia criativa como esse que estamos autorizando aqui hoje, na Baía de Todos-os-Santos, integrado ao Hub Salvador, ao Centro de Recuperação do Turismo (CRT)

e aos novos equipamentos culturais que iremos instalar aqui nessa região do Comércio, como a Casa da História de Salvador", disse o prefeito de Salvador.

O gestor municipal explicou que o Doca 1 será construído no modelo de negócios "built to suit". Desta forma, vai caber a iniciativa privada investir em mobiliário, equipamentos, operação e manutenção do espaço, com investimento de R\$ 2 milhões. Já a Prefeitura destinará R\$7 milhões em recursos para locação por encomenda, infraestrutura e realização de eventos próprios ou patrocinados.

O espaço vai funcionar como uma plataforma de negócios para fomentar o desenvolvimento das empresas e a produção e distribuição de bens e serviços que usam, entre outros, o capital intelectual e a criatividade como insumos primários. De acordo com o Sebrae, parceiro neste projeto, o segmento é composto em 85% de microempresas com até quatro colaboradores.

Também durante a coletiva, o prefeito anunciou outras ações para estimular a

economia criativa na cidade. O objetivo é promover apoio emergencial aos mais vulneráveis do segmento, com a realização de editais, implementar intervenções urbanas e equipamentos culturais, além de criar ações estruturantes com impacto de médio e longo prazo. Entre as ações de apoio imediato está a adequação do Teatro Gregório de Mattos para a realização de atividades on-line e semipresenciais. O teatro e outros equipamentos da Fundação Gregório de Mattos (FGM) terão ainda isenção do valor de pauta até o final de 2021.

Outra novidade foi a criação da agência de fomento Salvador Filmes. O órgão terá várias funções, a exemplo de agregar informações relativas a profissionais e outras oportunidades de financiamento. Além disso, vai estimular ainda espaços e projetos de formação profissional, plano para a inserção da capital baiana em acordos, protocolos e redes colaborativas. A Salvador Filmes fará também o diagnóstico da cadeia audiovisual e a assistência a cineclubes que serão implantados pela FGM, entre outras funções.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FEIRA DE SANTANA
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
DE FEIRA DE SANTANA
CNPJ N.º 08.576.590/0001-07.

A Comissão Permanente de Licitação, tendo em vista o disposto na Lei Estadual 9.433/2005, na Lei Federal 8.666/93, na Lei Federal 10.520/02 e em atenção aos princípios da legalidade, moralidade e publicidade que devem nortear os processos licitatórios, apresenta o complemento do extrato da **Dispensa de Licitação do PRIMEIRO decênio de AGOSTO de 2020. Dispensa de Licitação N.º: 570-2020-11D CONTRATANTE: PMFS/FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FEIRA DE SANTANA, OBJETO: Aquisição de Luvas de Procedimento Não Cirúrgico para suprir o enfrentamento da Emergência de Saúde Pública decorrente do Coronavírus (Covid-19) no Município de Feira de Santana - BA. CONTRATADA: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA; VALOR R\$ 1.207.800,00 10/08/2020. DENISE LIMA MASCARENHAS - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE MATA DE SÃO JOÃO
PREF. MUN. MATA DE SÃO JOÃO/AVISO DE LICITAÇÃO N.º 88/20; PE N.º 67/20 RP.
Aquisição de material descartável, através dos Recursos MDF/FNAS/BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, MDS/FNAS/BLOCO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, MDS/FNAS/BLOCO GESTÃO SUAS e Recursos Próprios. **Abertura: 01/09/20 às 09h.**

Veículo: Tribuna da Bahia	Caderno: Geral
Data: 19/08/2020	Página: 07

Tribuna

Recuperação de 24 km em Itambé é entregue pelo Estado

O trecho de 24 quilômetros da rodovia BA-634, que liga Itambé ao distrito do Tomba, no município de Ribeirão do Largo, no sudoeste baiano, foi totalmente requalificado. A obra teve investimento de R\$ 5,8 milhões e o governador Rui Costa realizou a entrega da obra nesta terça-feira (18) durante visita à cidade de Itambé.

"Além da entrega da requalificação desse trecho da estrada pra Ribeirão, assinei a ordem de serviço pra iniciar as obras de dois acessos à cidade de Itambé, e também obras de abastecimento de água, esgotamento sanitário, e entregamos uma unidade importante de um centro de acolhimento para crianças e adolescentes. São obras que cuidam da vida das pessoas. Pode não ser uma obra física gigantesca, mas que fazem diferença na vida das pessoas", afirmou o governador Rui Costa.

Rui também entregou a obra de pavimentação intertravada de seis ruas no Bairro Durvalina. A obra contou com recurso do Governo da

Bahia de R\$ 600 mil e foi executada pela prefeitura por meio de convênio com a Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia (Conder). A pavimentação contemplou também a instalação de mais de dois quilômetros de meio-fio e passeios. O governador ainda realizou a inauguração simbólica da ampliação do sistema de esgotamento sanitário do bairro Jardim Vitória.

Para o município de Ribeirão do Largo, Rui Costa autorizou a Secretaria de Desenvolvimento Rural (SDR) por meio da Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR) a celebrar três convênios no âmbito do Programa Bahia Produtiva.

Os convênios, que contarão com investimento de mais de R\$ 700 mil, irão beneficiar a Cooperativa Mista de Produção e Comercialização Camponesa da Bahia (CPC-BA); Associação de Agricultores Familiares da Comunidade de Quilombo de Thiagos e Associação dos Apicultores de Ribeirão do Largo.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 18 de Agosto de 2020 - 17:20

Sesab repassa mais de R\$ 5 milhões para três hospitais que atendem pelo SUS no interior

por Matheus Caldas / Lula Bonfim

O governo do estado, através da Secretaria Estadual de Saúde (Sesab), repassou um total de R\$ 5.199.646,48 para três hospitais nos municípios de Antas, Barra e Valença, no interior da Bahia, em cumprimento à lei federal que estabelece auxílio financeiro emergencial para instituições filantrópicas que atendem pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Os repasses foram publicados nesta terça-feira (18) em diário oficial.

O Hospital São Marcelo, da Associação Comunitária e Beneficente de Antas, no Semiárido Nordeste da Bahia, recebeu nesta segunda-feira (17) um total de R\$ 1.356.827,06 como auxílio financeiro emergencial para o enfrentamento da Covid-19.

Também datado desta segunda (17), o repasse ao Hospital Dr. Heitor Guedes de Melo, da Santa Casa de Misericórdia de Valença, tem valor total estimado em R\$ 3.191.244,58, conforme publicação do governo estadual. A mesma unidade de saúde do Baixo Sul também foi contratado pela Sesab para a disponibilização de 10 leitos clínicos e outros 10 de UTI para tratamento exclusivo da Covid-19.

Por fim, o Hospital Ana Mariani, em Barra, no território de identidade do Velho Chico, recebeu um repasse de verbas no valor de R\$ 651.574,84 para o enfrentamento da Covid-19 através do SUS. Apesar da publicação deste auxílio emergencial ter ocorrido nesta terça (18), a destinação do dinheiro está datada de 21 de julho.

O auxílio financeiro emergencial às santas casas e aos hospitais filantrópicos sem fins lucrativos advém de verbas do governo federal, totalizadas em R\$ 2 bilhões, conforme a lei federal que o instituiu no último dia 5 de maio. Tais valores são repassados aos estados, que redirecionam às instituições de saúde.

Segundo a lei, os recursos deverão ser, obrigatoriamente, aplicados na aquisição de medicamentos, suprimentos, insumos, produtos hospitalares e equipamentos, na realização de pequenas reformas e adaptações físicas para aumento da oferta de leitos de UTI, bem como no respaldo ao aumento de gastos que as entidades terão com a definição de protocolos assistenciais específicos para enfrentar a pandemia da Covid-19. Além disso, as verbas podem ser utilizadas para a contratação e o pagamento dos profissionais de saúde necessários para atender à demanda adicional.

Veículo: Site Bahia Notícias	Online
Data: 18/08/2020	Caderno: Notícias



Terça, 18 de Agosto de 2020 - 17:00

PIB brasileiro deve recuar no 2º trimestre e país pode entrar em 'recessão técnica'

O Ministério da Economia prevê uma retração de 8% a 10% do produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) no segundo trimestre em relação ao primeiro, sobretudo considerando os impactos provocados pela pandemia do novo coronavírus.

Conforme o Poder360, a estimativa de contração para o ano se mantém em 4,7%. O dado previsto pelo ministério é mais otimista que a previsão do mercado. No último Boletim Focus, os analistas consultados pelo Banco Central estimaram uma queda de 5,62% para o PIB de 2020.

Caso a projeção se confirme, o Brasil entrará oficialmente em "recessão técnica", que é quando há recuo na atividade econômica por dois trimestres consecutivos. O resultado oficial será divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de setembro.

Veículo: Bahia Econômica	
Data: 19/08/20	



BOLSONARO SANCIONA, COM VETOS, PROJETO QUE DESTINA R\$ 16 BILHÕES A ESTADOS E MUNICÍPIOS



admin 19 Agosto, 2020

A MP foi editada em março e buscava compensar as perdas de receitas dos Fundos de Participação dos Estados (FPE) e dos Municípios (FPM). A previsão era de que os repasses seriam feitos até junho, prazo alongado até novembro durante a tramitação no Congresso. Até meados de julho, cerca de R\$ 10 bilhões já tinham sido repassados. Bolsonaro vetou, no entanto, um dispositivo que determinava que caso houvesse uma sobra de recursos, eles deveriam ser distribuídos entre os entes federados. Para fazer os repasses é feita uma comparação entre a arrecadação entre março e novembro de 2019 e o mesmo período de 2020. Entre as razões para o veto, o presidente fala que o dispositivo extrapola o objeto da medida, que é a compensação de perdas com arrecadação. Além disso, a alteração proposta “estava em descompasso com o atual contexto de restrição fiscal, ao permitir um incremento no valor dos repasses aos fundos de participação em montantes superiores aos valores de 2019.”.

Veículo: Metro1	Economia
Data: 18/08/20	



Economia

PIB deve encolher 'de 8% a 10%' no segundo trimestre, diz ministério

A SPE atualizou dados sobre os gastos para conter a pandemia: já somam R\$ 505,4 bilhões; o país deve fechar o ano com um déficit fiscal equivalente a 11% do PIB

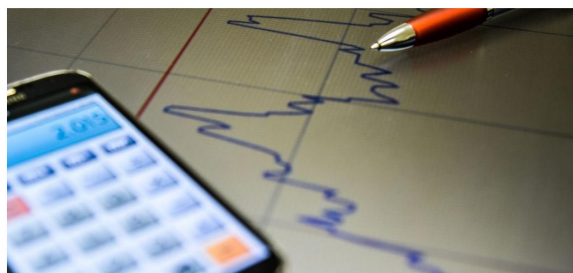


Foto : Marcello Casal Jr./Agência Brasil

Por **Luciana Freire** no dia 18 de Agosto de 2020 · 15:00

A economia brasileira deve registrar queda de 8% a 10% no segundo trimestre, segundo a projeção divulgada hoje (18) pelo Ministério da Economia. Os dados refletem o reflexo da crise do coronavírus sobre o Produto Interno Bruto (PIB).

No primeiro trimestre, o recuo no PIB foi de 1,5% e foi impactado apenas pelos efeitos iniciais da pandemia. O IBGE divulga o resultado do PIB para o segundo trimestre no dia 1º de setembro.

No documento, a Secretaria de Política Econômica (SPE) também atualizou dados sobre os gastos públicos para conter a pandemia de Covid-19. Segundo o relatório, as despesas somam, até agora, R\$ 505,4 bilhões, o que deve levar o país a fechar o ano com um déficit fiscal de cerca de R\$ 800 bilhões, equivalente a 11% do PIB.

Veículo: Bocão News	Política
Data: 19/08/20	



Política

Ministérios pedem mais verbas em Orçamento de 2021 e elevam pressão no teto de gastos



19 de Agosto de 2020 às 06:12 Por: **Agência Brasil** Por: **Folhapress** O comentários

O governo vem cedendo a apelos para aumentar a verba de diferentes ministérios nas discussões sobre o Orçamento de 2021. A expansão pressiona ainda mais o teto de gastos.

A regra que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior é considerada pela equipe econômica como fundamental para manter a credibilidade das contas públicas.

Um dos ministérios contemplados é o do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho.

Após ganhar aval da JEO (Junta de Execução Orçamentária, formada por Economia e Casa Civil), ele vai receber mais R\$ 846 milhões em 2021 em relação à proposta orçamentária oferecida anteriormente (de R\$ 7,4 bilhões).

Marinho tem interesse em expandir os gastos públicos, sobretudo em obras, e vem pedindo recursos já neste ano.

A ideia tem ganhado a simpatia do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Ele tem participado de inaugurações de empreendimentos iniciados em governos anteriores (inclusive do PT).

Por outro lado, a iniciativa vem desagradando o ministro Paulo Guedes (Economia). "Se tiver ministro fura-teto, eu vou brigar com o ministro fura-teto", afirmou Guedes na última semana.

Na quantia extra que Marinho recebeu para o próximo ano, estão R\$ 500 milhões para operações com carros-pipa. Outros R\$ 174 milhões vão para a conclusão do sistema adutor do agreste pernambucano, além de R\$ 152 milhões do programa de integração do rio São Francisco.

Diante do aperto previsto para as contas de 2021, o governo avalia não fazer o censo demográfico do IBGE no ano que vem e remanejar os recursos que seriam usados nessa finalidade para o Ministério da Defesa e outras pastas.

A proposta foi debatida pela JEO. Originalmente, o censo seria realizado neste ano, mas foi adiado para 2021 por causa da pandemia. O custo estimado pelo governo para a pesquisa é de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Já no Ministério da Defesa, foram liberados mais R\$ 2,2 bilhões em recursos. Em uma fase anterior das discussões, haviam sido oferecidos R\$ 108 bilhões para a pasta.

Isso representa um acréscimo de 1,8% no orçamento da pasta (R\$ 106 bilhões) inicialmente previsto no Orçamento de 2020.

As verbas para o próximo ano ainda estão em negociação no governo. Depois, ainda poderão passar por mudanças no Congresso.

Deputados e senadores têm direito a emendas e, assim, destinar dinheiro para ações dos ministérios. Geralmente os Ministérios da Saúde e Educação são contemplados, principalmente pelas emendas de bancadas regionais.

Na atual fase de elaboração do Orçamento de 2021, seriam destinados R\$ 127,7 bilhões para a Saúde e R\$ 102 bilhões para Educação.

Essa projeção está próxima da proposta inicialmente feita pelo governo para 2020, ou seja, sem considerar as modificações no Congresso. A queda no Ministério da

Saúde seria de 1,7% (R\$ 129,9 bilhões neste ano) e de 0,2% no Ministério da Educação (R\$ 102,2 bilhões no projeto original de 2020).

Sem dinheiro de emendas parlamentares, a verba para a Defesa ficaria acima da Educação, o que foi rechaçado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ).

"Claro que os recursos para a Educação serão maiores do que os recursos para a Defesa, isso é óbvio. Não tenho dúvida", afirmou nesta terça-feira (18).

"Imagina se o presidente da República vai assinar uma proposta na qual os recursos da Defesa sejam maiores do que os recursos para a Educação? Não faz nenhum sentido", disse Maia.

No Ministério das Comunicações, houve expansão de R\$ 200 milhões (sendo R\$ 80,3 milhões apenas para despesas administrativas).

A pasta, comandada por Fábio Faria, tem participado de negociações do governo sobretudo com o Congresso.

O Itamaraty vai receber R\$ 493,3 milhões a mais do que na proposta original por causa da variação cambial e da necessidade de manter funcionando representações diplomáticas no exterior.

Todos os números estudados pelo governo podem sofrer alterações, porque estão sendo negociados internamente. O governo tem até 31 de agosto para apresentar o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso, que depois ainda pode alterar os números antes de aprová-los.

As despesas precisam caber no teto de gastos, criado por uma emenda constitucional em 2016, durante o governo do presidente Michel Temer (MDB). A norma impede o crescimento real das despesas.

As discussões sobre o teto vêm criando atritos no governo. Conforme mostrou a Folha, Bolsonaro já se queixou a deputados aliados de que Guedes precisa ser menos inflexível e intransigente em relação aos recursos orçamentários.

A principal reclamação do presidente, de acordo com assessores palacianos, é que o ministro é mais propenso a negociar a liberação de recursos solicitados por deputados e senadores, mas adota uma posição mais rígida quando o pedido é feito por integrantes da equipe ministerial.

Para a execução orçamentária de 2020, membros do governo passaram a estudar diferentes maneiras de expandir os gastos por meio de brechas em interpretações sobre o teto de gastos e sobre a emenda constitucional do Orçamento de guerra.

Apesar de o teto estar vigor, o governo tem usado créditos extraordinários para lidar com a pandemia. O instrumento é permitido em situações de calamidade e fica fora do cálculo do teto.

Já a emenda permite que sejam gastos recursos para amenizar a pandemia e "suas consequências sociais e econômicas", o que abriu espaço para as interpretações sobre inclusão de obras.

Sinalizações feitas por Maia e por membros do TCU (Tribunal de Contas da União), no entanto, têm freado essas intenções enquanto a equipe econômica busca reafirmar constantemente o objetivo em manter o teto e o respeito às regras fiscais.

Ministérios que ganharam mais verba nas negociações do Orçamento de 2021:

- Desenvolvimento Regional
- Defesa
- Comunicações
- Relações Exteriores

Orçamento para Saúde e Educação ainda pode subir com emendas parlamentares:

- Verba para Saúde está prevista para R\$ 127,7 bilhões
- Valor inicial programado no Orçamento de 2020 foi de R\$ 129,9 bilhões
- Recursos para Educação estão previstos para R\$ 102 bilhões, sem emendas
- Inicialmente, o projeto de Orçamento de 2020 reservou R\$ 102,2 bilhões
-

Veículo: Varela Notícias	Política
Data: 19/08/20	



19/08/20 às 09h39 - Atualizado em 19/08/20 às 09h39

Lei que cria auxílio de R\$ 16 bilhões para estados e municípios é sancionada

Nova lei teve um veto da presidência da República



Foto: Valter Pontes/ Secom

Redação VN

redacao@varelanoticias.com.br

O auxílio financeiro de até R\$ 16 bilhões para compensar estados, municípios e o Distrito Federal pela diminuição de repasses federais durante a crise econômica causada pela pandemia de Covid-19 entrou em vigor nesta quarta-feira (19).

A lei 14.041/20 foi publicada no Diário Oficial da União e é oriunda da Medida Provisória 938/20, que foi relatada na Câmara pelo deputado Hildo Rocha (MDB-MA).

Dos R\$ 16 bilhões destinados à compensação de perdas nos fundos de participação FPE e no FPM, até esta terça-feira (18) foram repassados R\$ 9,86 bilhões, segundo o Tesouro Nacional.

O auxílio decorre inicialmente das perdas nos repasses dos fundos de participação (FPE e FPM) nos meses de março a junho de 2020 em relação ao mesmo período de 2019. Inicialmente a MP 938 determinava à União compensar as perdas entre março e junho e transferir o dinheiro até o final de julho, considerando o limite mensal de R\$ 4 bilhões e total de R\$ 16 bilhões.

Após mudanças na Câmara, a lei manteve o valor do repasse (R\$ 16 bilhões), e ampliou o período de apuração das perdas em cinco meses, até novembro, e determinou que a diferença ainda não repassada (R\$ 6,14 bilhões) será transferida até lá. A partir do mês de julho, o limite mensal para repasses será de até R\$ 2,05 bilhões.

A nova lei teve um veto do presidente Jair Bolsonaro, que retirou a obrigação à União a distribuir aos entes federados eventuais sobras de recursos do auxílio financeiro após novembro. As informações são da Câmara dos Deputados.

opinião

FOLHA DE S.PAULO

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL
Publicado desde 1921 - Propriedade da Empresa Folha da Manhã S.A.

PRESIDENTE Luiz Frias
DIRETOR DE REDAÇÃO Sérgio Dávila
SUPERINTENDENTES Antônio Manuel Teixeira Mendes e Judith Brito
CONSELHO EDITORIAL Rogério Cezar de Cencuiera Leite, Marcelo Coelho, Ana Estela de Sousa Pinto, Cláudia Colucci, Hélio Schwartsman, Mônica Bergamo, Patrícia Campos Mello, Suzana Singer, Vinícius Mota, Antônio Manuel Teixeira Mendes, Luiz Frias e Sérgio Dávila (secretário)
DIRETORIA-EXECUTIVA Marcelo Benez (comercial), Marcelo Machado Gonçalves (financeiro) e Eduardo Alcaro (planejamento e novos negócios)

EDITORIAIS

editoriais@grupofolha.com.br

O ajuste de Doria

Tucano acerta em buscar equilíbrio fiscal, mas deve esclarecer avanço sobre Fapesp e universidades

Correto em seus objetivos, embora não necessariamente em todas as suas providências, o projeto do governo João Doria (PSDB) para ajustar as contas da administração paulista em 2021 enfrentará resistências por mais e bons motivos.

A proposta enviada à Assembleia Legislativa se justifica pelo impacto da pandemia de Covid-19 sobre a economia, a arrecadação tributária e as despesas públicas.

A diferença da União, que arcou com a maior parte dos custos da crise, governos estaduais e municipais têm reduzida capacidade de endividamento — e, portanto, de manter seus orçamentos em equilíbrio sem consequências fustas para a prestação de serviços como educação, saúde e segurança.

No caso de São Paulo, estima-se que, se nada for feito, haverá um rombo de R\$ 10,4 bilhões entre receitas e despesas no próximo ano, decorrente principalmente da queda da arrecadação. O pacote de Doria busca reduzir esse déficit

em R\$ 8,8 bilhões, segundo os números divulgados até agora, ainda por serem mais bem detalhados.

Ao que parece, a maior parte do ajuste virá de cortes em benefícios relativos ao ICMS e a outros impostos — um aumento de carga tributária que pode ser justificado se eliminar distorções e privilégios.

Medida de impacto financeiro menor, mas politicamente importante, é a extinção de uma dezena de órgãos, cujas estruturas e tarefas serão revistas e redistribuídas na administração estadual.

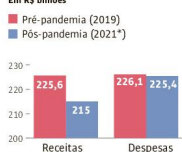
Menos compreensível — e desde já objeto de polêmica — se mostra a intenção de avançar sobre recursos das universidades e da Fapesp, a fundação de fomento à pesquisa.

Essas instituições gozam de autonomia que, em termos orçamentários, traduz-se no direito a percentuais fixos da receita do ICMS que podem gerir conforme suas prioridades. O governo Doria, porém, quer se apropriar de eventuais superávits no uso desses recursos.

É verdade que nem sempre essa autonomia foi bem empregada. USP, Unicamp e Unesp, por exemplo, enfrentaram períodos de penúria após destinarem dinheiro de mais aos salários das corporações. Mas, assim como arcam com o ônus das más escolhas, devem fazer jus às vantagens de conseguir manter dinheiro em caixa.

A gestão tucana precisa, no mínimo, defender com maior clareza a conveniência da proposta. A autonomia universitária constitui avanço institucional que pode ser aprimorado, não tolhido.

As contas do governo paulista em R\$ bilhões



*Previsão | Fonte: Governo estadual

Peças que se movem

Acordo Israel-Emirados Árabes Unidos é um marco importante, mas visa mais a guerra do que a paz

No interminável xadrez do Oriente Médio, a região geopoliticamente mais complexa do mundo, às vezes as peças se movem.

Foi o que aconteceu, com a devida fanfarraria eleitoral do patrono Donald Trump, no acordo entre Israel e os Emirados Árabes Unidos, anunciado na semana passada.

Pelo arranjo, a monarquia do golfo Pérsico deve se tornar o terceiro país árabe a estabelecer relações com o Estado judeu, depois de Egito (1979) e Jordânia (1994).

A diferença é que aquelas nações haviam combatido Israel. Agora, os Emirados na realidade querem a cooperação para eventualmente lutar ao lado de Tel Aviv. O paradoxo de uma paz para a guerra encontra sua explicação atravessando as águas do Golfo Pérsico, no Irã.

O país dos atóis opera há décadas uma expansão regional, por meio de grupos xiitas em lugares como o Líbano ou o Iêmen.

Do outro lado, está o centro do mundo sunita, o ramo majoritário do Islã, no Oriente Médio — a Arábia Saudita. Os potentados da península Arábica no geral se alinham ao soberano em Riad, com a

notável exceção do Qatar. Há anos existem contatos discretos entre israelenses e esses sunnitas.

Agora, rasga-se o véu de segredo, em nome de uma aliança que, se der certo, deverá atrair outros árabes moderados. A contenção do Irã pode ser buscada pela via econômica, mas a história não permite descartar a via do conflito armado.

Como no caso do inócuo plano de paz apresentado por Trump no começo deste ano, o sujeito oculto do processo é a questão palestina. Aos erros de suas lideranças e à opressão israelense, ora política oficial americana, soma-se enfim o pragmatismo de um Estado árabe em relação aos palestinos.

Os Emirados tentaram disfarçar, colhendo uma promessa morna de suspensão do plano de Binayamin Netanyahu de anexar 30% das áreas da Cisjordânia com apoio dos EUA.

Da mesma forma, houve protestos entre árabes, além da previsível queixa do Irã. O mais provável, contudo, é que os palestinos sejam deixados para trás em sua causa nacional, abrindo o caminho para novos e perigosos movimentos de peças no tabuleiro.



Antiabortismo estrutural

Hélio Schwartsman

SÃO PAULO Assim como existe o racismo estrutural, existe o antiabortismo estrutural. O caso da menina de dez anos que ganhou os manchetes nos últimos dias é a crônica desse viés instintivo contra a autonomia da mulher.

Se uma mulher de dez anos aparece grávida, a primeira providência de qualquer serviço de saúde deve ser realizar o aborto e só depois começar a fazer perguntas. Do ponto de vista da legislação, não há que se fale.

Uma gestação em menor de 14 anos só pode ser resultado do que antigamente se chamava de estupro presumido. Uma gestação aos dez anos implica risco de vida. São as duas hipóteses em que o Código Penal (CP) autoriza o aborto. Detalhe importante: nem o CP nem nenhuma outra lei exigem autorização judicial para a realização do procedimento.

É preocupante que o hospital de São Mateus (SM), em que a garota recebeu o primeiro atendimento, não tenha feito o aborto imediatamente e se tenha buscado o aval de um ju-

iz. É incompreensível que o hospital de Vitória, para o qual ela foi encaminhada, mesmo de posse da autorização judicial, tenha enrolado para fazer o procedimento. É absurdo que a notícia de que a menina viajaria para Recife para abortar tenha sido vazada (talvez por funcionários do hospital), submetendo-a ao constrangimento de enfrentar a turba que a chamava de assassina.

A sobreposição de erros nessa história assusta, mas meu ponto é mais geral. O Brasil tem uma das legislações de aborto mais restritivas do mundo. Até a da Arábia Saudita, uma teocracia islâmica, é mais avançada. Criei, porém, que nossa situação não seria tão ruim se profissionais de saúde agissem mais como profissionais de saúde e menos como juizes.

Se uma mulher procura um serviço dizendo ter sido estuprada, o médico pode realizar o aborto sem fazer muitas perguntas. Se ela estiver mentindo, é ela que corre riscos jurídicos. Hospital não é delegacia. heio@uol.com.br

As sete vidas de Paulo Guedes

Bruno Boghossian

BRASÍLIA Ainda na eleição, Jair Bolsonaro tentou abafar os primeiros rumores de que Paulo Guedes deixaria sua equipe. O economista era algo dentro do comitê de campanha por sugerir a criação de um imposto nos moldes da velha CPMF. "O Paulo segue firme", afirmou o candidato.

Apesar do aval público, o presidente manteve o conselho sob risco permanente. Bolsonaro precisou defender o auxílio outras seis vezes. Negou sua demissão e simulou apoio a sua agenda. Em quase todos os casos, porém, forçou o ministro a recuar e preservou os ruídos da relação. Quando o fantasma do novo imposto incomodou a campanha de Bolsonaro, após o primeiro turno, o candidato quis proteger o economista. Disse que a ideia da CPMF era "um ato falho" e que não criaria novos tributos. Guedes ainda insiste, mas o chefe nunca abraçou o plano.

Na largada do mandato, os atritos da reforma administrativa levaram o presidente a repetir o script. Em outubro, Bolsonaro defendeu a pauta do ministro e disse que havia

"100%" de confiança entre os dois. Dois meses depois, disse estar "muito feliz com esse casamento" com o Paulo Guedes, mas mandou abrandar a proposta que mudaria as regras do funcionalismo.

A equipe econômica entendida? Comunicou. O texto foi para a gaveta. No Carnaval seguinte, Guedes voltou a ser um problema. O ministro chamou servidores de parasitas e disse que, se o dólar estivesse mais barato, as empregadas domésticas iriam à Disney. "Ele vai ficar conosco até o último dia", reagiu o presidente.

Bolsonaro fez o teatro em abril, na disputa entre o economista e os ministros que pediam mais dinheiro para obras. "O homem que decide a economia no Brasil é um só", sentenciou. O presidente, logo depois, se juntou ao coro dos gastadores.

Sob pressão para abrir o cofre, Guedes ganhou sua sétima vida na segunda (17). Desta vez, Bolsonaro disse que a saída do auxílio "nunca foi cogitada". Com tantas garantias de permanência, ele se tornou o ministro mais frágil da Esplanada.

Sem caráter, como toda nuvem

Ruy Castro

RIO DE JANEIRO A frase é conhecida: "Política é como nuvem — você olha e ela está de um jeito; olha de novo e já mudou". Deve ter sido inventada na Europa do século 18, mas, no Brasil, é atribuída ao mineiro Magalhães Pinto (1909-1996). Em março de 1964, como governador de Minas Gerais, ele se passava por aliado do presidente João Goulart. No dia 31, sentindo a mudança na nuvem, partiu para derrubá-lo. Mas, ao contrário do que esperava, não ganhou nada do comício. Bem feito, quem o mandou estar com a cabeça nas nuvens?

Há políticos que mudam tanto que nem as nuvens os acompanham. Vi de Jair Bolsonaro. Só os papalvos o acreditavam diferente, mas de hora em hora se parece mais com os políticos que fingia combater. Ao sentir, por exemplo, que suas bravatas o estavam isolando, fez com que todos os governos antes dele — comprou e verbas. Uma das moedas dessa compra foi passar o pano em Michel Temer e mandá-lo oficialmente

ao Líbano.

A Lava Jato, em nome da qual Bolsonaro se elegeu, tornou-se a inimiga a destruir, no que ele se juntou a Lula, José Dirceu, Gleisi Hoffmann, Temer, Eduardo Cunha, Sérgio Cabral, Renan Calheiros, Romero Jucá e, agora, Acácio Neves, Geraldo Alckmin e José Serra, todos, por acaso, políticos cujas contas não fecham.

Há dias, José Sarney insinuou que desejava uma aproximação — que Bolsonaro, se for esperto, aceitará. Sarney é indispensável para qualquer governo que queira se garantir, motivo pelo qual Lula e Dilma Rousseff se deram tão bem com ele durante 14 anos. Bolsonaro, aliás, revelou seu desprezo pelo Nordeste, e, como Lula, também decidiu garantir lá os votos para sua reeleição. Mas, para isso, terá de gastar dinheiro que não tem, no que ameaça ser acusado de irresponsabilidade fiscal, como Dilma.

Os bolsionaristas não elegeram um mito, como eles acreditam, mas uma nuvem — sem caráter, como toda nuvem.

Maldade empoderada

Alexa Salomão

Editora de Mercado

Conheci Berlim há um ano. Só então entendi por que tantas pessoas se apaixonam pela cidade. Tem algo na arquitetura que mistura passado e futuro, na coexistência de tantos estrangeiros nos bares, na forma de expressar diferenças culturais nos museus — algo no ar, que coloca o lugar alguns degraus acima na escala evolutiva do convívio urbano.

Exemplo básico. Não há catraca ou policiamento no metrô, mas as pessoas fazem fila para comprar seus bilhetes. O que mais me marcou, porém, é que Berlim faz questão de lembrar até o que se deseja esquecer. Tudo por lá reforça, a moradores e visitantes, o tempo inteiro, os horrores de um governo de extrema direita, materializado pelo nazismo.

Se você pegar aquele ônibus de turistas, o guia vai associando locais aos fatos, boa parte deles desconfortáveis. Diante da Universidade Humboldt a voz avisa que dali foram retirados 20 mil livros para serem queimados na cerimônia que incinerou publicações de judeus e comunistas em 1933.

O guia poderia enaltecer pesquisadores, elogiar o prédio. Não. Fala da queima de livros. Faço o paralelo com Berlim para pinelcar que o Brasil está na contramão da evolução que se vê por lá. Anda, inclusive, evitando debates sensíveis.

Um deles? Não discute a ascensão de uma extrema direita nacional, dessas bem brasileiras. Sorrateira, pelas beiradas, ela busca um lugar quente para se aninhar na sociedade. Com o discurso de que há comunistas corruptos a combater e bons costumes para defender, vai se esgueirando para dentro da vida dos brasileiros.

Quem acha que estou exagerando precisa refletir melhor sobre a recente repercussão conseguida por Sara Giromini, que prefere ser chamada pelo estilo nome de Sara Winter.

A moça está cumprindo prisão em liberdade, de torzeleira, por hostilizar o STF (Supremo Tribunal Federal). O cidadão comum não deu muita bola quando ela marchou por Brasília. Teve gente que ri.

Mas, olhe só, com a maldade empoderada pelas redes sociais, ela criou uma polêmica antiaborto e mobilizou pessoas para expor uma menina de 10 anos, vítima de estupro do tio.

O aborto tinha autorização judicial. Pais e mães de família, porém, saíram de casa para se meter na decisão judicial na porta do hospital. Médicos não atenderam à decisão judicial. A família teve de transportar a vítima de um estado a outro para fazer valer a lei.

Sim. Usei o termo maldade. Extremistas como Sara Winter se alimentam disso, crescem com isso — ódio, violência, agressão. Há algo muito ruim fermentando entre nós. Melhor seria que fizessemos como os berlineses.

Hoje, excepcionalmente, não é publicado o artigo de Antonio Delfino Netto.

opinião

TENDÊNCIAS / DEBATES

folha.com/tendencias_debates@grupofolha.com.br

PAINEL DO LEITOR

folha.com/paineldoleitor leitor@grupofolha.com.br

A vida difícil do Banco do Brasil

Sem o bônus de ser governo, BB mantém o ônus de ainda ser visto como tal

Mailson da Nóbrega

Ex-ministro da Fazenda (1988-1990, governo Sarney) e sócio da Tendências Consultoria

Rubem Novas passou a integrar a lista dos presidentes do Banco do Brasil que duram pouco no cargo. Disse que estava cansado da realidade política de Brasília. Falou-se que teria recebido pressões do presidente Jair Bolsonaro para baixar a taxa de juros, a exemplo do que fizera a Caixa Econômica Federal. A comparação é absurda, mas não surpreendente no ambiente político da capital.

O BB já não goza de facilidades como a "conta de movimento", que lhe permitia sacar recursos limitadamente no Banco Central, a custo zero. Isso promoveu seu período áureo, entre 1965 e os anos 1970. Chegou a ser o oitavo maior banco do mundo, o que se justificava essencialmente pelo acesso sem peias a fontes governamentais.

Extinguir a "conta de movimento" (1986) constituía um imperativo. Anestesiado pelos recursos fáceis, o BB pouco cuidou de eficiência. Ao mesmo tempo, era proibido de exercer atividades típicas de um banco comercial. Nema era necessário.

Temem-se que o fim da conta, em 1986, inviabilizasse o BB, mas isso não aconteceu. Os estudos sugeriram que, desconectado da torneira do BC, o Banco do Brasil deveria ser autorizado a atuar em todas as áreas do sistema financeiro. Deveria funcionar sem o suprimento de recursos oficiais, cuja continuidade se tornara insustentável.

O início foi difícil. Exigiu o apoio temporário do Tesouro, mas o BB venceu o desafio. Contratos consultorias internacionais, reestruturou-se, investiu no desenvolvimento de pessoal e passou a concorrer em pé de igualdade com os bancos privados. A empreitada foi bem-sucedida.

Mesmo assim, o BB ainda sofre os

efeitos de empecilhos que limitam sua capacidade de se expandir com eficiência. Parte da sociedade e da classe política não percebem que o banco que emprestava muito dinheiro baratinho ficou para trás. Ainda prevalecem visões idealizadas de um passado de glórias artificiais, enquanto uma mentalidade estatista se opõe à privatização, sob o surrado argumento de suposto papel estratégico.

O BB tem acionistas privados no Brasil e no exterior. Está sujeito às regras do mercado de capitais e à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Mas, por abuso de poder, seu controlador pode mandar que baixe seus juros. Foi assim com Dilma Rousseff. Pode assim ter pensado Jair Bolsonaro.

Sem o bônus de ser governo, o BB mantém o ônus de ser visto como tal.

[...]

O Banco do Brasil muda a diretoria a cada quatro anos ou menos. Nenhum banco se submete a essa volatilidade administrativa. (...)

Precisa livrar-se desses empecilhos que o amarram. A saída é o fará mais robusto e competitivo, inclusive para prestar maiores e melhores serviços ao país

Tem sede em Brasília, o que não faz sentido. Em todo o mundo, bancos se concentram em determinadas cidades: Londres, Frankfurt, Paris, Tóquio, Nova York, São Francisco, São Paulo. Ganha-se a vantagem decorrente da aglomeração.

O BB muda a diretoria a cada quatro anos ou menos. Nenhum banco se submete a essa volatilidade e administrativa, que prejudica políticas e estratégias. Sujeita-se a limites de investimento, inclusive em tecnologia, ditados pelo governo federal. Suas aquisições de equipamentos e serviços subordinam-se às complexas e limitantes regras da concorrência da administração pública direta. Por isso, não raramente, contestações judiciais atrasam sua modernização. E tem que prestar contas ao Tribunal de Contas da União (TCU).

O BB é proibido de remunerar seus talentos na forma como o fazem os concorrentes. Não por acaso, começou a perdê-los para outras instituições financeiras, o que era impensável alguns anos atrás. Suas iniciativas de marketing e propaganda podem ser interrompidas por uma ação de cima para baixo, como no comercial que realçava a diversidade de gênero, mandado suspender por Bolsonaro. O TCU fez o mesmo em outro caso.

O BB precisa livrar-se desses empecilhos que o amarram. A saída é a privatização, que o fará mais robusto e competitivo, inclusive para prestar maiores e melhores serviços ao país. Muitos de seus bons funcionários já perceberam essa realidade, que continua sendo negada por líderes sindicais e políticos ultrapassados. Até que a maioria seja convencida das vantagens da privatização, a vida vai continuar difícil para o Banco do Brasil.

Estupro

DEFESA DA VIDA



A charge desta terça (18) de Laerte representa muito bem a defesa da vida praticada por ignorantes, alienados e fanáticos. **Wagner Fernandes Guardia** (São Vicente, SP)

Uma menina de dez anos! Passou todo o tempo abraçada a um bicho de pelúcia! ("Menina de dez anos entrou em hospital em porta-mala de carro enquanto médico distraía religiosos", *Gotidiano*, 18/8). Meu Deus, grande parte da Igreja Católica e o pior dos evangélicos juntos no mesmo hediondo protesto contra o aborto. E a grotesca Sara Winter no meio dessa tenebrosa transação. Permitam-me, por favor, me afastar da igreja? **Guilherme Salgado Rocha** (Juiz de Fora, MG)

Se, para a igreja, toda gravidez deve ser fruto do amor entre duas pessoas, por qual motivo os conservadores dessas denominações religiosas brigam para que uma criança de 10 anos (dez anos!) mantenha uma gravidez fruto de um crime e que será prejudicial à saúde dela e do bebê? Não venham dizer que é porque são a favor da vida. Essa gravidez é de altíssimo risco para as duas crianças envolvidas. É incoerência, para dizer o mínimo. **Marcelo Silva Carvalho** (Belo Horizonte/MG)

Esses fascistoídes travestidos de cristãos deveriam ser todos enquadrados pela Justiça por terrorismo, obstrução de Justiça e outros crimes. Aberração típica de um ajuntamento de fanáticos. **José Teodoro da Silva** (São Paulo, SP)

Não consigo parar de pensar na menina que essa criança sofreu e continua sofrendo. Primeiro, um monstro abusou da criança por quatro anos. Agora, grupos que se dizem religiosos não defendem a menina, não a apoiam, não a ajudam. Mobilizam-se para xingar médicos, em vez de se voltarem contra o verdadeiro criminoso o tio. Desejo que essa menina encontre pessoas que realmente sigam o verdadeiro Deus. Aquele que cuida, zela, protege e defende quem mais precisa. **Hélio Araújo** (São Paulo, SP)

Minha avó morreu há 60 anos por que teve de fazer um aborto ilegal. Isso porque o Estado brasileiro ainda hoje restringe o aborto legal, por dar ouvidos a pessoas ignorantes e hipócritas, representantes das religiões organizadas. **Gabriel Sariva** (Curitiba, PR)

Só neste país essas loucuras acontecem. Fanatismo só gera violência. Há exemplos pelo mundo todo. São pessoas desprovidas de amor e de compaixão, que se esforçam para parecerem normais, usando como escudo a Bíblia e Deus. Esses atos abjetos de pessoas sem caráter têm que ser punidos exemplarmente. A Justiça e o Congresso são omissos. **Alexander Barbierato** (São Paulo, SP)

E, como é público e notório quando crimes similares contra crianças ocorrem no seio da própria Igreja Católica, não há nenhuma indignação por parte desses fascistoídes. **Geraldo Cassales Izquierdo Júnior** (São Vicente, SP)

Auxílio

Segundo pesquisa Datafolha, a aprovação dos congressistas cai e a do Executivo aumenta em decorrência do auxílio emergencial. Agora quem não quer mais é o Maia, e Bolsonaro está tomando gosto pelo assistencialismo, de olho em 2022. Guedes não chega até lá se continuar com esse papo de teto de gastos. **Diego Belato** (São Paulo, SP)

Lava Jato

Celso de Mello vem segurando há tempos os arroubos autoritários do jairismo ("Celso de Mello, do STF, suspende processos que poderiam afastar Deltan da Lava Jato", *Poder*, 17/8). Atras, o presidente e seu novo amigo, o centrão (que tem dezenas de condenados ou em vias de), querem acabar com a Lava Jato. De outro lado, mas na mesma linha, o PT tenta abrir uma CPI contra a Lava Jato. As elites se unem quando necessário. Sabem se defender. Pela primeira vez em nossa história tivemos parte da elite política presa. **Ricardo Arantes Martins** (São Paulo, SP)

Ainda há juízes em Brasília. **Valdir Aparecido de Oliveira** (Boa Vista, RR)

Aos criminosos a proteção da lei. Aos investigadores o rigor da lei. Um dia essa balança mudará de lado e o Brasil será um país com menos corruptos. **Ivan Zacharouskas** (Campinas, SP)

O problema não é cada um ter sua opinião e ser livre para expressá-la, o que é um direito básico. O problema é o Judiciário abraçar os paixões de uma militância e de um engajamento ativo nas causas políticas da sociedade: Moro, Deltan, Gilmar Mendes. Quando isso acontece, a imparcialidade morre. **Hilton Japyassú** (Salvador, BA)

Repetirei o clichê de que não existe Justiça neste país. É apenas uma utopia que faz tudo pelo próprio benefício. Momentos como este me fazem compreender a Revolução Francesa com toda a sua ferocidade. No Brasil, só uma revolução popular para derrubar essa cama-rilha que ocupa os três Poderes. **Simone Rodrigues** (Casavel, PR)

Onyx

Está fácil, não? Diz que errou, paga a multa e assunto encerrado, morto e sepultado. Onyx já deveria ter sido espirrado do governo. Só sabe bajular o "patrão" ("Processo sobre caixa 2 de Onyx sai do STF e coloca em xeque acordo com Atras", *Poder*, 18/8). **Maria Elisa Buzaglo** (São Paulo, SP)

Que tal incluir inelegibilidade?

Marco Vicente De Bona (São Paulo, SP)

ERRAMOS

erramos@gupulohia.com.br

TENDÊNCIAS / DEBATES (15 AGO., PÁG. A3) Diferentemente do publicado no artigo "A missão do 'turco'", o ex-presidente Michel Temer (MDB) nasceu em Tietê (SP), não em Taubaté (SP).

Tribunal de Justiça de São Paulo versus Superior Tribunal de Justiça

Há liberdade de exercício da magistratura ou insegurança jurídica no TJ-SP?

Daniella Meggiolaro e Arthur Sodrê Prado

Advogadas criminalistas e sócias de Malheiros Filho, Meggiolaro e Prado - Advogados, são, respectivamente, presidente da Comissão de Direito Penal da OAB-SP e vice-presidente do Instituto de Defesa do Direito de Defesa (IDDD)

O notório dissenso entre o Superior Tribunal de Justiça (STJ) e o Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) nos revela como os juízes se colocam diante dos problemas do sistema de Justiça criminal.

O Brasil continua a ocupar o 3º lugar entre os países que mais encarceram no mundo, mantendo presas pessoas como Lucas Trindade, que, após ser flagrado com 10 gramas de maconha, morreu de Covid-19, aos 28 anos, na cadeia.

E qual a contribuição dos juízes para esse cenário? Em dois momentos, o desembargador Guilherme Strenger, presidente da Seção Criminal do Tribunal de Justiça paulista, sugere a resposta. Segundo ele, compete e aos magistrados paulistas agir de forma consequencialista e "proteger a sociedade e os cidadãos de bem". Na nota "Ainda há juízes em São Paulo", diz que "não obstante a existência de perigosas facções criminosas", o estado disponha "com os melhores índices de segurança do país, resultado que, em grande parte, deve-se à atuação firme e obstinada de seus magistrados, sobretudo na área criminal".

Mas quais seriam os dados empíricos a sustentar o mito de que prender mais diminui a criminalidade? Teria o desembargador levado em conta os custos sociais e econômicos do encarceramento, ou a alocação desses recursos no lugar de investimentos em outras áreas? Não seria um incentivo à criminalidade

mandar um jovem à escola do crime quando as taxas de reincidência são de 42,5%?

Por outro lado, os números são eloquentes ao demonstrar que o TJ-SP mantém milhares de pessoas presas até que elas consigam levar seus processos para Brasília. O ministro Sebastião Reis, do STJ, afirma que o volume de casos provenientes da corte paulista cresce vertiginosamente, tendo mais que dobrado de 2018 (5.207) para 2019 (11.341). Diz ainda que "o percentual de habeas corpus concedidos integralmente ou em parte, que em 2015 era de apenas 21%, chegou a 48% em 2019, o que nos permite concluir que a discordância do tribunal paulista com o STJ só tem aumentado ao longo dos últimos anos".

[...]

Os números são eloquentes ao demonstrar que o TJ-SP mantém milhares de pessoas presas até que elas consigam levar seus processos para Brasília. (...) Ao prevalecer a opinião pessoal do juiz sobre a segurança pública, há uma enorme insegurança jurídica, que torna a liberdade alheia, a depender do resultado da distribuição do processo, objeto de nefasta loteria

A independência dos magistrados não está cercada quando eles aceitam cumprir o entendimento das cortes superiores. Porém, ao prevalecer a opinião pessoal do juiz sobre a segurança pública, há uma enorme insegurança jurídica, que torna a liberdade alheia, a depender do resultado da distribuição do processo, objeto de nefasta loteria.

A menção ao conto "O moleiro de Sans-Souci" pelo desembargador aponta uma distorção sobre o papel de um magistrado. Na história do escritor francês François Andrieux (1759-1833), o vassallo sustenta existirem juízes em Berlim justamente para protegê-lo de uma decisão política do rei. É um exemplo de como o juiz, pela lei, controla o Estado.

O juiz criminal protege todos, inclusive o "cidadão de bem", quando salvaguarda os interesses e garantias de um acusado no processo penal. É seu papel proteger o fraco do mais forte, e não o contrário. Juiz protege o cidadão do Estado; o vassallo do suserano; o dono do moitinho do rei; o índio dos exploradores. E o Tribunal de Justiça de São Paulo não é, e não pode ser, um Tribunal de Justiça bandeirante.

mercado **coronavírus**

Ministérios pedem mais verbas no Orçamento e elevam pressão sobre teto

Pasta de Rogério Marinho, defensor de mais gastos, recebe R\$ 846 milhões a mais para obras como a do rio São Francisco

Fábio Pupo, Thiago Resende e Bernardo Caram

BRASÍLIA O governo vem cedendo a apelos para aumentar a verba de diferentes ministérios nas discussões sobre o Orçamento de 2021. A expansão pressiona ainda mais o teto de gastos.

A regra que limita o aumento das despesas à inflação do ano anterior é considerada pela equipe econômica como fundamental para manter a credibilidade das contas públicas.

Um dos ministérios contemplados é o do Desenvolvimento Regional, comandado por Rogério Marinho.

Após ganhar aval da JEO (Junta de Execução Orçamentária, formada por Economia e Casa Civil), ele vai receber mais R\$ 846 milhões em 2021 em relação à proposta orçamentária oferecida anteriormente (de R\$ 7,4 bilhões).

Marinho tem interesse em expandir os gastos públicos, sobretudo em obras, e vem pedindo recursos já neste ano.

A ideia tem ganhado a simpatia do presidente Jair Bolsonaro (sem partido). Ele tem participado de inaugurações de empreendimentos iniciados em governos anteriores (inclusive do PT).

Por outro lado, a iniciati-

va vem desagradando ao ministro Paulo Guedes (Economia). "Se tiver ministro furado, eu vou brigar com o ministro furado", afirmou Guedes na última semana.

Na quantia extra que Marinho recebeu para o próximo ano, estão R\$ 500 milhões para operações com carros-pipa. Outros R\$ 174 milhões vão para a conclusão do sistema adutor do agreste pernambucano, além de R\$ 152 milhões do programa de integração do rio São Francisco.

Diante do aperto previsto para as contas de 2021, o governo avalia não fazer o Censo demográfico do IBGE no ano que vem e remanejar os recursos que seriam usados nessa finalidade para o Ministério da Defesa e outras pastas.

A proposta foi debatida pela JEO. Originalmente, o Censo seria realizado neste ano, mas foi adiado para 2021 por causa da pandemia. O custo estimado pelo governo para a pesquisa é de aproximadamente R\$ 2 bilhões.

Já no Ministério da Defesa, foram liberados mais R\$ 2,2 bilhões em recursos. Em uma fase anterior das discussões, haviam sido oferecidos R\$ 108 bilhões para a pasta.

Isso representa um acréscimo de 1,8% no orçamento da pasta (R\$ 126 bilhões) inicial-

mente previsto no Orçamento de 2020.

As verbas para o próximo ano ainda estão em negociação no governo. Depois, ainda poderão passar por mudanças no Congresso.

Deputados e senadores têm direito a emendas e, assim, destinam dinheiro para ações

Teto de gastos é como terno na promoção e precisamos caber dentro, diz secretário

O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guimarães, afirmou nesta terça-feira (18) que o teto de gastos precisa ser respeitado para gerar credibilidade para as contas públicas brasileiras. Para ele, o caminho para abrir mais espaço no Orçamento deve ser rever outras despesas.

"O teto foi colocado para gerar credibilidade para a sociedade. [Ao sinalizar que] o Brasil não vai continuar na trajetória de ganância cada vez maior ano após ano. A gente comprou um terno e tem que caber lá dentro", afirmou em conferência virtual promovida pelo banco Santander.

dos ministérios. Geralmente os Ministérios da Saúde e Educação são contemplados, principalmente pelas emendas de bancadas regionais.

Na atual fase de elaboração do Orçamento de 2021, seriam destinados R\$ 127,7 bilhões para a Saúde e R\$ 102 bilhões para a Educação.

Essa projeção está próxima da proposta inicialmente feita pelo governo para 2020, ou seja, sem considerar as modificações no Congresso. A queda seria de 1,7% no Ministério da Saúde (R\$ 129,9 bilhões neste ano) e de 0,2% no Ministério da Educação (R\$ 102,2 bilhões no projeto original de 2020).

Sem dinheiro de emendas parlamentares, a verba para a Defesa ficaria acima da Educação, o que foi rechaçado pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RR).

"Claro que os recursos para a Educação serão maiores do que os recursos para a Defesa, isso é óbvio. Não tenho dúvida", afirmou nesta terça-feira (18).

"Imagina se o presidente da República vai assinar uma proposta na qual os recursos da Defesa sejam maiores do que os recursos para a Educação? Não faz nenhum sentido", disse Maia.

No Ministério das Comunicações, houve expansão de

R\$ 200 milhões (sendo R\$ 80,3 milhões apenas para despesas administrativas).

A pasta, comandada por Fábio Faria, tem participado de negociações do governo sobretudo com o Congresso.

O Itamaraty vai receber R\$ 493,3 milhões a mais do que na proposta original por causa da variação cambial e da necessidade de manter funcionando representações diplomáticas no exterior.

Todos os números estudados pelo governo podem sofrer alterações, porque estão sendo negociados internamente. O governo tem até 31 de agosto para apresentar o Projeto de Lei Orçamentária Anual ao Congresso, que depois ainda pode alterar os números antes de aprová-los.

As despesas precisam caber no teto de gastos, criado por uma emenda constitucional em 2016, durante o governo do presidente Michel Temer (MDB). A norma impede o crescimento real das despesas.

As discussões sobre o teto vêm criando atritos no governo. Conforme mostrou a Folha, Bolsonaro já se queixou a deputados aliados de que Guedes precisa ser menos inflexível e intransigente em relação aos recursos orçamentários. A principal reclamação do

FACULDADE
FIEP/CAFI

presidente, de acordo com assessores palacianos, é que o ministro é mais propenso a negociar a liberação de recursos solicitados por deputados e senadores, mas adota uma posição mais rígida quando o pedido é feito por integrantes da equipe ministerial.

Para a execução orçamentária de 2020, membros do governo passaram a estudar diferentes maneiras de expandir os gastos por meio de brechas em interpretações sobre o teto de gastos e sobre a emenda constitucional do Orçamento de guerra.

Apesar de o teto estar vigorando, o governo tem usado créditos extraordinários para lidar com a pandemia. O instrumento é permitido em situações de calamidade e fica fora do cálculo do teto.

Já a emenda permite que sejam gastos recursos para amenizar a pandemia e "suas consequências sociais e econômicas", o que abriu espaço para as interpretações sobre inclusão de obras.

Sinalizações feitas por Maia e por membros do TCU (Tribunal de Contas da União), no entanto, têm freado essas intenções enquanto a equipe econômica busca reafirmar constantemente o objetivo em manter o teto e o respeito às regras fiscais.



TRABALHADORES DOS CORREIOS INICIAM GREVE

Trabalhadores dos Correios iniciaram a paralisação das atividades nesta terça-feira (18), após sindicatos decidirem entrar em greve na véspera. Segundo a Fentect (federação nacional que reúne entidades da categoria), cerca de 70% dos funcionários tanto da área operacional quanto da administrativa aderiram ao movimento. Já os Correios afirmam que operam com 83% do quadro efetivo na manhã desta terça. A Fentect acusa os Correios de retirar direitos dos funcionários e de negligência em relação ao novo coronavírus, além de ser contrária à privatização da empresa. A empresa nega. A mobilização, deliberada em assembleias pelo país, como em Porto Alegre (foto), não tem prazo para acabar e acontece em um cenário de alta demanda pelos serviços de entrega, em decorrência das restrições de circulação impostas pela pandemia.

Tesouro vê cenário para receber lucro do BC

Bernardo Caram

BRASÍLIA O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, afirmou nesta terça-feira (18) que constatou severa restrição de liquidez nos cofres do Executivo federal em razão da pandemia do novo coronavírus.

De acordo com ele, o CMN (Conselho Monetário Nacional) deve discutir ainda neste mês a possibilidade de transferência de lucro do BC (Banco Central) para o Tesouro Nacional.

Uma lei aprovada pelo Congresso Nacional no ano passado altera a relação entre os dois órgãos. Antes, o lucro da autoridade monetária era transferido para o Tesouro Nacional.

Pela nova regra, o resultado das operações cambiais passa a ser destinado a uma reserva de resultado no pró-

prio banco. Apenas as operações não relacionadas ao câmbio seguem encaminhadas ao Tesouro.

A norma define que valores desse fundo sejam repassados à União para custeio da dívida pública "quando severas restrições nas condições de liquidez afetarem de forma significativa o seu refinanciamento".

Com base na regra, o ministro Paulo Guedes (Economia) quer que o Banco Central devolva R\$ 400 bilhões ao Tesouro resultantes dos lucros obtidos pela autoridade monetária.

"A gente olha exatamente para a situação trazida pela pandemia e a gente consegue verificar essa severa restrição de liquidez", afirmou Funchal em seminário promovido pelo Santander.

A liquidez do Tesouro diz respeito à disponibilidade

de recursos nos cofres do governo para honrar seus compromissos, especialmente de refinanciamento da dívida pública.

De acordo com o secretário, o colchão de liquidez do órgão vinha em situação de conforto, mas o conjunto de medidas de enfrentamento ao novo coronavírus demandou um aumento das emissões de títulos públicos.

Segundo ele, também colaborou para a conta a demanda do mercado por um encurtamento da dívida do governo, fazendo com que a necessidade de recursos para rolamentos próximos meses seja maior.

"É isso que o Tesouro está fazendo, está constatando, de fato, essa severa restrição de liquidez, leva o tema para ser discutido no CMN (Conselho Monetário Nacional), provavelmente no mês de agosto, e

a deliberação o vai ser do Conselho", disse Funchal.

O CMN foi formado pelo ministro da Economia, pelo presidente do Banco Central e pelo secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, subordinado de Guedes.

No seminário, Funchal também afirmou que o governo federal não discute flexibilizar o teto de gastos, regra que limita o crescimento das despesas públicas à variação da inflação.

"Qualquer discussão que a gente veja uma fragilização dessa regra, a gente vê os juros dando um soluço. E esse soluço é caro para a sociedade. E caro para rolar dívida ou porque vai ficar mais caro para as empresas se endividarem, o país terá mais dificuldade de fazer investimentos e gerar empregos", afirmou o secretário do Tesouro.

SEXTAS E SÁBADOS NO EZ

ACADEMIA PISCINA SPA GASTROHUB ESTACIONAMENTO SEGURANÇA

ZUR HOTEL

GUILHINIA JAPONESA E QUENTE IMPERIALÇA

STUDIO CASAL

A PARTIR DIÁRIA **149** por noite

CAFETERIA BAR

98880-6303

3346-7799

FACEBOOK.COM/EZHOTEIS

HIGIENIZAÇÃO RIBOROPRA

EZHOTEIS COM. BR

AV. ARMANDO FERRENTINI, 668 - ACILIMAÇÃO - SÃO PAULO - SP, 04718-000

mercado coronavírus

PAINEL S.A.

Joana Cunha
paineta@grupofolha.com.br

Fumaça

Um impasse entre a farmacêutica Pfizer e a Anvisa é o motivo que vem postergando a solução do problema do desabastecimento do Champix no Brasil, considerado um dos principais medicamentos para parar de fumar. A empresa diz que depende de uma adequação regulatória no local de fabricação, na Alemanha, e está aguardando um retorno da Anvisa sobre o assunto. Já a agência diz que sugeriu diferentes datas para fazer a inspeção obrigatória, mas a Pfizer não aceitou.

BITUCA "Desde maio, a agência está oferecendo datas à empresa para a inspeção remota. Ocorre que ela não aceitou e marcou a inspeção para a primeira semana de outubro. Poderíamos ter cumprido nossa missão, se a companhia tivesse aceitado as propostas", afirma a Anvisa.

HIDRA O perfil de Sara Giromini no Instagram saiu do ar nesta segunda (17) após ela expor o nome da criança de dez anos que foi vítima de estupro, mas outras contas inspiradas na extremista surgiram na rede. O primeiro post de uma dessas contas já foi removido por outros usuários, que dizem ter denunciado o perfil.

BLIQUEAR Procurado pela coluna, o Instagram diz que as contas que violam suas políticas podem ser removidas e as denúncias são revisadas.

PAUSA No YouTube, Giromini já vinha sentindo prejuízos. Em junho, ela perdeu a chance de ganhar dinheiro com seus vídeos porque não foi aprovada pelos critérios de revisões periódicas da rede. O episódio de segunda foi a gota d'água para derrubar sua conta que já tinha praticado violações em relação a assédio, discurso de ódio e segurança infantil.

MALA Aldo Leone, dono da Agaxtur, diz que nasceu uma tendência no turismo: ele vem recebendo pedidos de pacotes para destinos onde se possa trabalhar e ter espaço para as crianças estudarem. Diante da demanda, Leone inventou o que ele chama de trabalho office out travel school.

MEU ESCRITÓRIO... "As pessoas perguntam onde podem ficar uma semana trabalhando. Então escolhemos um local com hotel, internet rápida, quarto legal e espaço para os filhos. Buscam um lugar onde não tenham que cozinhar e arrumar a casa, e o turismo está se adaptando", diz Leone.

...É NA PRAIA Um dos setores mais impactados pelo coronavírus, o turismo vem se ajustando à fuga de clientes. Em maio, a Accor montou um escritório individual em seus quartos de hotel para serem usados em trabalho remoto, batizados de room office.

com Filipe Oliveira e Mariana Grazini

INDICADORES

JUROS



CONTRIBUIÇÃO À PREVIDÊNCIA

Autônomo, empregador e facultativo
Valor mín. R\$ 1.045 20% R\$ 209
Valor máx. R\$ 6.101,06 20% R\$ 1.220,21

MEI (Microempreendedor)

Valor mín. R\$ 95 10,45 5% R\$ 52,25
Anuidade Alíquota
Até R\$ 1.045 7,5%
De R\$ 1.045,01 a R\$ 2.089,60 9%
De R\$ 2.089,61 a R\$ 3.134,40 12%
De R\$ 3.134,41 a R\$ 4.179,20 14%
*O prazo da competência de julho vence em 20 ago para empresas; para pessoas físicas, venceu em 17 ago. O prazo para a competência de maio foi adiado para novembro para empresas.

PORTÃO DE EMBARQUE A concessionária de Viracopos contratou a consultoria ASV Infra Partners para assessorar a no processo de relicitação, que foi anunciada pelo governo federal no mês passado.

ASA Sem gestão da concessionária desde novembro de 2012, o terminal, que pediu rejeição judicial em 2018, teve o plano aprovado em fevereiro pela assembleia de credores, exigência para seguir com a relicitação. Quem vai apresentar a consultoria é seu presidente, Adalberto Santos de Vasconcelos, especialista em regulação e concessões.

SALDO Uma semana depois de pedir demissão do comando da Secretaria de Desburocratização do governo federal, Paulo Uebel distribuiu nesta terça-feira (18) um balanço dos 20 meses no órgão, com um agradecimento ao ministro da Economia, Paulo Guedes, e ao presidente Bolsonaro.

MEMÓRIA Além da Lei da Liberdade Econômica, vista por alguns como o único grande feito da agenda liberal deste governo, Uebel relembra uma lista de ações como a digitalização do sistema de compras públicas, a revisão de normas inferiores a decreto e a simplificação do procedimento para a participação de empresas estrangeiras em licitações.

ALCOOL EM GEL Na esteira da pandemia, o agora ex-secretário também enumera na lista de entregas feitas por sua gestão a adoção de medidas de contratação mais rápida com expansão do uso e dos limites de dispensa de licitação, além da inclusão de produtos de saúde no almoxarifado virtual no Distrito Federal.

DISTANCIAMENTO A percepção de segurança do empresário em relação ao trabalho na crise sanitária é maior do que em outros grupos ouvidos pela pesquisa Datafolha realizada nos dias 11 e 12 de agosto.

MÁSCARA Uma parcela de 26% dos empresários se sentiram muito seguros para sair para trabalhar neste momento da pandemia, índice superior ao resultado entre os assalariados registrados (9%) e os funcionários públicos (14%).

Governo estuda MP para auxílio emergencial com valor abaixo de R\$ 600

Guedes defende pagar parcelas de R\$ 200, mas auxiliares do Executivo esperam R\$ 300; custo atual chega a R\$ 254,4 bilhões

Fábio Pupo,
Bernardo Caram e
Ricardo Della Coletta

BRASÍLIA Ainda sem uma definição sobre o novo formato do Bolsa Família, o governo estuda usar uma MP (medida provisória) para prorrogar o auxílio emergencial com valor abaixo dos atuais R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes (Economia) sempre defendeu um valor de R\$ 200 por que essa é a média aproximada do pagamento do Bolsa Família, mas auxiliares do governo contam com parcelas de R\$ 300 e a possibilidade dos pagamentos até dezembro. O presidente Jair Bolsonaro já defendeu uma redução gradual dos valores, uma medida que técnicos chamam de "desmane" do programa. Eles ressaltam, no entanto, que ainda não há definição sobre o valor.

A lei que rege o auxílio emergencial define que o benefício pode ser prorrogado atualmente por ato do Executivo sem a necessidade de validação do Congresso, desde que seja mantido o valor de R\$ 600 (já que esse é o valor previsto no texto).

Após o encerramento dos três meses originais do programa (abril, maio e junho), o governo liberou mais duas parcelas do auxílio (julho e agosto). O valor de R\$ 600 foi mantido.

Com o encerramento dos repasses se aproximando e a ausência de um novo programa social, além das pressões políticas para que o auxílio tenha continuidade, a equipe econômica busca alternativa.

A tendência, segundo fontes, é viabilizar as parcelas com a criação de uma MP ou seja, por um mecanismo legal diferente da lei atualmente em vigor. Isso abre caminho para que o auxílio tenha um formato diferente.

Embora a MP precise ser aprovada pelo Congresso posteriormente, o texto tem força imediata de lei e pode ser executado ainda durante as discussões.

Apesar de os parlamentares poderem alterar o valor, a equipe econômica ganhou o apoio do presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), para baixar a quantia.

As discussões sobre os próximos passos do auxílio emergencial estão ligadas ao ritmo de abertura das atividades econômicas pelo país. Diferentes estados e cidades relaxaram as medidas de distanciamento social, permitindo a volta ao trabalho.

O secretário do Tesouro Nacional, Bruno Funchal, já afirmou que o tamanho do auxílio emergencial é menor hoje do que no começo da pandemia.

"Certamente a necessidade dessa dimensão é muito menor que em março, no início [da pandemia], quando o Brasil praticamente parou", disse Funchal há duas semanas.

Embora o Legislativo tenha liberado o governo para ampliar gastos relacionados a pan-

R\$ 168 bi já foram efetivamente depositados nas contas dos beneficiários

R\$ 50 bi é o custo mensal do auxílio emergencial, considerando as regras atuais

demia do novo coronavírus neste ano, a equipe econômica tenta evitar uma explosão de gastos e, por consequência, de endividamento público.

Com o cenário atual, técnicos já esperam que a dívida bruta do governo vá superar 100% do PIB (Produto Interno Bruto) neste ano. No encerramento do ano passado, o patamar estava em 75,8% do PIB. O auxílio emergencial é a medida mais cara do pacote anticrise e já demandou R\$ 254,4 bilhões em recursos. Desse total, R\$ 167,6 bilhões já foram efetivamente depositados nas contas dos beneficiários. Cada mês custa aproximadamente R\$ 50 bilhões, considerando as regras atuais.

O programa foi instituído após o agravamento da crise de saúde, com o objetivo de dar assistência a trabalhadores informais, fortemente impactados pelas políticas de isolamento social e restrições de circulação nas cidades.

Inicialmente, Guedes propôs parcelas de R\$ 200 por beneficiário. O Congresso pressionou por um aumento para R\$ 300, mas o valor acabou fechado em R\$ 600 após o presidente Jair Bolsonaro.

Para tentar evitar mais meses de auxílio emergencial, o Ministério da Economia está revisando programas sociais (como o abono salarial) para cortar despesas e redesenhar o Bolsa Família (que seria reabilitado como Renda Brasil). O programa, no entanto, ainda está sendo desenhado pela equipe econômica.

Prorrogar benefício novamente com a mesma parcela é muito difícil, afirma Maia

Thiago Resende e
Isabella Macedo

BRASÍLIA O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse nesta terça-feira (18) que prorrogar o auxílio emergencial novamente com o mesmo valor de R\$ 600 "é muito difícil".

"O Parlamento tem responsabilidade. Eu acho que a gente sabe que a manutenção dos R\$ 600 é muito difícil", afirmou. Segundo ele, a análise a ser feita deve considerar o impacto da medida nas contas públicas. Atualmente, o benefício representa um custo superior a R\$ 50 bilhões por mês.

Para o presidente da Câmara, a manutenção do auxílio no valor de R\$ 600 pode pressionar ainda mais as contas públicas, com isso, acelerar a inflação e reduzir os investimentos no país.

O governo estuda usar uma MP para prorrogar o auxílio emergencial com valor abaixo dos atuais R\$ 600.

O ministro Paulo Guedes (Economia) sempre defendeu um valor de R\$ 200 por que essa é a média aproximada do pagamento do Bolsa Família, mas auxiliares do governo contam com parcelas de R\$ 300 e a possibilidade dos pagamentos até dezembro.

Inicialmente, a ideia era que, em setembro, já começasse a funcionar um novo programa social, a ser criado a partir da reformulação do Bolsa Família. O nome deve ser Renda Brasil.

Maia disse que, antes de o governo definir um valor para os beneficiários do no-

vo programa social, deve ser feita uma sondagem para saber a disposição do Congresso em alterar outros gastos sociais, como abono salarial, para destinar mais verba para a Renda Brasil.

O abono salarial é uma espécie de 14º salário pago pelo governo a trabalhadores formais. Mas, para aprovar mudanças nesse benefício, é necessária uma PEC (proposta de emenda à Constituição), que tem tramitação mais lenta e depende de apoio de 60% da Câmara e do Senado.

O presidente da Câmara afirmou que a iniciativa mais urgente é a regulamentação de gatilhos (medidas temporárias) a serem acionados em caso de forte pressão do teto de gastos, regra constitucional que limite o crescimento das despesas públicas.

Diferentes alas do governo têm travado um embate sobre a preservação do teto de gastos em 2022. Uma hipótese foi a abertura de crédito extraordinário (que fica fora da limitação da regra) para bancar obras públicas no valor de R\$ 5 bilhões.

Mas Maia considera essa medida inconstitucional, pois esse dispositivo (crédito extraordinário) só pode ser usado para despesas diretamente ligadas à pandemia.

"O governo tem espaço no Orçamento primário para cancelar algumas rubricas e criar outras para investimento. Eu não sou contra que se crie o espaço para o investimento, mas dentro do Orçamento primário de 2020".

NÃO DÁ PARA
TABELAR
JUROS, DIZ
DEPUTADO

Folha e FGV Ibre debatem políticas de proteção social

SÃO PAULO A Folha e o FGV Ibre promovem nesta quinta (20), às 14h, o seminário online "Informalidade, desigualdade e o sistema de proteção social", com acesso livre aos interessados no tema, que ganhou grande relevância com a epidemia do novo coronavírus no Brasil.

Os trabalhadores informais foram os principais afetados pela crise econômica provocada pela Covid-19 e os maiores beneficiários do programa de ajuda mensal de R\$ 600 administrado pela Caixa.

Como o programa agora prorrogado por dois meses, crescem as dúvidas sobre como continuar financiando a ajuda a essa parcela da população e a respeito do futuro do mercado de trabalho, cada vez mais informal no Brasil.

Depois de forte queda nos anos 2000, que continuou em menor intensidade até 2014, a informalidade subiu com a recessão de 2014-2016 e a lenta recuperação que se seguiu.

Participam do encontro Fernando Veloso, pesquisador do FGV Ibre, Pedro Nery, consultor Legislativo do Senado Federal, e Vinícius Botelho, pesquisador associado do FGV Ibre, com a moderação do repórter especial da Folha Fernando Canzian.

O seminário pode ser acompanhado pelo site da Folha ou por meio de inscrição no FGV Ibre (https://evento.fgv.br/sistemadeprotecaosocial/).

coronavírus mercado

Derrubar o teto sem acabar com a casa

abono salarial, benefício anual de até meio salário mínimo para uns 23 milhões de trabalhadores. ao dar o voto de con-

ambigi, Guilherme Tinoco ou Bráulio Borges, para citar apenas alguns, têm feito sugestões sobre o sistema de prote-

Teto precisa de reforma profunda, mas governo tenta avacalhar o limite de gastos

Vinicius Torres Freire

Journalista, foi secretário de Redação da Folha. É mestre em administração pública pela Universidade Harvard (EUA)

As feias necessidades politizarão de modo imediato e ruim a necessidade da pobreza ora atenuada pelos auxílios emergenciais e a necessidade eleitoral de Jair Bolsonaro.

Não haverá renda Brasil sem um talão fundo em outras despesas sociais ou implosão do teto; não haverá nem breve temporada de investimentos "em obras" sem gambiarra para burlar o limite de gastos.

Essa tensão, como é óbvio, resultou na tentativa de neutralizar ou fritar Paulo Guedes

de fim de dar um jeitinho no teto. Em decorrência, surgiu uma campanha reativa de defesa do teto que é muito ratuadora até certo limite, que é o de impedir uma avacalhada política de limite constitucional de gastos federais. Daí em diante, o movimento pendeu para a sacralização do que é apenas uma regra pragmática.

No caso de Bolsonaro e de seus novos amigos, a politização vulgar é bem evidente. Guedes apenas não foi chutado para escanteio ou para fora do estádio porque até este

governo parece perceber que derrubar o teto de modo muito descarado seria contraproducente. Ou seja, teria efeitos econômicos negativos imediatos.

Mas Bolsonaro e seus aliados continuam com um problema eleitoral. O teto continua com seus problemas congêntos — mais dia, menos dia, será inviável econômica, social e política. Logo, é preciso impedir a avacalhada do limite de gastos e ao mesmo tempo pensar em como reformá-lo.

Tal reforma, no entanto, exigiria um governo com um programa sério, profundo, e capacidade de negociar acordos amplos. Seria necessária uma política em que tal negociação fosse possível, mas o debate político está entre a paralisia e a imundície avacalhada.

Para o bem ou para o mal, o teto faz efeitos em câmera lenta. A ruína de estradas, hospitais e pesquisa progrediria de modo gradual, afiora algum desabamento. O corte de auxílio emergencial pode ser explosivo, porém.

Bolsonaro terá seu Renda Brasil apenas se der cabo do

monstro, se der cabo do seguro-desemprego sazonal para pescadores e se cancelar algumas concessões tributárias. Difícil.

Haverá obras extras em quantidade perceptível, mas muito insuficiente, apenas se o monstro fura o teto tiver sucesso, o que provocará efeitos colaterais negativos.

Em si mesmo, o teto é inviável, como se sabia desde 2016. Mesmo que se reajuste o salário mínimo apenas na inflação, que os servidores não tenham nem correção da inflação, que venham cortes de salários, não haverá dinheiro para aumentar investimentos. O funcionamento do governo (verba de saúde, pesquisa, universidade etc.) estará comprometido, para dizer o mínimo.

Economistas como Fábio Gi

lones serios de manutenção, derrubar o teto, sem mais, é suicídio: sacralizá-lo é erro, tentativa de abafar uma discussão inevitável ou um modo de não explicitar um projeto puro e simples de redução do tamanho do Estado.

Difícil imaginar mudança que não combine limite de despesas com servidores, grande aumento de eficiência, contenção de reajustes do mínimo e da Previdência, gasto adicional em renda mínima, aumento e redistribuição de carga tributária, mais dinheiro para investimento público e alguma regra nova de teto.

Nota-se, pois, o tamanho da revolução que seria uma mudança séria. A reavoltagem dessas entranhas é necessária, no entanto.

vinicius.torres@grupofolha.com.br

MP afrouxa regra para banco público dar crédito

Medida, que ainda irá ao Senado, libera, até o fim da calamidade, empréstimo para empresas endividadas com a União

Thiago Resende e Isabella Macedo

BRASÍLIA | A Câmara aprovou nesta terça (8) medida provisória que reduz critérios para que bancos públicos concedam crédito na pandemia. A proposta segue para o Senado.

O texto dispensa uma série de exigências previstas hoje na legislação, facilitando o financiamento público a empresas com dívidas fiscais e do FGTS, por exemplo.

O governo inicialmente propôs que a liberação valesse até 30 de setembro. A versão aprovada pela Câmara, porém, prorrogou essa medida até o fim da calamidade pública, previsto para 31 de dezembro.

A proposta libera, por exemplo, empréstimos com recursos públicos a empresas com dívidas com a União.

Durante a pandemia, deixa de existir a obrigatoriedade de apresentação da Certidão Negativa de Débito (CND), que atesta a regularidade fiscal da empresa. O documento é normalmente exigido em operações de crédito que usem recursos públicos.

A justificativa do governo é o momento de calamidade pública trazida pelos efeitos do novo coronavírus e a necessidade de ampliar os programas de crédito emergencial para todas as empresas, de modo que elas mantenham as atividades e preservem empregos.

Também foi liberada pela nova MP a apresentação da regularidade do FGTS, normalmente obrigatória na obtenção de créditos, senões, subsídios e auxílios da administração pública. Com isso, as empresas devedoras do FGTS foram liberadas para contraírem empréstimos públicos.

Pelo texto aprovado, a redução nas exigências deverá valer mais 180 dias para micro e pequenas empresas após o fim da calamidade pública.

Reabertura reduz perdas de empresas com a crise, diz IBGE

RIO DE JANEIRO | A reabertura do comércio na maior parte do país reduziu, na primeira semana de julho, o número de empresas que veem impactos negativos da pandemia em seus negócios, informou nesta terça (8) o IBGE.

A conclusão é da pesquisa Pulo Empresas, criada para avaliar os impactos da pandemia nas companhias brasileiras. Ao todo, segundo o IBGE, 44% das empresas pesquisadas disseram ter sentido impactos negativos nos negócios

na primeira quinzena de junho. O valor é menor que os 62,4% verificados na quinzena anterior. Na primeira edição da pesquisa, referente à

primeira quinzena de junho, eram 70%.

Ainda há uma grande incidência de impacto negativo, mas já começamos a perceber

uma melhora", diz o coordenador de Pesquisas Conjuntivas do IBGE, Flávio Magalhães.

Entre as empresas entrevistadas, 28,2% relataram ter sofrido efeito pequeno ou inexistente e outras 27% disseram ter sentido efeitos positivos da pandemia nas atividades.

Foi a primeira vez, nas três edições da pesquisa, que esse contingente é maior do que aquelas que têm efeito negativo. Nicola Pamplona

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

REPÚBLICA AMARILHA BRASIL BRASIL

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 109/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília-DF, do dia 01 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://mpevs.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13h59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, registrada o preço mínimo a esse atulhado.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Brasília-DF	SGS 102, Bloco C, Apartamento 108, Asa Sul	142.965	1º Cartório de Registro de Imóveis	Preço Mínimo Apartamento Área Plavak: 113,281 m²	R\$ 962.000,00
02	Brasília-DF	SGS 102, Bloco D, Apartamento 305, Asa Sul	142.969	1º Cartório de Registro de Imóveis	Preço Mínimo Apartamento Área Plavak: 112,041 m²	R\$ 961.000,00
03	Brasília-DF	SGS 102, Bloco F, Apartamento 307, Asa Sul	142.976	1º Cartório de Registro de Imóveis	Preço Mínimo Apartamento Área Plavak: 112,041 m²	R\$ 949.000,00
04	Brasília-DF	SGS 102, Bloco J, Apartamento 403, Asa Sul	142.680	1º Cartório de Registro de Imóveis	Preço Mínimo Apartamento Área Plavak: 112,041 m²	R\$ 1.090.900,00
05	Brasília-DF	SGS 113, Bloco D, Apartamento 204, Asa Sul	143.187	1º Cartório de Registro de Imóveis	Preço Mínimo Apartamento Área Plavak: 85,235 m²	R\$ 733.000,00

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital de Concorrência SPU nº 109/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 109/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14h30 às 17 horas, no endereço na Esplanada dos Ministérios, Bloco "K", Brasília-DF, ou solicitadas por e-mail: atenuacao.sp@planejamento.gov.br ou via telefone, no número (61) 2202-5112. Maiores informações estão disponíveis no site <https://mpevs.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALÉRIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 110/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília-DF, do dia 06 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://mpevs.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13h59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, registrada o preço mínimo a esse atulhado.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Parnaíba-PI	Km 05, de BR-343, Bairro Galatúvitas, lado direito sentido Parnaíba-Luz, Centro	20.220	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 17.431,96 m²	R\$ 1.211.244,87
02	Parnaíba-PI	Rua Benedito Teodoro, nº 22, Antiga Rua A, Jardim das Buganvilhas, Bairro São Jerônimo Teodoro	8.340	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 375,00 m²	R\$ 123.767,78

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital de Concorrência SPU nº 110/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 110/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no horário das 14h30 às 17 horas, no endereço Rua Almirante Góes Sampaio, nº 695, Centro, Parnaíba-PI, ou solicitadas por e-mail: atenuacao.sp@planejamento.gov.br ou via telefone, no número (86) 3321-1307. Maiores informações estão disponíveis no site <https://mpevs.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALÉRIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 111/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília-DF, do dia 08 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://mpevs.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13h59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, registrada o preço mínimo a esse atulhado.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	São José do Rio Preto-SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 1, Quadra 8, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anápolis e Silva	64.137	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 1.034,84 m²	R\$ 438.000,00
02	São José do Rio Preto-SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 3, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anápolis e Silva	64.138	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 1.039,65 m²	R\$ 431.000,00
03	São José do Rio Preto-SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 3, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anápolis e Silva	64.139	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 1.014,10 m²	R\$ 416.000,00
04	São José do Rio Preto-SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 4, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anápolis e Silva	64.140	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 963,55 m²	R\$ 407.000,00
05	São José do Rio Preto-SP	Rua Projeteada 4, S/N, Lote 5, Quadra 5, Distrito Industrial Dr. Carlos de Anápolis e Silva	64.141	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 963,30 m²	R\$ 394.000,00

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital de Concorrência SPU nº 111/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 111/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no endereço Av. Prestes Maia, nº 733, 3º andar, Luz, São Paulo-SP (011-031-021), ou solicitadas por e-mail: atenuacao.sp@planejamento.gov.br ou via telefone, no número (11) 2113-2433 / (2474) / (2305) / (2876). Maiores informações estão disponíveis no site <https://mpevs.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALÉRIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

AVISO DE LICITAÇÃO

Concorrência Pública Eletrônica SPU nº 112/2020

1. A União, por intermédio do Ministério da Economia, via SECRETARIA DE COORDENAÇÃO E GOVERNANÇA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO, torna público que às 14 horas - horário de Brasília-DF, do dia 13 de outubro de 2020, no endereço eletrônico <https://mpevs.economia.gov.br>, representada por sua Comissão Permanente de Licitação, realizará sessão pública eletrônica para processo licitatório, sendo permitido o envio de propostas até às 13h59, do mesmo dia, sendo este o prazo final para apresentação da documentação e das respectivas propostas para alienação do domínio pleno dos imóveis da União a seguir relacionados, nas condições em que se encontram, na modalidade de CONCORRÊNCIA pela maior oferta, registrada o preço mínimo a esse atulhado.

Item	Localidade	Endereço	Matrícula	Carteiro	Descrição	Preço Mínimo
01	Volta Redonda-RJ	Área "Hum" situada entre as Ruas 535, 566 e 533, Bairro Nossa Senhora das Graças	34.307	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 4.000,00 m²	R\$ 4.070.364,14
02	Volta Redonda-RJ	Área 1-A S/N, situada entre as ruas 570 e 538, Bairro N. S. das Graças	34.308	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 1.775,00 m²	R\$ 2.527.269,98
03	Volta Redonda-RJ	Área 1-B S/N, situada entre as ruas 570 e 538, Bairro N. S. das Graças	34.309	1º Cartório de Registro de Imóveis	Terreno: 1.775,00 m²	R\$ 2.527.269,98
04	Duque de Caxias-RJ	Área de terras próximas ao Entornoamento do Canal Santo Antônio com a Rodovia BR-340, S/N, situada no Distrito de Jariari	5.587	Registro de Imóveis da 5ª Circunscrição	Terreno: 48.572,10 m²	R\$ 4.200.000,00

2. Os trabalhos da Comissão de Licitação obedecerão rigorosamente os termos do Edital de Concorrência SPU nº 112/2020.

3. Informações sobre a Concorrência SPU 112/2020 poderão ser obtidas nos dias úteis, a partir de 31 de julho de 2020, no endereço Av. Pres. Antônio Carlos, nº 373, sala 514, Caselão, Rio de Janeiro-RJ, ou solicitadas por e-mail: atenuacao.sp@planejamento.gov.br ou via telefone, no número (21) 3305-3500 / 3305-2503. Maiores informações estão disponíveis no site <https://mpevs.economia.gov.br>.

Brasília/DF, 24 de julho de 2020
VALÉRIA VELOSO CAETANO SOARES
Presidente da Comissão

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico <http://www.in.gov.br/visualizar/acta.html>, pelo código 0202020700004

34 Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.206-2 de 24/04/2001. ICP - que institui a infraestrutura de Chaves Públicas Brasileiras - IC-Brasil. gov.br

O GLOBO

Onde está o problema real do Orçamento

Não haverá mais dinheiro para Saúde ou Educação sem enfrentar a voracidade da máquina pública

Para quem acompanha a situação dramática das contas públicas, não há surpresa na proposta orçamentária que circula por Brasília, prevendo para 2021 cortes de 13% na Saúde e 5% na Educação — pasta que, pela primeira vez, receberia menos dinheiro que a Defesa (também cortada em 5%).

É compreensível a revolta com um governo que tira dinheiro de onde ele é mais necessário. A Saúde teve de receber neste ano, em virtude da pandemia, mais de R\$ 40 bilhões além dos R\$ 135 bilhões orçados originalmente — e não há sinal de que o coronavírus dará trégua no ano que vem. A Educação também terá de compensar o atraso decorrente de um ano peculiar no ensino — no caso de muitos, um ano perdido —, para não falar nas deficiências históricas.

Governos estaduais também têm recorrido a propostas que ofendem a necessidade. Exemplo é o projeto do governo paulista que, se aprovado, resultará em cortes de pesquisas ne-

cessárias, entre tantas missões, ao combate à pandemia.

Se a revolta é compreensível, é essencial que ela se projete na direção correta. Qualquer orçamento — federal, estadual ou municipal — reflete as distorções do Estado brasileiro. A principal é o engessamento das despesas obrigatórias — desde 2010, elas cresceram de 75% para 94% do total, no caso federal.

Para espanto dos críticos contumazes do teto de gastos, as despesas sociais têm crescido consistentemente desde 2016, quando ele foi implantado, segundo uma análise do economista Alexandre Schwartzman com base em dados do Tesouro. Comparando 2019 a 2016, a Saúde recebeu 7% a mais em recursos, e a Educação manteve-se no mesmo patamar. A rubrica Proteção Social cresceu 7,6%. Tudo isso num período em que, em virtude do teto, o total gasto pelo governo federal caiu.

Para destinar mais dinheiro à Saúde e à Educação, é preciso entender a origem do problema. A raiz da falta de re-

ursos não é o teto. São os gastos obrigatórios, em especial a folha de pagamentos do funcionalismo, que corresponde a quase 14% do PIB brasileiro e tem crescido sem parar. Dos R\$ 127 bilhões da Saúde na proposta do ano que vem, mais de R\$ 110 bilhões são destinados a pessoal e gastos obrigatórios. O quadro se repete para onde quer que se olhe: Educação, Defesa, Judiciário, Ministério Público, universidades — em todos os setores da máquina pública há distorções que só podem ser resolvidas pela reforma administrativa.

O serviço público federal reúne 300 planos de carreira, com 22 mil cargos e 131 mil postos com gratificações. Os salários médios para uma função de nível superior equivalem a 3,5 vezes os pagos no setor privado. Dois terços dos funcionários estão entre os 10% mais ricos. É desse universo de emprego vitalício, promoções automáticas, quinquênios, licenças-prêmio e aposentadorias generosas que derivam as distorções no Orçamento. Não haverá dinheiro para gastar onde é necessário sem enfrentar a voracidade da máquina pública.

O GLOBO

DISPUTA ORÇAMENTÁRIA

Ministérios alertam para impactos de cortes em 2021; Bolsonaro aumenta cota da Defesa

LEANDRO PRAZERES, MANOEL VENTURA, DANIEL GULLINO e BRUNO GÓES
contato@oglobo.com.br
 BRASIL

Ministérios afetados pelas reduções previstas no orçamento de 2021 alertaram o governo sobre os impactos dos cortes. Em documentos obtidos pelo GLOBO, as pastas pediram mais recursos e apontam para um possível "apagão" nas pesquisas científicas envolvendo temas como a Covid-19, paralisação de projetos de infraestrutura e até o fechamento de universidades. Na outra ponta, o Ministério da Defesa, com o aval direto do presidente Jair Bolsonaro, conseguiu um aumento de R\$ 2,2 bilhões na estimativa orçamentária. Para atender os militares, o governo avalia até adiar o Censo 2020, que seria realizado no ano que vem mas pode ficar para 2022.

O presidente reconheceu ontem existir uma "briga enorme" em torno do Orçamento e disse que "cada vez mais diminui o montante", ao falar com apoiadores no Palácio da Alvorada. O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), por sua vez, sinalizou que haverá resistências no Congresso à proposta em elaboração ao dizer que "não faz sentido nenhum" o ministério da Defesa ter mais recursos que o da Educação.

Dados do chamado "referencial orçamentário" para 2021 mostram que a Educação deve perder 13% no ano que vem, comparado à proposta do governo para 2020, e a Saúde e a Defesa 5%, cada. Com isso, pela primeira vez a pasta das Forças Armadas tem mais recursos que o MEC.

O governo tem até 31 de agosto para enviar ao Congresso o Orçamento, mas não é comum haver alterações bruscas na fase final de elaboração. Diferentes ministérios, porém, tem formalizado reclamações sobre as verbas que lhes estão sendo reservadas e apresentam justificativas para pedir mais recursos.

Diante das pressões, o governo avalia adiar, mais uma vez, a realização pelo IBGE do Cen-

so Demográfico. A coleta de dados estava programada para este ano, foi adiada para 2021 e, agora, pode ser transferida para 2022. O dinheiro destinado a outros ministérios, especialmente para os militares.

A pesquisa é feita a cada dez anos e tem abrangência nacional. Pesquisadores do órgão visitam os domicílios pelo país para obter dados sobre as características dos moradores — nível de estudo, trabalho, entre outras informações. Para justificar o novo adiamento, o governo deve alegar questões sanitárias devido à pandemia da Covid-19.

O GLOBO teve acesso a pedidos feitos pelos ministérios da Educação, Ciência e Tecnologia, Infraestrutura e da Mulher, Família e Direitos Humanos. Em julho, a estimativa era de que a pasta de Marcos Pontes teria um orçamento de R\$ 6,5 bilhões, dos quais apenas R\$ 3,1 bilhões seriam para despesas discionárias, que podem ser manejadas livremente. Em 6 de agosto, a Ciência e Tecnologia enviou um ofício ao Ministério da Economia afirmando que o valor era insuficiente para a manutenção dos projetos em andamento e, assim, pesquisas como as que envolvem a Covid-19 poderiam ser prejudicadas.

"Destacam-se os compromissos no desenvolvimento de projetos de P&D (pesquisa e desenvolvimento) relativos

ao enfrentamento da COVID-19, bem como as medidas mitigadoras dos danos causados pela mesma", diz um trecho do documento.

O ministério pediu mais R\$ 1,849 bilhão, sendo R\$ 235 milhões para bolsas concedidas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Em 13 de agosto, a Economia respondeu que só poderia liberar

mais R\$ 100 milhões e recomendou que estes recursos fossem para o CNPq.

A situação no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) não foi diferente. A Economia informou que a pasta da ministra Damares Alves teria direito a R\$ 248 milhões do Orçamento de 2021, dos quais R\$ 189 milhões para despesas discionárias. O valor, segundo o

ministério, é inferior aos R\$ 220,4 milhões previstos para este ano, que, na avaliação da ministra, "já se mostrou insatisfatório". Em ofício no dia 15 de julho, Damares pediu mais R\$ 140 milhões ao governo e argumentou que a redução impactaria programas contra violência doméstica e proteção de testemunhas. A pasta, porém, só conseguiu mais R\$ 31 milhões.

O MEC conseguiu reverter parte das suas perdas. Em maio, o orçamento estimado era de R\$ 97,2 bilhões. Em junho, o então ministro Abraham Weintraub pediu mais R\$ 6,9 bilhões e afirmou à equipe econômica que a manutenção do orçamento naquele patamar prejudicaria programas como o que distribui livros didáticos às escolas de todo o país, paralisaria a construção de creches e fecharia universidades federais.

Em julho, a pasta conseguiu mais R\$ 4,7 bilhões, valor que ainda é 13% a menos do que o proposto pelo governo para 2020. E na semana passada conseguiu mais um acréscimo, de R\$ 1,39 bilhão. O montante, porém, ainda é menor do que o pedido pela pasta.

No caso do Ministério da Defesa, o referencial monetário entregue em julho pelo Ministério da Economia foi de R\$ 107,9 bilhões. No dia 11 de agosto, a Defesa enviou um ofício à equipe econômica solicitando um aumento dessa estimativa no valor de R\$ 752 milhões. Anteriormente, o Ministério da Economia informou que, após consulta ao presidente Jair Bolsonaro, ficou decidido que o referencial orçamentário no orçamento da Defesa crescerá em R\$ 2,2 bilhões.

Procurado, o Ministério da Economia não respondeu o que o levou a atender os pleitos dos ministérios de forma diferente. Em nota, disse que o prazo para o governo enviar a proposta ao Congresso é 31 de agosto e que "até essa data, as propostas orçamentárias e as solicitações de expansão de limites demandadas pelos órgãos serão analisadas e submetidas à decisão da Junta de Execução Orçamentária".

Editoria de Arte

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

RODRIGO MAIA, presidente da Câmara

MEU PIÃO PRIMEIRO

Ciência e Tecnologia afirma que falta de verbas pode levar a demissões

3. Prensamente, para as Organizações Sociais, atendidas por meio de ações 2124, a implementação de cada uma das atividades tem que ter a necessidade de direção de projeto de implementação de projetos de P&D e o fornecimento de planos de ações já autorizadas no atual quadro. Destacam-se os compromissos no desenvolvimento de projetos de P&D relativos ao enfrentamento da COVID-19, bem como as medidas mitigadoras dos danos causados pela mesma, como por exemplo: os investimentos na produção de serviços digitais para educação, que terão que ser reduzidos, em um momento de dependência absoluta destes serviços de comunicação e colaboração na pandemia, e para o planejamento do retorno e adaptação à nova realidade de pessoas à distância. Sob este pretexto, o ministério necessita das Organizações Sociais para cumprir com suas obrigações de R\$ 663 milhões, no total, com necessidade de expansão de aproximadamente R\$ 98,1 milhões frente ao limite disponibilizado pelo MCT. Abaixo descrevo os projetos e valores para as unidades vinculadas ao Ministério:

Orçamento para Defesa foi ampliado após consulta a Bolsonaro

2. Em reunião com o presidente no dia 13 de agosto, o Presidente da Câmara, Rodrigo Maia, informou ao Presidente da República, Jair Bolsonaro, que havia solicitado a distribuição de recursos para o orçamento de 2021. O Presidente da República, Jair Bolsonaro, afirmou que o orçamento de 2021 deve ser aprovado em setembro e que o valor para a Defesa deve ser aumentado para R\$ 107,9 bilhões.

Editoria de Arte

mais R\$ 100 milhões e recomendou que estes recursos fossem para o CNPq.

A situação no Ministério da Mulher, Família e Direitos Humanos (MMFDH) não foi diferente. A Economia informou que a pasta da ministra Damares Alves teria direito a R\$ 248 milhões do Orçamento de 2021, dos quais R\$ 189 milhões para despesas discionárias. O valor, segundo o

ministério, é inferior aos R\$ 220,4 milhões previstos para este ano, que, na avaliação da ministra, "já se mostrou insatisfatório". Em ofício no dia 15 de julho, Damares pediu mais R\$ 140 milhões ao governo e argumentou que a redução impactaria programas contra violência doméstica e proteção de testemunhas. A pasta, porém, só conseguiu mais R\$ 31 milhões.

O MEC conseguiu reverter parte das suas perdas. Em maio, o orçamento estimado era de R\$ 97,2 bilhões. Em junho, o então ministro Abraham Weintraub pediu mais R\$ 6,9 bilhões e afirmou à equipe econômica que a manutenção do orçamento naquele patamar prejudicaria programas como o que distribui livros didáticos às escolas de todo o país, paralisaria a construção de creches e fecharia universidades federais.

Em julho, a pasta conseguiu mais R\$ 4,7 bilhões, valor que ainda é 13% a menos do que o proposto pelo governo para 2020. E na semana passada conseguiu mais um acréscimo, de R\$ 1,39 bilhão. O montante, porém, ainda é menor do que o pedido pela pasta.

No caso do Ministério da Defesa, o referencial monetário entregue em julho pelo Ministério da Economia foi de R\$ 107,9 bilhões. No dia 11 de agosto, a Defesa enviou um ofício à equipe econômica solicitando um aumento dessa estimativa no valor de R\$ 752 milhões. Anteriormente, o Ministério da Economia informou que, após consulta ao presidente Jair Bolsonaro, ficou decidido que o referencial orçamentário no orçamento da Defesa crescerá em R\$ 2,2 bilhões.

Procurado, o Ministério da Economia não respondeu o que o levou a atender os pleitos dos ministérios de forma diferente. Em nota, disse que o prazo para o governo enviar a proposta ao Congresso é 31 de agosto e que "até essa data, as propostas orçamentárias e as solicitações de expansão de limites demandadas pelos órgãos serão analisadas e submetidas à decisão da Junta de Execução Orçamentária".



Topas. Formatura de militares no Rio de Janeiro; presidente Jair Bolsonaro garantiu reforço no orçamento da Defesa maior do que o pedido pela própria pasta

O GLOBO

ATÉ O FIM DO ANO

PRESSÃO POR AUXÍLIO

Parlamentares e equipe de Guedes divergem sobre valor para prorrogação do benefício

GERALDA DOCA, MARCELLO CORRÊA, MANOEL VENTURA E PEDRO CAPEITI
geraldadoca@oglobo.com.br
 FÁBIO POZZA/AGF/OGLOBO

O presidente Jair Bolsonaro deve definir até sexta-feira o valor pelo qual pretende prorrogar o auxílio emergencial pago durante a pandemia e em quantas parcelas adicionais. O pagamento do benefício contribuiu para aumentar a popularidade do presidente, mas a um custo mensal de R\$ 50 bilhões — equivalente a mais de 17 vezes o gasto com o Bolsa Família — e é considerado insustentável para os cofres públicos. De um lado, o ministro da Economia, Paulo Guedes, defende um valor na faixa de R\$ 200. Líderes de partidos, porém, querem a extensão até o fim do ano, com uma parcela no patamar de R\$ 600 e outras de R\$ 300.

Auxiliares de Guedes já citam a possibilidade de prorrogar o benefício no valor de R\$ 200, R\$ 250 ou R\$ 300 até o fim do ano a fim de construir uma transição para o Renda Brasil, programa social do governo Bolsonaro que vai substituir o Bolsa Família.

MEDIDA PROVISÓRIA

Proposto inicialmente com valor de R\$ 200 pelo governo, o auxílio deveria durar três meses. Foi prorrogado depois por mais dois meses. Caso o governo decida propor a nova extensão por um valor menor, vai precisar encaminhar ao Congresso a alteração por meio de medida provisória (MP). Neste caso, as características do programa, como o valor do benefício, por exemplo, podem ser alteradas por deputados e senadores.

O presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), disse ontem achar difícil prorrogar o auxílio no valor atual:

— O Parlamento tem responsabilidade. A gente sabe que a manutenção dos R\$ 600 é muito difícil.

Existe a possibilidade de o presidente editar um decreto para pagar mais uma parcela de R\$ 600, o que não depende



Caminho. Fila para pagamento do benefício; prorrogação deve ser proposta por medida provisória, o que permite ao Congresso alterar valor do auxílio emergencial, atualmente em R\$ 600

de aprovação do Congresso, e estabelecer um valor menor de R\$ 300 para os demais por meio de medida provisória. Caso ele opte por reduzir o valor de todas as parcelas, é necessário aval do Parlamento.

A oposição insiste na manutenção do valor atual até dezembro. O deputado Orlando Silva (PC do B-SP) disse que, se o governo enviar uma proposta reduzindo o valor do auxílio emergencial, o Congresso vai restabelecer o valor de R\$ 600.

— Duvido que o presidente tenha coragem de reduzir o valor do auxílio, porque está surfando na onda — disse Silva, ao se referir aos efeitos positivos da concessão do benefício na popularidade de Bolsonaro. — Agora, se fizer, vamos subir o valor. Não vamos assumir esse ônus. Quem tem que pagar a conta é o governo.

Pesquisa Datafolha divulgada semana passada aponta que 37% dos brasileiros consideram o governo Bolsonaro ótimo ou bom, ante 32% na

pesquisa anterior, feita em junho. Os eleitores que consideravam o governo ruim ou péssimo passaram de 44% para 34% no mesmo período. O próprio vice-presidente Hamilton Mourão atribuiu esse desempenho ao auxílio.

É nesse cenário que o governo avalia o tamanho do benefício, que foi discutido em reunião na segunda-feira entre Bolsonaro e integrantes da equipe econômica.

O auxílio de R\$ 600 foi criado por lei de iniciativa do Congresso em abril para ajudar trabalhadores informais, autônomos, microempreendedores individuais, desempregados e famílias que recebem o Bolsa Família a atravessarem a crise causada pela pandemia.

Segundo dados do Tesouro Nacional, o gasto previsto até agora soma R\$ 254,4 bilhões, sendo que já foram desembolsados R\$ 182,87 bilhões.

O senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) disse ter o pé no chão e que será preciso fa-

Benefício de R\$ 600 é inviável, diz secretário

> O secretário-executivo do Ministério da Economia, Marcelo Guimarães, afirmou ontem que a continuação do pagamento de um auxílio emergencial de R\$ 600 não é sustentável.

> — É óbvio que, após a pandemia, as pressões políticas continuam. O auxílio de R\$ 600 é muito bom para a população — afirmou. — A população recebia um Bolsa Família de R\$ 190, passou a ter três vezes mais. Isso é ótimo, mas não é sustentável, não conseguimos manter isso.

> No entanto, a pandemia fez o governo "re-priorizar" certos temas e começar a pensar em uma maneira de melhorar as ferramentas de

transferência de renda para atender a parcela da população que está excluída dos programas sociais.

> — A rede de proteção social precisa ser aprimorada. Tem muita gente que não tinha acesso aos recursos de proteção social do Estado — disse Guimarães. — Como a gente aumenta? Como faço o Bolsa Família de R\$ 190 chegar a algo maior, não infelizante a R\$ 600, mas como aumentar esse valor?

> Em outros momentos, o presidente Jair Bolsonaro e o ministro da Economia, Paulo Guedes, também afirmaram que o pagamento de R\$ 600 não era sustentável por muito tempo.

zer contas, ver se o caixa do governo suporta:

— Seria ótimo prorrogar o auxílio emergencial de R\$ 600 por mais quatro meses como deseja a oposição, mas de onde vai sair o dinheiro?

Levantamento de Daniel Duque, do Ibre/FGV, mostra que o auxílio foi praticamente a única renda da população mais pobre em junho. Com base nos dados da Pnad Covid, o Duque aponta que, entre os 10% mais pobres, o benefício foi 97,2% da renda domiciliar per capita naquele mês:

— Há dependência da população mais pobre em relação ao benefício.

Entre os 21 milhões de brasileiros neste grupo, a renda domiciliar per capita com o auxílio foi de R\$ 271,93. Sem a ajuda do governo, essa quantidade cairia para R\$ 7,15 por pessoa.

— Será um desafio gigantesco, mas não há nenhuma possibilidade de evitar uma perda de renda dos mais pobres no pós-auxílio — avaliou Duque.



Renda Brasil deve atender a 21 milhões de famílias

Equipe de Guedes trabalha para colocar substituto do Bolsa Família em vigor em janeiro, para que não haja intervalo no pagamento de benefício após fim do auxílio emergencial. Valor deve ser de R\$ 300, e governo busca R\$ 10 bi para custear programa

MANOEL VENTURA
m.ventura@globo.com.br
 BRASIL

A equipe do ministro da Economia, Paulo Guedes, trabalha para que o chamado Renda Brasil, programa que o governo prepara para substituir o Bolsa Família, comece a vigorar em janeiro de 2020, atendendo a um pedido do presidente Jair Bolsonaro. Ele não quer deixar um vácuo entre o auxílio emergencial concedido durante a pandemia, considerado fundamental para aumentar sua popularidade, e o novo programa social.

Para isso, Guedes precisa enviar a proposta ao Congresso nas próximas semanas. O programa deve atender de 20 a 21 milhões de famílias no país, de acordo com fontes que participam das discussões do Renda Brasil. O novo modelo prevê o pagamento do benefício às 14 milhões de famílias cadastradas no Bolsa Família, mais 6 ou 7 milhões de famílias que recebem o auxílio emergencial. Hoje, o auxílio de R\$ 600 atende a cerca de 60 milhões de pessoas.

O programa vai aumentar o valor médio do Bolsa Família, que hoje é de R\$ 190, para algo em torno de R\$ 300. Com isso, os gastos do governo nesse campo vão

praticamente dobrar. Eles vão sair de pouco mais de R\$ 30 bilhões por ano do atual Bolsa Família para R\$ 60 bilhões no Renda Brasil.

É preciso, para isso, encontrar dinheiro e espaço no teto de gastos. Por isso, Guedes vai atrelar as discussões sobre o teto de gastos com o Renda Brasil. O tema foi discutido na reunião desta segunda-feira entre Bolsonaro e integrantes da equipe econômica. Uma das pautas dessa reunião foi a prorrogação do auxílio emergencial até o fim deste ano, com o valor do benefício entre R\$ 200 e R\$ 300 — no lugar dos R\$ 600 de hoje. Esse seria o valor do Renda Brasil e, para evitar o vácuo, Bolsonaro quer o novo programa social em janeiro.

JUNTO COM CORTE DE GASTOS

A criação do Renda Brasil deve seguir para o Congresso como uma proposta de emenda à Constituição (PEC), já que vai alterar benefícios hoje previstos na Constituição, como o Aboño Salarial, concedido a quem recebe até dois salários mínimos. Esse programa custa R\$ 20 bilhões e é considerado pelo governo como pouco focalizado.

Por isso, a ideia é extinguir esse benefício e incorporá-lo ao Renda Brasil. Faltariam ainda R\$ 10 bilhões. Esse di-



Revisão. A equipe de Guedes deve acabar com o abono salarial e avaliar obter recursos com benefício pago a pescadores

neiro poderia vir de outros programas, como o seguro-defeso (pago a pescadores) e o salário-família. Este último é um benefício previdenciário do INSS para empregados de baixa renda que têm filhos de até 14 anos ou filhos com deficiência.

O governo considera programas como esses como ineficientes e pouco focalizados, ou seja, atingem pessoas que não precisam do benefício, segundo o entendimento

da equipe econômica. Por isso, dizem ser mais eficiente pegar esse recurso e transferir para famílias carentes.

Além da fusão de programas sociais, o governo planeja abrir espaço para o Renda Brasil dentro das medidas de ajuste nas contas, por isso Guedes quer atrelar as duas discussões. A intenção é colocar tudo em um só texto voltado para economizar despesas obrigatórias, que têm maior resistência

política, e o Renda Brasil, de tramitação mais fácil.

Guedes classifica as medidas fiscais como "furar o piso" do Orçamento, ou seja, frear o crescimento das despesas obrigatórias, como salários e benefícios, e desvincular receitas hoje destinadas a fins específicos. Por isso, além do auxílio, essa PEC pode servir também para liberar recursos para mais investimentos, como pressionam ministros. O Orça-

mento de 2021 está fortemente pressionado por gastos obrigatórios, o que reduziu espaço para a manutenção da máquina e investimentos.

VOLTADO PARA 'INVISÍVEIS'

Guedes tem dito a interlocutores que o Renda Brasil será amplo, mas sustentável. As 6 milhões ou 7 milhões de famílias a mais que receberiam o benefício são vistas pelo governo como "invisíveis", que não recebem nenhum benefício social, apesar de precisarem deles para sobreviver.

O auxílio emergencial já foi pago a mais de 60 milhões de pessoas, mas várias podem fazer parte de uma mesma família. Deste total, a equipe econômica avalia que uma parcela significativa voltará a ter renda depois de superada a fase mais crítica do combate ao coronavírus. Ou seja, não precisariam mais do benefício.

Desse grupo, porém, de 6 a 7 milhões de famílias vão seguir em situação de vulnerabilidade e precisam ser incluídas em algum tipo de benefício social. Por isso, os técnicos estão fechando uma primeira versão do Renda Brasil incluindo as 14 milhões de famílias do Bolsa Família e as novas famílias identificadas pelo auxílio emergencial.

Veículo: Estadão	
Data: 19.08.2020	Caderno: Economia



Reforma tributária impõe alerta total para o setor de saúde

Breno de Figueiredo Monteiro*

18 de agosto de 2020 | 12h45

Breno de Figueiredo Monteiro. Foto: Divulgação

É preciso reconhecer no projeto de reforma levado ao Congresso pelo Governo Federal, um esforço, ainda que tímido, para dotar o sistema tributário de maior racionalidade e eficiência. Entretanto, o projeto precisa ser adequado às diferentes realidades dos setores econômicos ou acabará por criar um desequilíbrio na distribuição da carga de impostos, penalizando alguns em detrimento de outros. Entre os setores penalizados, caso seja aprovado o projeto nos moldes propostos, está o dos prestadores de serviços de saúde, constituído por hospitais e laboratórios. Penalizados, também, serão os consumidores, que terão de pagar mais pelos serviços ou deixar de consumi-los.

A proposta de criação da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), unificando num só imposto o PIS e o Cofins, foi anunciada como a primeira de três etapas no cronograma reformista do Ministério da Economia e veio acompanhada da promessa de que, nas etapas

subsequentes, providências serão tomadas para mitigar as distorções que ocorrerão na etapa inicial. Ao revelar a intenção de promover a desoneração da folha de pagamentos das empresas e, com isso, contrabalançar o custo da reforma no setor de serviços, as autoridades econômicas admitem tacitamente a injustiça contida na dita primeira etapa da reforma. A promessa da desoneração, todavia, estaria condicionada à criação de um novo imposto a ser aplicado sobre transações e operações digitais. Em termos realistas, esse futuro é imponderável. Não é possível saber se haverá a desoneração, mas já sabemos que mesmo que isso ocorra, ela não será suficiente para compensar o custo excedente. O que resta, portanto, é apenas a certeza imediata de que o setor de serviços será penalizado de maneira definitiva.

Assim será, de fato, caso a proposta governamental não passe por uma adequação. Como tem sido alertado ao governo pela Confederação Nacional de Saúde (CNSaúde), a mesma alíquota de 12% da CBS tem impactos completamente diferentes quando aplicada a uma indústria ou a uma empresa de serviços de saúde. A diferença reside no fato de que a indústria pode abater do imposto a recolher, como crédito, aquilo que já foi recolhido pelos seus fornecedores de insumos. Nas empresas de saúde, há muito pouco a abater, pois o seu principal “insumo” é a mão-de-obra. Logo, o impacto do imposto se dá de forma plena.

Os efeitos perversos da aplicação da alíquota de 12% da CBS no setor de serviços de saúde podem ser constatados em estudo realizado pela CNSaúde. Segundo este levantamento, haveria os seguintes impactos: 80% de aumento na carga tributária, que passaria de 9,9% para 17,7%; 7,4% de aumento nos preços dos serviços para o consumidor; e

considerando que haverá ainda um aumento de 5,2% nos preços dos planos de saúde, a conseqüente redução na demanda por serviços de saúde privada é estimada em R\$ 4,6 bilhões anuais.

Tamanha bomba tributária explodiria um setor que emprega 2,2 milhões profissionais diretos e que está entre os poucos que têm contribuído positivamente para a geração de postos de trabalho durante a crise. Afetaria uma rede de 6 mil hospitais, entre os quais, os estabelecimentos de pequeno e médio porte já vêm enfrentando enorme dificuldade devido à crise econômica, à carga de impostos e à redução dos gastos em saúde. Nos últimos 10 anos, segundo levantamento da CNSaúde, 2.127 hospitais privados fecharam. Por fim, impactaria negativamente também os mais de 30 mil laboratórios e mais de 250 mil estabelecimentos de saúde. Some-se a isso, a circunstância de agravamento da saúde financeira dos prestadores de serviços em decorrência da suspensão de procedimentos médicos, imposta pelo isolamento social e pelas medidas de emergência de combate à Covid-19.

O impacto tributário alcançaria, também, o bolso do consumidor, alimentando a já insuportável inflação na saúde. Seria assim um elemento a mais a pressionar os beneficiários de planos de saúde a reduzir os cuidados com a própria saúde ou a apelar para o SUS como último recurso, onerando o Estado por outra via.

Por fim, cabe destacar que os efeitos da aplicação da CBS sobre o setor de saúde vão na contramão do que se pratica na maioria dos países. Em todo o mundo, a saúde, por ser um serviço essencial e pela sua importância para a qualidade de vida da população, recebe um tratamento tributário diferenciado. Isso ocorreu em 82% dos 117 países

que adotaram o IVA, sendo que em 73% desses países a saúde goza do direito à isenção total. Se o Estado não tem recursos para bancar uma política com tamanha amplitude, ao menos que não faça o contrário, aumentando a carga da saúde, um setor que neste momento duro da vida dos brasileiros deu, mais uma vez, enorme prova do seu valor para o país.

***Breno de Figueiredo Monteiro, presidente da Confederação Nacional da Saúde (CNSaúde)**

'Novo' MMCV deve priorizar regiões Norte e Nordeste

Novas regras dependem da aprovação do FGTS

Por **Edna Simão** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



O governo espera o aval do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para implementar as mudanças nas regras de concessão de financiamento e subsídios para famílias de baixa renda, que são a base para o anúncio do Casa Verde Amarela, novo programa habitacional que vai substituir o Minha Casa, Minha Vida (MCMV). A medida provisória com o “novo programa” está praticamente pronta mas depende de “alguns detalhes”, como a aprovação dessas alterações nas regras pelo FGTS, para ser anunciada.

A ideia da proposta encaminhada pelo Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR) para o FGTS é dar um tratamento diferenciado, direcionando mais recursos e com juros mais baixos, para a população do Norte e Nordeste, que costuma ter uma performance pior no atual programa habitacional quando comparado com as outras regiões brasileiras. A medida está em linha com a estratégia do presidente Jair Bolsonaro de ampliar sua presença no Nordeste. Nesse caso, haverá uma ampliação do valor do imóvel que poderá ser financiado pelo beneficiário do programa e juros menores.

Outra mudança em avaliação é transferir gradualmente o pagamento integral do spread bancário cobrado pelos bancos, basicamente a Caixa Econômica Federal, para o beneficiário. Hoje o spread bancário é pago pelo mutuário e pelo FGTS, que antecipa toda sua parcela no momento da assinatura do contrato. Nos últimos anos, o fundo tem destinado cerca de R\$ 9 bilhões para conceder descontos nos financiamentos feitos no âmbito do Minha Casa, sendo que R\$ 6 bilhões se referem a cobertura à vista do spread bancário pago, principalmente, à Caixa.

Com a medida, segundo o **Valor** apurou, o objetivo é reduzir o público que recebe um desconto, que é pago pelo FGTS, no spread bancário e repassar o custo, na maioria dos casos integral, para os mutuários. Esse pagamento do spread bancário seria feito ao longo do contrato. Inicialmente, a Caixa era contrária à medida porque deixaria de receber à vista o spread bancário da operação. O recebimento mensal do mutuário embute o risco de inadimplência que o banco não queria correr. Para compensar o maior risco, o FGTS deve reduzir a taxa de juros do funding que repassa para a Caixa.

Segundo um técnico do governo, as mudanças vão possibilitar que FGTS tenha mais recursos disponíveis para impulsionar no curto prazo operações de crédito, pois não terá que antecipar o spread bancário das contratações para a Caixa. Mesmo com a redução do juro, a avaliação é de que nem FGTS nem Caixa serão prejudicados, pois poderão rentabilizar os recursos com o aumento das transações realizadas.

No caso do futuro mutuário do programa, apesar de uma parcela maior ter que assumir integralmente o spread bancário da operação, será beneficiado pelos juros mais baixos, segundo esse técnico.

O ministro do Desenvolvimento Regional (MDR), Rogério Marinho, disse em julho ao **Valor** que o Casa Verde Amarela será focado na regularização de imóveis de famílias de baixa renda e de estímulo a financiamentos a juros baixos. Na ocasião afirmou que há aproximadamente 12 milhões de residências irregulares que poderão ser beneficiadas pelo programa. O governo ainda pagará pela regularização e por pequenas reformas nos imóveis.

O substituto do MCMV pode prever ainda a possibilidade de que os mutuários da chamada faixa 1, com renda mensal até R\$ 1,8 mil, possam renegociar dívidas com a Caixa. O secretário nacional de Habitação do ministério, Alfredo Eduardo dos Santos, explicou que a renegociação da dívida vai impedir que o beneficiário de baixa renda perca a moradia devido a uma perda momentânea de renda. Pela legislação que criou o MCMV, o beneficiário pode perder o imóvel em caso de três meses de inadimplência. Nessas situações, a Caixa pode revender o imóvel. Para esse público

de menor renda, há um subsídio de até 90% do valor do imóvel, que é pago em até 120 prestações de no máximo R\$ 270, sem incidência de juro.

Lançado em março de 2009 pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Minha Casa, Minha Vida atende famílias com renda mensal de até R\$ 9 mil. Pelos critérios do programa, quanto menor o orçamento familiar, maior o subsídio concedido pelo governo federal.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

LINK PATROCINADO

Em Lauro De Freitas temos uma plataforma completa pra você investir o dinheiro do seu filho

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Onde investir em 2020

NEW YORK CAPITAL | XP INVESTIMENTOS

LINK PATROCINADO

Composto que "estica" a pele velha impressiona mulheres acima dos 40 anos

SKINCAPS

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app grátis

OLIST

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Aceno de Bolsonaro até pegou bem, mas Ibovespa caiu aos 100 mil pontos



Por Cristiano Romero

Jornalista desde 1990. Formado pela Universidade de Brasília... [ver mais](#)

A reforma esquecida

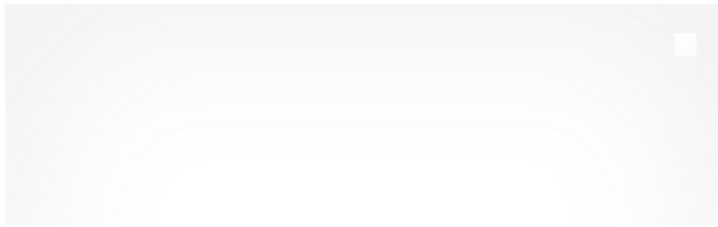
Reformar Estado não é demonizar servidor público

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

No país das reformas que nunca são concluídas, a administrativa é inadiável. Na verdade, deveria ter sido feita antes mesmo da reforma previdenciária e, agora, deveria ser apreciada antes da reforma tributária, que atolou e cujo destino é o fracasso, uma vez que trata de interesses inconciliáveis da União com os demais entes da Federação, dos Estados mais ricos com os menos afortunados e do governo central (leia-se, o Fisco) com as empresas.

Sem que se reforme o Estado brasileiro, o gasto público continuará sendo alto e pouco efetivo. A carga tributária (em torno de 33% do PIB), uma das maiores dos países em desenvolvimento, terá que ser sempre elevada para bancar despesas crescentes - mesmo nesse patamar, a arrecadação não cobre desde 2014 nem sequer a despesa primária (conceito que não inclui o gasto com juros).

Reformar Estado não é demonizar servidor público



Sem reforma, os serviços públicos prestados à população, principalmente a mais pobre, serão sempre de baixa qualidade. A competitividade das empresas brasileiras face aos concorrentes internacionais estará sempre comprometida, o que é ruim para todos, porque isso gera menos riqueza, portanto, menos empregos, menos renda etc.

O Brasil tem um Estado caro e um serviço público de baixa qualidade. Isso torna irrefutável a necessidade de reforma. Tem algo errado e, sem demonização do funcionalismo público, a sociedade precisa acordar para o problema. Tome-se o caso da educação: apesar dos avanços ocorridos desde a promulgação da Constituição, em 1988, especialmente no que diz respeito à universalização do ensino básico, o gasto chegou a 6% do PIB, mas a qualidade não acompanhou.

O senador Antonio Anastasia (PSD-MG) criou, com a ajuda da colega Kátia Abreu (PP-TO) e do deputado Tiago Mitraud (Novo-MG), a Frente Parlamentar Mista da Reforma Administrativa (FPMRA). Sem alarde, o grupo está dialogando com todas as partes envolvidas no tema, para formular um conjunto de projetos de lei, além de uma Proposta de Emenda Constitucional (PEC), destinados a reformar profundamente a forma como o Estado brasileiro funciona.

A frente, presidida pelo deputado Mitraud, apresentará as propostas em setembro. A estratégia de separar os projetos por assunto, em vez de colocar todos num só, é realista. É possível que alguns aspectos das mudanças tenham amplo apoio dos parlamentares e outros, menos. Para evitar tumulto e corrida por pedidos de aposentadoria, fato recorrente na tramitação de propostas que alteram direitos individuais e coletivos, Anastasia, que é funcionário público licenciado (professor de direito da UFMG), informa que a reforma não mexerá nos direitos adquiridos de quem já está no serviço público.

Pretende dialogar com o ministro Paulo Guedes.

Por incrível que pareça, o país andou para trás na área administrativa. Anastasia lembra que, entre 1938 e 1985, o governo federal teve um órgão central - o Dasp - para gerir todas as carreiras do serviço público. Era uma espécie de RH do serviço público. No início da Nova República, o Dasp foi extinto e a Constituição de 1988 acabou submetendo todas as carreiras debaixo o Regime Jurídico Único. Criou-se uma anomalia, cujo maior prejudicado, claro, é o usuário de serviços públicos.

Esse regime instituiu uma aberração - a isonomia salarial entre as diferentes carreiras do serviço público. O objetivo era evitar que os salários de determinadas carreiras se tornassem muito mais altos que o de outras. Ora, além de não fazer sentido, a regra criou em Brasília uma espécie de corrida ao ouro. Como não havia mais o Dasp, os funcionários dos diferentes órgãos fortaleceram seus sindicatos e foram à luta, ano a ano, em busca de vencimentos mais e de outras vantagens.

A maluquice ensejou a seguinte situação: nas disputas judiciais, diante da ausência do Dasp, quem representa a União é um funcionário público do mesmo órgão cujos servidores estão em litígio por mais salário e benefícios. O incentivo não poderia ser pior, logo, é fácil entender por que o funcionalismo goza de vencimentos e vantagens incomparáveis aos da média dos trabalhadores do setor privado.

Reformas institucionais

Os livros de história nos contam que a sociedade brasileira demanda, desde sempre, a realização de reformas institucionais para modernizar o país e destravar o crescimento econômico. Nos momentos em que houve ruptura institucional - 1930, 1937, 1964 - ou transição pacífica de regime (1985), a necessidade de promover reformas foi o motivo condutor (o "leitmotiv") das mudanças.

Em 1930, a República proclamada havia 41 anos era manca. A elite política de apenas dois Estados (São Paulo e Minas Gerais), amparada por oligarquias rurais dos segmentos de café e pecuária, comandava o país. A Ilha de Vera Cruz, tão rica em possibilidades, padecia de atraso injustificável.

Não tinha mesmo como ser diferente: a era republicana nasceu de um golpe militar, entre outras razões, porque os barões do café e proprietários rurais em geral não engoliram a decisão (tardia, muito tardia) do imperador Dom Pedro II, tomada um

ano antes, de abolir a escravidão. Além de não aceitarem o fim da infâmia com a qual convivemos durante 400 anos - e que se tornou, por essa razão, uma das principais características de nossa sociedade -, os fazendeiros queriam ser indenizados por ter perdido “patrimônio” (os escravos).

Transcorridas quatro décadas, a política do café com leite viveu seu ocaso e Getulio Vargas assumiu o poder, em 1930, por meio de uma “revolução”. O terreno era minado porque São Paulo, o Estado mais rico e principal sustentáculo da República Velha, não se aquietaria com facilidade. Getulio chegou ao poder com a promessa de implantar uma série de reformas, mas sua preocupação era uma só: evitar a tomada do poder por São Paulo. Em 1932, os paulistas tentaram tomar o poder, não deu certo e, desde então, jamais um getulista conseguiu triunfar eleitoralmente no Estado.

Em 1937, por meio de um golpe militar dentro do golpe, Getulio instaura a ditadura do Estado Novo. Em 1945, cai, mas, o general (Eurico Dutra) que lhe apoiou oito anos antes ganha a eleição presidencial. Getulio vence o pleito seguinte e, como em 1930, promete realizar reformas que modernizem o país. Acuado pela oposição e por setores das Forças Armadas, faz o oposto do que seria uma reforma modernizante - a institucionalização do monopólio estatal do petróleo e a criação da Petrobras; na mesma época, havia apenas 25% das crianças nas escolas, mas reforma para lidar com esse problema ninguém fez.

Cristiano Romero é editor-executivo e escreve às quartas-feiras

E-mail: cristiano.romero@valor.com.br

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

Contribuintes perdem discussões sobre ICMS

Uma das mais esperadas discutia possibilidade de lei impor restrições para o aproveitamento de crédito do imposto

Por **Joice Bacelo e Beatriz Olivon** — De Brasília

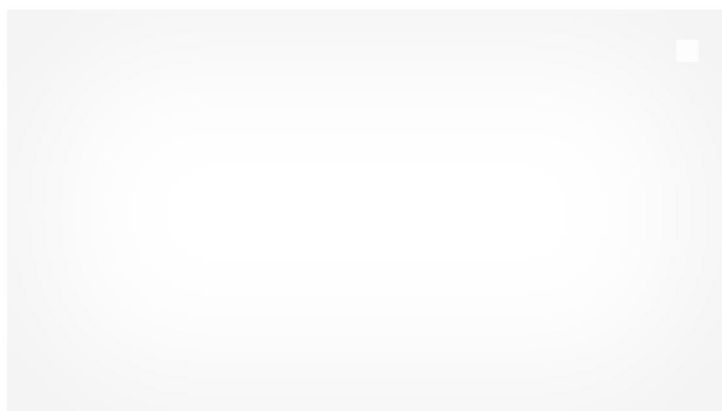
19/08/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas

Pelo menos quatro julgamentos importantes envolvendo a cobrança de impostos estaduais foram concluídos no Supremo Tribunal Federal (STF). Os contribuintes perderam um dos mais esperados, que discutia a possibilidade de lei complementar impor restrições para o aproveitamento de crédito de ICMS.

A maioria dos ministros votou por manter a restrição. O placar teve ampla diferença de votos: 8 a 2. Somente o relator, Marco Aurélio, e o ministro Edson Fachin deram razão às empresas (RE 601967).

Esse tema foi julgado por meio de recurso que questionava a aplicação da Lei Complementar nº 122, de 2006, que fixou data para que os contribuintes pudessem tomar crédito sobre bens de uso e consumo - não utilizados diretamente no processo de produção (materiais de escritório e de limpeza, por exemplo).

PUBLICIDADE



Por essa lei, só a partir de 2011 poderia haver o aproveitamento. Outras normas foram editadas depois e jogaram ainda mais para frente esse prazo. Hoje, vale a Lei Complementar nº 171, de 2019, que permite a tomada dos créditos apenas em 2033.

O relator, ministro Marco Aurélio, ficou vencido. Prevaleceu o entendimento do ministro Alexandre de Moraes. Ele afirma, no voto, que o direito ao creditamento do ICMS, estabelecido pela Constituição, depende da edição de lei complementar. “A meu ver, o contribuinte apenas poderá usufruir dos créditos de ICMS quando houver autorização da legislação complementar”, diz.

Moraes também votou contra os contribuintes em um outro julgamento envolvendo ICMS. Mas, desta vez, ficou sozinho. Nove ministros deram razão às empresas, proibindo os Estados de cobrar ICMS de forma antecipada.

Isso vinha ocorrendo com empresas que adquirem mercadoria de outro Estado para revender ao consumidor final. Elas estavam sendo cobradas no momento em que recebiam o produto e não na revenda - quando ocorreria a circulação da mercadoria (fato gerador do ICMS).

Os ministros julgaram esse tema por meio de recurso apresentado pelo Estado do Rio Grande do Sul, que tem a cobrança antecipada do ICMS estabelecida no Decreto nº 40.900, de 1991 (RE 598677).

O relator, ministro Dias Toffoli, entendeu que, “no regime de antecipação tributária sem substituição, o que se antecipa é o critério temporal da hipótese de incidência, sendo inconstitucional a regulação da matéria por decreto do Poder Executivo, já que o aspecto temporal do fato jurídico tributário está submetido à reserva legal”.

Outros dois julgamentos também concluídos no plenário virtual do STF, nesta semana, tratam de guerra fiscal. Um deles é a ação direta de inconstitucionalidade (ADI) 3692.

Os ministros permitiram que São Paulo restrinja o direito ao crédito de contribuinte que adquire produto sujeito ao ICMS de fornecedor que está em outro Estado e goza de benefícios fiscais ou financeiros não aprovados pelo Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz).

O outro caso trata da ADPF 198. Os ministros declararam constitucional a exigência de votação unânime no Confaz para permitir que Estados concedam incentivos de ICMS.

“Com essas duas decisões [sobre guerra fiscal] o STF demonstra posição no sentido de desincentivar os Estados a continuarem a antiga prática de concessão irregular de benefícios fiscais, fortalecendo o Confaz”, avalia a advogada Ana Carolina Utimati, sócia do escritório Lefosse.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.
SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Descoberta do zumbido deixa médicos sem palavras (Veja isso)
TINNITUS PRO

LINK PATROCINADO

O mais escolhido pelos artistas agora com frete grátis para Lauro De Freitas e região
TTCENTER

LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.
CI ACTIVE

Criação da CBS pode extinguir 161 mil bolsas do Prouni

Eliminação ocorreria porque a proposta da CBS retira a possibilidade do pagamento do PIS/Cofins através de bolsas do Prouni, um dos benefícios fiscais hoje existentes

Por **Fabio Graner** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

A proposta de reforma tributária do governo federal, que cria a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS), vai extinguir no curto prazo quase 161 mil bolsas do Prouni, segundo nota técnica do Fórum de Entidades Representativas do Ensino Superior Particular, antecipada ao **Valor**. Como a proposta da CBS retira a possibilidade do pagamento do PIS/Cofins através de bolsas do Prouni, um dos benefícios fiscais hoje existentes, e ainda elevará o custo das mensalidades a avaliação é que atratividade do programa será muito reduzida.

A nota destaca que, com base no atual regime, as instituições hoje concedem 412,7 mil bolsas integrais e 119,6 mil parciais (o número exclui entidades filantrópicas). Em dez anos, a perda de bolsas seria de 521.597 alunos ingressantes. “Com isso, 682.414 estudantes de baixa renda e bom desempenho deixarão de se beneficiar do programa e não terão essa oportunidade de ingresso no ensino superior”, diz o texto.

De acordo com o documento, o custo por aluno do Prouni é bem menor do que o gasto orçamentário nas universidades públicas, o que evidenciaria que nem sempre a melhor estratégia fiscal é reduzir gastos tributários e trocá-los por despesas orçamentárias diretas.

“Por 16% do custo, forma-se pelo Prouni um estudante com índices de performance equivalente no Enade”, aponta o texto, com base em dados da Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) e do relatório de benefícios fiscais produzido pela Receita. Pelos números levantados, o custo por aluno no Prouni é de R\$ 4,588 mil, enquanto o custo por aluno das universidades públicas é de R\$ 28,6 mil por ano.

“Um gasto tributário é às vezes mais eficiente do que um gasto orçamentário tradicional”, destacou ao **Valor** o diretor da CBPI Produtividade Institucional e um dos responsáveis pela elaboração do estudo, Emerson Casali. Ele salienta que os dados mostram que o Prouni beneficia muito mais os estudantes de baixa renda.

Casali explica que, conforme análise feita pelo Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior de São Paulo (Semesp), a perda do benefício se dá porque, na proposta, o abatimento não existirá mais com a CBS, ficando restrito ao IRPJ e à CSLL. Segundo o Semesp, o mecanismo deixa de ser interessante para grande parte das instituições, pois só valeria a pena para aqueles que tivessem lucratividade superior a 15%. Outra fonte de perda de bolsas é no caso de instituições sem fins lucrativos (não confundir com filantrópicas), que hoje oferecem bolsas do Prouni sem esse incentivo, mas que devem deixar de fazê-lo por conta da elevação do custo tributário com a CBS de 12%.

O documento do Fórum destaca que o Prouni oferta bolsas a alunos carentes, ampliando suas possibilidades de acesso ao ensino superior. “Como critério, o Prouni impõe limite de renda de 1 a 1,5 salário mínimo per capita familiar para bolsas integrais e até 3 salários mínimos para bolsas parciais de 25% ou 50%”, explica. “Ou seja, o Estado dificulta ainda mais as possibilidades de um aluno de baixa renda acessar o ensino superior”.

Sólton Caldas, diretor-executivo da Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), uma das entidades que compõe o Fórum, reforça o aspecto social do problema. “A única chance de um aluno na faixa de renda per capita de 1,5 a 3 salários mínimos cursar o superior é com o Prouni. Se essa reforma passar, ele não vai ter nenhuma oportunidade de cursar uma universidade como medicina”, disse, lembrando que o governo já tem restringido o acesso ao Fies, programa de financiamento para alunos de faculdades.

A consequência disso, afirma,, será um apagão de mão de obra no longo prazo. “Aqueles alunos que já pagam mensalidade no teto da renda vão se evadir e novas oportunidades deixarão de surgir. Instituições não vão mais ofertar [as bolsas]... 632 mil alunos não terão acesso”, diz. Ele reforçou que, além do fim do abatimento do PIS/Cofins para as bolsas, as mensalidades devem subir cerca de 10,5%, com a mudança de sistema.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Com o App da PicPay é fácil enviar e receber dinheiro pelo celular. Dá até pra parcelar boleto!

PICPAY

LINK PATROCINADO

Ouçã a Febraban News

FEBRABAN NEWS | SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Totalmente sem tarifas e complicação, essa é a Conta Kids do Banco Inter

BANCO INTER

LINK PATROCINADO

Onde investir em 2020

NEW YORK CAPITAL | XP INVESTIMENTOS

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app grátis

OLIST

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Linx fecha em alta de 12,6% após oferta concorrente da Totvs pelo controle

VALOR INVESTE

Freitas apela a emendas para realizar obras sem furar teto

Ministro aposta em ação parlamentar para obter recursos para a área de Infraestrutura

Por **Andrea Jubé** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



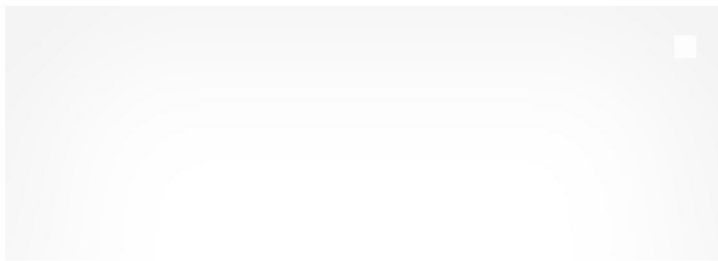


Tarcísio de Freitas: articulação política para elevar orçamento da Infraestrutura — Foto: Marcello Casal Jr./Agência Brasil

No acalorado debate sobre o teto de gastos, o ministro da Infraestrutura, Tarcísio de Freitas, tem afirmado internamente que é possível impulsionar as obras públicas sem ultrapassar a barreira fiscal. Para o ministro, a saída para ampliar o orçamento de sua pasta sem desrespeitar o teto é atrair um volume expressivo de emendas parlamentares, investindo em obras com alto potencial de execução.

Desde o ano passado, o ministro incorporou a articulação política à sua agenda para convencer deputados e senadores a destinarem recursos para obras em andamento, ou com projetos prontos, que sejam passíveis de conclusão.

Um dos auxiliares mais influentes no entorno do presidente Jair Bolsonaro, Freitas tem se esquivado do embate público sobre a flexibilização do teto de gastos, que acabou polarizado entre os ministros da Economia, Paulo Guedes, e do Desenvolvimento Regional, Rogério Marinho.



A discussão está tão errática que logo depois de se comprometer com a manutenção do teto na presença dos presidentes da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ), e do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), o próprio Bolsonaro deu margem à insegurança ao afirmar em sua “live” semanal que “a ideia de furar o teto existe”. Depois, indagou: “qual o problema?”

Tarcísio de Freitas tem sido apontado como integrante do time de “fura-tetos”, que seria capitaneado por Rogério Marinho, na defesa de um maior volume de investimentos para obras de infraestrutura e segurança hídrica no Nordeste. Na mesma “live”, Bolsonaro ponderou que se era permitido furar o teto para combater o coronavírus, [obras para levar] “água” teriam a mesma finalidade.

Um interlocutor de Freitas afirma que, na verdade, o ministro defende que seja possível compensar a restrição orçamentária com as emendas parlamentares.

Freitas tem trabalhado dessa forma desde o começo do governo. Neste ano, ele conseguiu ampliar o orçamento da pasta atraindo R\$ 2,3 bilhões em emendas, valor 32% superior ao que deputados e senadores destinaram para obras de infraestrutura no ano passado.

No projeto de lei orçamentária para 2021 ainda em esboço, o orçamento da pasta já subiu de cerca de R\$ 6 bilhões para R\$ 7,3 bilhões. O ministro articulará para engordar esses números com emendas parlamentares.

Algumas das obras que receberam emendas parlamentares e serão concluídas neste ano, segundo o ministério: a ponte sobre o Rio Madeira na BR-364 em Rondônia, a duplicação da BR-101 na Bahia, a ponte de Santa Filomena na BR-135, ligando Piauí e Maranhão, e a segunda ponte do Rio Guaíba em Porto Alegre, entre outras. A duplicação da BR-116 no Rio Grande do Sul foi executada com emenda impositiva da bancada gaúcha.

Desde o ano passado, Freitas vem promovendo cafés da manhã com bancadas para apresentar obras passíveis de avanço ou conclusão com as emendas. Ele seleciona aquelas com maior garantia de execução. No caso de obras sem projeto pronto, o destino das emendas pode ser o contingenciamento.

No primeiro semestre, 39 obras já foram entregues. Até o fim do ano, a meta é entregar mais de 30, e realizar 14 leilões. Apesar do quadro de recessão na pandemia, Freitas pretende chegar até o fim do ano com R\$ 35,2 bilhões contratados em investimentos privados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas vendem online usando este app grátis

OLIST

LINK PATROCINADO

Composto que "estica" a pele velha impressiona mulheres acima dos 40 anos

SKINCAPS

por taboola

Leia em Valor Investe

VALOR INVESTE

Operação com PPSA reduz risco do petróleo, avalia equipe econômica

Assunto ainda não está pacificado no governo; pasta de Minas e Energia diverge da Economia

Por Fabio Graner e Andrea Jubé — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Para Ministério da Economia, operação com PPSA é importante para mitigar o risco de perda de valor dos ativos da União — Foto: Brenno Carvalho/Agência O Globo

O Ministério da Economia acredita que a “privatização” da PPSA é importante para mitigar o risco de perda de valor dos ativos da União (no caso, barris de petróleo). A leitura no alto escalão da pasta é que não é possível prever o futuro do preço do petróleo e há riscos importantes à frente, como a disseminação de novas tecnologias. Por isso, a despeito dessa venda de ativos ter uma taxa de desconto que precisará ser levada em conta na decisão, a visão no ministério é que o movimento liquidamente (entre ganhos e perdas tangíveis e intangíveis) poderia ser benéfico para o país.

Um interlocutor do ministério aponta que não considera correto falar em antecipação de receitas e sim em venda de ativos (contratos da União gerenciados pela PPSA), e que vai ser bom abater mesmo que parcialmente o gasto enorme com o combate à pandemia.

Embora admita que economicamente o efeito é o mesmo, dado que a medida vai gerar um forte impacto primário, a fonte aponta que há uma diferença jurídica que precisa ser considerada nessa análise.

PUBLICIDADE

As explicações para diferenciar as operações apontam que não se trata de uma receita recorrente, previsível e que, por envolver contratos que têm outros aspectos, como os custos de extração desses barris, que fazem diferença para o governo.

Na leitura da área econômica, vender esses contratos e eliminar a PPSA teria diversas vantagens para o país. Entre elas, segundo uma fonte, a eliminação de um potencial foco de corrupção (“ela pode virar uma PDVSA”, disse uma fonte).

Mas a principal razão mesmo é de natureza fiscal. A medida tem potencial de gerar um volume enorme de recursos em um prazo relativamente curto e pagaria parte dos gastos “de guerra” exigidos pelo combate ao coronavírus. Seria, na visão da pasta, um ato de “coragem” que reverteria pelo menos parcela da alta da dívida pública ao mesmo tempo em que travaria o valor dessa receita.

Por isso, essa mesma fonte reconhece que a taxa de desconto dessa operação terá que ser maior do que a taxa de juros de longo prazo dos títulos públicos. Afinal, o investidor vai assumir um risco que hoje está com o governo, de variação do preço do petróleo. É uma decisão entre descontar a receita para hoje e abater dívida logo ou ficar com o risco do petróleo e de uma disrupção no setor, como a massificação do carro elétrico, desvalorizar ainda mais essa commodity.

O dinheiro dessa operação de antecipação de recursos também poderia ser uma fonte de recursos para financiar programas como o Renda Brasil. Dessa forma, uma das alternativas seria também começar com vendas menores, por exemplo, descontando apenas uma parte da receita relativa ao campo de Libra, leiloado em 2013.

Mas o assunto ainda não está pacificado no governo, como já mostrou o **Valor** na última segunda-feira. A referência de preço do petróleo, por exemplo, é um dos principais pontos de divergência entre o Ministério da Economia e o Ministério de Minas e Energia.

A pasta chefiada pelo ministro Bento Albuquerque não gostaria de fazer essa operação que, embora ainda esteja em estudos pouco avançados, voltou a ser defendida na semana passada por Paulo Guedes.

“Caso se demonstre viável a antecipação de receitas da União através da monetização da Produção futura, é questionável a conveniência desta antecipação em um momento em que o preço da commodity encontra-se tão deprimido e com baixas expectativas de recuperação a curto e médio prazo”, diz documento interno do MME obtido pelo **Valor**.

Além disso, o material alerta que a “eventual antecipação de receitas precisa ser ponderada com o risco da Exploração e Produção inerente à Indústria do Petróleo e

pelo fato de que o Excedente em Óleo a ser convertido em receitas antecipadas é um volume que depende da eficiência da PPSA no reconhecimento como Custo em Óleo dos gastos dispendidos na atividade, bem como em outros fatores envolvidos na taxa de desconto a ser utilizada pelos interessados para o cálculo do VPL [Valor Presente Líquido] da antecipação”.

O material também reforça que não há que se falar em “privatização” da PPSA, dado que a empresa não tem valor. “Não faz sentido jurídico (e econômico) estimar o valor da PPSA considerando a monetização da futura Produção da União. Os valores advindos da comercialização dos hidrocarbonetos da União sequer tramitam pela PPSA, creditados que são diretamente na Conta Única do Tesouro Nacional”, afirma.

Esse fato já é amplamente reconhecido nos bastidores da Economia e a expressão privatização seria, assim, mais uma força de expressão do chefe da pasta.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Empresários de Lauro De Freitas saíram da crise vendendo com esse app grátis
OLIST

LINK PATROCINADO

Pacotes com 25, 50, 75 ou 100 máscaras. Preço de atacado
HAYLO MÁSCARAS

LINK PATROCINADO

Clique e saiba mais sobre o SUV ideal para você!
CITROËN BRASIL

LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

PIB teve queda recorde de 8,7% no 2º tri, aponta FGV

Há sinais, porém, de que atividade comeiua a reagir

Por Alessandra Saraiva — Do Rio

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Claudio Considera, da FGV: crescimento contínuo de 3% só com investimento — Foto: Leo Pinheiro/Valor

A economia brasileira teve queda recorde de 8,7% no segundo trimestre ante o período de janeiro a março devido à pandemia, segundo o Monitor do PIB, anunciado ontem pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na comparação com segundo trimestre de 2019, a queda foi de 10,5%.

Somente em junho, a atividade caiu 6,5% em relação ao mesmo mês do ano passado, mas avançou 4,2% na comparação com maio, acrescentou Claudio Considera, economista da FGV.

Para o especialista, apesar de retração recorde na economia aguardada pelo mercado para segundo trimestre, há sinais de que, na margem, a atividade começa a reagir.

PUBLICIDADE

Entretanto, mesmo com sinais menos desfavoráveis, a pesquisa da fundação mostra queda profunda na economia, causada pela crise da covid-19. Segundo ele, o patamar do Produto Interno Bruto (PIB) no segundo trimestre deste ano está 14% abaixo do pico observado no primeiro trimestre de 2014, o último antes de a economia entrar na recessão que durou até 2016. No quarto trimestre de 2019, era 3% inferior.

Na pesquisa, a FGV projeta queda histórica de 11,6% no consumo das famílias no segundo trimestre ante igual período de 2019. “O patamar do consumo das famílias no fim do ano passado tinha se posicionado em mesmo patamar do primeiro trimestre de 2014. Agora [no segundo trimestre] está 14% abaixo”, acrescentou Considera.

Pelo lado da oferta, o economista informou também que a economia de serviços, 70% do PIB, deve cair 9,1% no segundo trimestre ante igual período de 2019.

O monitor também antecipa queda recorde nos investimentos na economia. Na pesquisa, a Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) caiu 20,9% no segundo trimestre ante mesmo trimestre no ano passado. A taxa de investimento na economia ficou em 15,8% de abril a junho, mais de dois pontos percentuais abaixo da taxa de investimentos média da economia desde 2000.

“Estamos longe de ter investimento que tínhamos antes da recessão [de 2014]”, afirmou.

Considera comentou que, mesmo antes da pandemia, a economia crescia norteadada não por investimentos, e sim por consumo. “E o consumo nem era por bens e produtos, e sim por serviços”, completou. Isso fez com que a economia crescesse a ritmo de 1% ao ano, uma “marcha lenta” nas palavras do especialista.

Para redirecionar a economia para taxas de crescimento contínuas, na faixa de 3% anuais, o técnico destacou necessidade de fortalecimento da FBCF. Com investimentos na atividade, como obras e construções, há abertura de vagas, com posterior geração de renda e aumento de consumo. Somente assim a economia poderia voltar a crescer a ritmo em torno de 3% ao ano, notou ele. “Sem investimento a economia não volta a crescer”, completo.

Para 2021, o técnico informou que o PIB deve voltar a crescer, mas influenciado por base de comparação baixa de 2020. Até o momento, as projeções da FGV apontam para recuo em torno de 6% na economia esse ano.

No Monitor do PIB, as exportações caíram 0,4% no segundo trimestre ante igual período de 2019. No mesmo período, as importações caíram 14,2%.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Compre o seu caminhão e pague só em 2021

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

Programa para pequenas empresas terá reforço de R\$ 12 bi

Aporte de R\$ 12 bi no Pronampe)será formalizado hoje em evento no Planalto

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Guilherme Afif Domingos: “céu é o limite”, sobre demanda por recursos — Foto: Leo Pinheiro/Valor

O reforço de R\$ 12 bilhões ao Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) será formalizado hoje, em evento no Palácio do Planalto. E já há demanda elevada por mais recursos, segundo informou ao **Valor** o assessor especial do Ministério da Economia Guilherme Afif Domingos.

“O mercado está tão seco que a demanda está alta”, disse Afif Domingos.

“Principalmente agora, que as pessoas já sabem o caminho.” Não há estimativa sobre qual a necessidade. “O céu é o limite”, completou.

O Pronampe começou a operar em junho deste ano, com aporte de R\$ 15,9 bilhões. O dinheiro esgotou-se rapidamente, por isso o governo buscou recursos para reforçá-lo.

PUBLICIDADE



Além do acréscimo ao Pronampe, passará a constar de lei a liberação de R\$ 10 bilhões para emprestar a microempresários e microempreendedores individuais (MEIs), atuando por meio das maquininhas de cartão de pagamento.

As duas medidas foram enxertadas nas medidas provisórias (MPs) números 944 e 975, que o presidente Jair Bolsonaro deve sancionar hoje.

A primeira trata do Programa Emergencial de Suporte aos Empregos (Pese), que concede financiamentos a empresas com faturamento anual de R\$ 360 mil a R\$ 50 milhões.

Essa linha foi menos procurada pelas empresas do que o governo estimava. Por isso, parte dos recursos reservada a ela, R\$ 12 bilhões, será realocada para o Pronampe.

A MP 975 regula o Programa Emergencial de Acesso ao Crédito (Peac), para empresas com receita bruta anual de R\$ 360 mil a R\$ 300 milhões. O programa autoriza o governo a aportar até R\$ 20 bilhões no Fundo Garantidor de Investimentos, administrado pelo BNDES, que dará uma garantia suplementar aos empréstimos bancários tomados pelas empresas.

“Conseguimos alavancar até R\$ 100 bilhões em operações”, disse Afif, ao comentar o potencial atingido pelo programa.

Essa media provisória ganhou um acréscimo na tramitação no Congresso Nacional para regular os empréstimos via maquininhas. O governo decidiu criar essa via de concessão de empréstimos após constatar que o crédito do Pronampe não chegaria aos menores empresários.

O Peac-maquininhas vai emprestar até R\$ 50 mil por contratante, a taxas de juros de 6% ao ano e 36 meses para pagar, sendo desses seis de carência.

O risco de inadimplência dos empréstimos será bancado pela União. Afif acredita que em cerca de 15 dias os empréstimos já estarão disponíveis para os interessados.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

Projetos em estudo para saneamento somam R\$ 62 bi

Intenção é “literalmente inundar” o mercado com projetos e PPP, diz secretária

Por **Lu Aiko Otta** — De Brasília

19/08/2020 05h00 · Atualizado há 6 horas



Guilherme Albuquerque, diretor do BNDES: “Saneamento é a próxima fronteira de investimento no país” — Foto: Leo Pinheiro/Valor

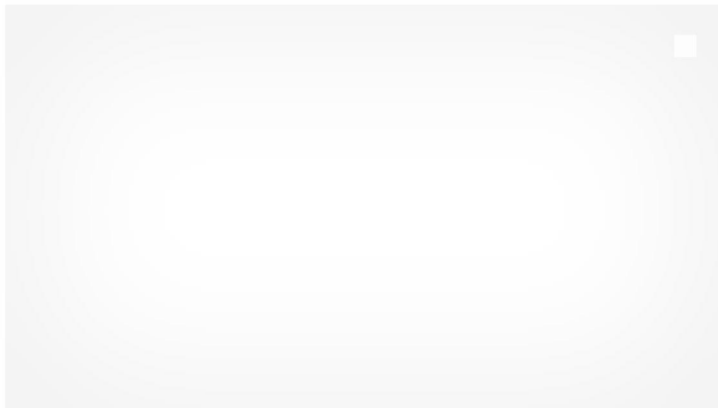
A aprovação do novo marco do saneamento deve fortalecer a entrada de investimentos privados no setor. O governo tem em estudo projetos de concessões

e Parcerias Público-Privadas (PPPs) que somam R\$ 62 bilhões, sendo R\$ 55 bilhões no Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outros R\$ 7 bilhões na Caixa. Os dados foram discutidos ontem durante o webinar “Novo marco legal do saneamento: como alavancar investimento privado?”, promovido pelo Insper.

O maior dos projetos em estruturação no BNDES, de R\$ 33,5 bilhões está no Estado do Rio de Janeiro, informou o chefe do Departamento de Concessões e PPPs do banco, Guilherme Albuquerque. Ele informou que a fase de consultas públicas já foi encerrada, de forma que o governo do Estado poderá colocar a concessão “na rua” em agosto ou setembro.

Alagoas já publicou seu edital para concessão de serviços de saneamento, no valor de R\$ 2,5 bilhões, acrescentou a secretária especial do Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), Martha Seillier. Quase metade desse valor será investida nos dois primeiros anos do contrato.

PUBLICIDADE



Ads by Teads

Ela informou que a Caixa estrutura outros R\$ 7 bilhões em projetos na área de manejo de resíduos sólidos urbanos, entre eles o de um consórcio de municípios mineiros, a ser leiloado ainda neste ano, e o da prefeitura de Teresina (PI).

Na seleção de interessados em obter apoio técnico e financeiro da Caixa para estruturar projetos, o banco tem priorizado consórcios municipais. Martha destacou que 41 deles se candidataram, o que demonstra que há disposição das prefeituras em atuar em conjunto. A intenção do governo, disse a secretária, é “literalmente inundar” o mercado com projetos de concessão e PPP.

A falta de um pipeline consistente tem sido, nos últimos anos, um dos empecilhos à entrada de investidores estrangeiros no Brasil, destacou Albuquerque. Outros são o pequeno porte dos projetos e a regulação.

“O saneamento é a próxima fronteira de investimento no país”, disse o diretor do BNDES. “Vemos movimentação na direção de trazer novos projetos.” Ele comentou que bons exemplos em serviços de saneamento começarão a “puxar a corda” para novas licitações.

Martha destacou que a atuação de empresas privadas não deverá trazer tarifas mais elevadas para o usuário. Há condições de manter os mesmos preços e, ao mesmo tempo, fazer investimentos bilionários, apenas combatendo ineficiências. Hoje, 40% da água tratada é perdida e não chega ao usuário. Esse desperdício custa perto de R\$ 10 bilhões ao ano. Além disso, os leilões de concessão darão transparência aos critérios de determinação das tarifas.

A aprovação da nova Lei do Saneamento vai garantir que haja um conjunto de projetos a serem oferecidos ao mercado e fortalecerá o pipeline, segundo, Albuquerque. A lei determina que, uma vez vencidos, os contratos de concessão em saneamento sejam licitados. “Tenho convicção de que o mercado externo vem.”

Já na frente da regulação há um caminho a ser percorrido. O primeiro passo, ressaltou Martha, é a importância de manter os vetos do presidente Jair Bolsonaro à nova lei. A questão está em análise no Congresso Nacional.

Outro ponto determinante é a edição de um decreto que regulamentará a nova lei e dirá como será medida a capacidade econômico-financeira das empresas de saneamento, destacou a presidente da BRK Ambiental, Tereza Vernaglia. As empresas terão de demonstrar como farão os investimentos para cumprir a meta fixada na lei, que é a universalização dos serviços de água e esgoto até o fim de 2033.

O ambiente regulatório tem outros desafios à frente, destacou o senador Antonio Anastasia (PSDB-MG). Serão necessários anos de muito trabalho até que se construa um arcabouço institucional que permita a aplicação na prática da lei, avaliou. Um

ponto inovador da lei é que, embora as concessões sejam municipais, haverá diretrizes federais a serem elaborada pela Agência Nacional de Águas (ANA).

As parcerias entre prefeituras serão um ponto essencial, disse Karla Bertocco, do conselho de administração da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan). “Isso que passa ou não passa segurança para o investidor”, afirmou.

Os candidatos a prefeito estão sendo estimulados a incluir o saneamento em suas plataformas, informou o deputado Geninho Zuiliani (DEM-SP), relator da nova Lei do Saneamento. Ele informou que a Confederação Nacional dos Municípios (CNM) deve incluir o tema em sua cartilha.

As prefeituras terão de elaborar planos de saneamento básico compatíveis com as bacias hidrográficas às quais pertencem. A seu ver, os governadores terão um papel de liderança a exercer nesse processo.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Para pagar tudo pelo celular de um jeito fácil e rápido, baixe o PicPay.
PICPAY

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club
MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.
MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!
MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.
CI ACTIVE

LINK PATROCINADO

Renda Brasil deve ficar de fora de lei orçamentária a ser enviada neste mês

O futuro sucessor do Bolsa Família provavelmente será incluído no orçamento mais à frente, já durante sua tramitação no Congresso

Por **Fabio Graner** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas



Arnaldo Lima: integração de programas sociais dará maior eficiência ao gasto — Foto: Ruy Baron/Valor

Ainda em elaboração, o Renda Brasil deve ficar de fora do projeto de lei orçamentária que o governo precisa enviar até o fim deste mês. Apesar de estar sendo costurado para ser acoplado à discussão dos gatilhos do teto de gastos, na nova PEC do pacto federativo, o futuro sucessor do Bolsa Família provavelmente será incluído na peça orçamentária mais à frente, já durante sua tramitação no Congresso.

Os técnicos da área econômica ainda avaliam se caberia já indicar no PLOA que programas como o abono poderão ser redirecionados para esse novo projeto. No entanto, não havia decisão tomada e, dado que haverá tempo para ajustes importantes no PLOA até o fim do ano no Congresso, uma fonte da área econômica disse que seria mais provável que essas indicações não estejam na versão de 31 de agosto.

A formulação do Renda Brasil tem sido comparada, nos bastidores da equipe econômica, à criação do Bolsa Família, em 2003. Naquele momento, no governo Lula, vários programas foram unificados no que veio a ser o carro-chefe da política social petista. Agora, haverá uma nova rodada de aglutinação de programas, como abono salarial, seguro-defeso e outros.

PUBLICIDADE

Essa unificação seria o caminho para fazer com que o Renda Brasil tenha um valor entre R\$ 250 e R\$ 300, ante uma média de R\$ 176 do atual Bolsa Família, e caiba dentro dos limites do teto de gastos, sem comprometer outras despesas que o governo precisa arrumar espaço. Entre esses gastos estão os investimentos, cada vez mais demandados pela ala apelidada de ministros “fura-teto”, capitaneada por Rogério Marinho (Desenvolvimento Regional).

É nesse sentido que a equipe econômica resolveu acoplar várias discussões. A PEC do pacto federativo leva ao acionamento dos gatilhos do teto para evitar alta de gastos e a possível redução em 25% dos salários de servidores, com redução de jornada. Como a inclusão do abono salarial dentro do novo programa depende de mudança constitucional, o veículo poderia ser o mesmo.

Enquanto finaliza o desenho do novo programa, a equipe econômica se debruça sobre como fazer a transição entre ele e o auxílio emergencial de R\$ 600 que tem sido pago aos beneficiários do Bolsa Família e aos trabalhadores informais. Já tem sido discutida a possibilidade de renovação desse valor, que não exigiria nova lei, mas a sua redução, estratégia preferida pelos técnicos, demandaria uma nova lei, ou medida provisória.

O governo já havia pensado nisso na renovação anterior. Nos bastidores, a equipe econômica avalia que o auxílio emergencial é o grande responsável pelo aumento da popularidade do presidente Jair Bolsonaro e uma boa saída para ele, com pouso para o Renda Brasil, seria mais importante que elevar investimentos.

Para o diretor de Estratégias Públicas do Grupo Mongeral Aegon, Arnaldo Lima, a integração de programas sociais será importante para dar maior eficiência para o gasto social. Ele reconhece a dificuldade de uma aprovação de emenda constitucional que mexa no abono salarial e aponta que é possível, por lei, diminuir o alcance do benefício (por exemplo ampliando para mais de 30 dias o total de dias trabalhados para ter direito a ele), o que já ajudaria a abrir algum espaço para novos gastos.

Lima, que já foi do governo (fazendo inclusive parte do Comitê de Monitoramento e Revisão de Políticas Públicas - CMAP), recentemente apresentou uma sugestão de ampla revisão no sistema de proteção social para integrantes do governo. Ele ressaltou que os gatilhos da PEC do pacto federativo de fato abrirão espaço no orçamento, mas ponderou que o tema é politicamente sensível. “Mas, se não fizer essas coisas, por definição [o novo programa] vai ampliar despesa obrigatória e reduzir espaço para despesa discricionária”, disse ele.

RHI Magnesita investe na Bahia R\$ 185 milhões

Recursos serão aplicados no processamento do minério e vão tornar a unidade mais produtiva

Por **Ana Paula Machado** — De São Paulo

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 6 horas



Francisco Carrara, presidente da empresa, diz que vai acelerar os investimentos preparando a companhia para a retomada de seus principais clientes — Foto: Divulgação

Depois de promover uma reestruturação no país e no mundo, reduzindo custos da operação, a RHI Magnesita anunciou investimento de R\$ 180 milhões na unidade de Brumado, na Bahia. Segundo o presidente para a América do Sul, Francisco Carrara, os aportes devem aumentar a produção de matéria prima para refratários em até 40%, passando de 100 mil toneladas por ano para 140 mil toneladas de capacidade

instalada. O executivo ressaltou que grande parte dos recursos virá da matriz na Europa.

“O investimento de Brumado, na Bahia, e em Contagem, Minas Gerais, estão planejados desde 2017. Estamos sempre pensando nas próximas décadas. Nada é de curto prazo. Claro que intensificamos e aceleramos os aportes pensando na retomada da economia brasileira, pois estaremos mais preparados na recuperação de nossos clientes”, disse Carrara, acrescentando que em Contagem serão aplicados R\$ 257 milhões neste ano e no próximo.

Os aportes em Brumado serão aplicados até o fim do ano que vem na construção de um forno rotativo em sua unidade de mineração. “Como disse, é um projeto de longo prazo e faz parte do plano estratégico da companhia. A partir de sua conclusão poderemos ampliar a oferta de produtos ao mercado e tornar a empresa a produtora da matéria-prima mais competitiva do mercado global”, disse o executivo.

Segundo ele, em Brumado, quando o projeto estiver concluído, a companhia vai poder produzir até quatro sínteres de magnesita diferentes, que é a magnesita natural processada. Atualmente, com o equipamento em operação, a RHI Magnesita consegue processar somente dois sínteres de magnesita.

“O forno que utilizamos hoje é vertical. Com esse novo equipamento, que é horizontal, podemos ter uma densidade maior e utilizar até mesmo o que é considerado resíduo”, afirma o executivo.

Carrara acrescentou que com o novo equipamento a companhia aumentará também a vida útil da mina de Pedra Preta, em Brumado. Hoje, as reservas são para até 50 anos. Com o novo forno, a mina poderá ser explorada por até 120 anos. “Vamos minerar menos a partir de 2021”, ressaltou Carrara.

O executivo acrescentou que a companhia deverá aumentar o volume exportado por meio da unidade de Brumado. Segundo Carrara, atualmente, 60% da produção é enviada para as unidades da RHI Magnesita no exterior. “Com esses investimentos poderemos aumentar em 10 pontos percentuais as nossas exportações. Vamos produzir a melhor síntese de magnesita com o menor custo”, disse Carrara.

As obras de construção do novo forno vão movimentar a economia de Brumado. A expectativa é de que no pico, aproximadamente 350 pessoas estejam atuando diretamente na execução do projeto, entre mão de obra local e externa. “Uma obra com essa magnitude gera oportunidades de empregos diretos e indiretos, mas também contribui para o comércio e os serviços do município e da região”, disse.

O executivo disse que com a pandemia, a empresa fez uma reestruturação no mundo e foram dispensados cerca de 400 pessoas nas operações mundiais, ficando com 13,6 mil funcionários. “Tivemos que tomar medidas de curto prazo para adequar a companhia. Adequamos a estrutura de custos a realidade do mercado.”

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Premium Família. Um plano. Até seis contas.

SPOTIFY

LINK PATROCINADO

Para pagar tudo pelo celular de um jeito fácil e rápido, baixe o PicPay.

PICPAY

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Uma plataforma virtual de vendas inédita.

MERCEDES-BENZ DO BRASIL

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!

MERCEDES-BENZ VANS

LINK PATROCINADO

Chegou em Lauro De Freitas a joelheira que ajuda aliviar a dor no ciático.

CI ACTIVE

por taboola

Leia em Valor Investe

SPE reforça compromisso com responsabilidade fiscal em nota técnica

As expectativas de mercado e de governo refletem a excepcionalidade das medidas de combate à crise, diz o texto

Por **Edna Simão** — De Brasília

19/08/2020 05h01 · Atualizado há 5 horas

Num momento em que há pressão para furar o teto de gasto para ampliar os investimentos públicos, a Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia divulgou uma nota técnica para reforçar o discurso de que, mesmo com forte esforço fiscal neste ano para sustentar medidas para o enfrentamento da crise do coronavírus, o “governo federal mantém sua diretriz de responsabilidade fiscal”, fator que está inserido nas projeções feitas pela equipe econômica e pelo mercado.

“As expectativas de mercado e de governo refletem a excepcionalidade das medidas de combate à crise e a manutenção da política fiscal, assim como o compromisso do governo com o processo de consolidação fiscal por meio do controle dos gastos”, informa a nota, que traz um resumo dos Impactos Fiscais das Medidas de Combate à Pandemia e Projeções do Prisma Fiscal/SPE de julho/2020.

A SPE reforça que as estimativas para 2020 apuradas pelo Prisma Fiscal (boletim feito com base em estimativas de mercado) até o último mês de julho retratam a excepcionalidade imposta pela crise sanitária. “Em linhas gerais, as previsões mensais até setembro são de queda na arrecadação e receita líquida e relativa manutenção das despesas em níveis elevados. A partir de setembro, as expectativas são de aumento de receitas, traduzindo algum otimismo com relação à recuperação da atividade econômica”, informa a nota.

Segundo o documento, a estimativa oficial de resultado primário feitas em julho para outubro e novembro registram superávit (em torno de R\$ 5 bilhões) e são mais otimistas do que as projeções de mercado em julho da ordem de R\$ 26 bilhões negativos e de R\$ 40 bilhões negativos para setembro e outubro, respectivamente. “Há um forte alinhamento entre os valores previstos pelos agentes de mercado e pela grade de projeções e cenários fiscais da SPE para a arrecadação nos próximos 6 meses e em menor grau para as previsões de receitas líquidas.

As previsões de mercado e oficiais para o déficit primário deste ano estão próximas dos R\$ 800 bilhões com a dívida bruta do governo geral praticamente equivalente ao PIB pelas projeções oficiais e em torno de 94% pela mediana de mercado. Há um alinhamento entre projeções de arrecadação bruta de tributos federais constantes na Grade de Projeções e Cenários Fiscais da SPE e do mercado para os próximos anos. “O mesmo ocorre para as despesas totais. Conforme apurado em edições anteriores do Prisma Fiscal/SPE, o mercado continua à espera de uma queda substancial na despesa para 2021, aumento nas receitas e consequente melhora no resultado primário, denotando credibilidade na política de contenção de gastos do governo”, explica a nota.

“Além disso, mostra que os efeitos da pandemia sobre as despesas terão se dissipado a partir do próximo ano. Ainda que tanto governo como analistas de mercado antecipem melhora substancial no resultado primário para 2021 em diante, o governo se mostra mais otimista que o mercado em relação ao resultado primário”, destaca.

Conteúdo Publicitário

Links patrocinados

LINK PATROCINADO

Você pode ter o Free com limite mínimo de R\$ 300

SANTANDER

LINK PATROCINADO

Juntos na Estrada com o Mercedes Club

MERCEDES-BENZ

LINK PATROCINADO

Primeira parcela só para março de 2021!